

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

NATÁLIA DE PAULA REIS

**UM OLHAR ECOLINGUISTICO PARA OS SABERES E AS PRÁTICAS DE
“RAIZEIROS” DA CIDADE DE NOVA GLÓRIA (GO)**

Goiânia
2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: NATÁLIA DE PAULA REIS

Título do trabalho: UM OLHAR ECOLINGUISTICO PARA OS SABERES E AS PRÁTICAS DE "RAIZEIROS" DA CIDADE DE NOVA GLÓRIA (GO)

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Natália de Paula Reis
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

[Assinatura]

Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 18 / 03 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

NATÁLIA DE PAULA REIS

**UM OLHAR ECOLINGUISTICO PARA OS SABERES E AS PRÁTICAS
DE “RAIZEIROS” DA CIDADE DE NOVA GLÓRIA (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto.

**Goiânia
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Reis, Natália de Paula

Um olhar ecolinguístico para os saberes e as práticas de "raizeiros" da cidade de Nova Glória (GO) [manuscrito] / Natália de Paula Reis. - 2019.
xi, 139 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2019.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, lista de figuras.

1. Saberes. 2. Raizeiros. 3. Ecolinguística. 4. Etnociências. I. Couto, Elza Kioko Nakayama Nenoki do, orient. II. Título.



ATA Nº 02/2019

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA
ALUNA NATÁLIA DE PAULA REIS**

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, a partir das quatorze horas, no Miniauditório Professor Egídio Turchi da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, nesta capital, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação “UM OLHAR ECOLINGUISTICO PARA OS SABERES E AS PRÁTICAS DE “RAIZEIROS” DA CIDADE DE NOVA GLÓRIA (GO)”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (Presidente/PPGLL/FL/UFG) com a participação dos demais Membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Gilberto Paulino de Araújo (UFT-Campus Arraias) e Professor Doutor Leosmar Aparecido da Silva (PPGLL/FL/UFG). A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora e visada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Goiânia, aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

Prof.ª. Dr.ª. Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto - Presidente

Prof. Dr. Gilberto Paulino de Araújo

Prof. Dr. Leosmar Aparecido da Silva

Visto:

Prof. Dr. Wilson José Flores Júnior

AGRADECIMENTOS

Vida é fluxo, é movimento. É a constante abertura e fechamento de capítulos. O fechamento de um ciclo é sempre uma oportunidade de renascer, crescer e seguir em frente. Mais um ciclo se encerra. Resta **gratidão**. Primeiro, agradeço a Deus, que me agraciou com força e perseverança para que eu realizasse este trabalho.

Nesse caminho sempre contei com mãos estendidas, o que tornou a jornada mais leve. Obrigada, meus queridos pais, Gilson e Sirlene, que sempre estiveram ao meu lado, acreditaram em meu potencial e me apoiaram em todas as decisões. Ao meu irmão, Rafael, que sempre me apoiou. Ao meu noivo, Diones, que também se tornou minha família, esteve ao meu lado, compreendendo meus momentos de ausência, segurando minha mão. Obrigada por me ouvir falar de linguística, incansavelmente.

À Professora Dra. Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto, minha orientadora, pelos valiosos direcionamentos e ensinamentos sobre Ecolinguística, sobre pesquisa, sobre vida.

Aos Professores Dr. Leosmar Aparecido da Silva e Dr. Gilberto Paulino de Araújo, pelo grande auxílio ao longo desse processo e por terem aceitado, tão gentilmente, participar da minha banca de defesa.

Agradeço aos colegas de NELIM, que prontamente me acolheram, e que me proporcionaram um crescimento tanto acadêmico quanto pessoal. À Naiara Cristina, amiga sempre presente. Obrigada pelas proveitosas discussões teóricas ao longo desta pesquisa e por sempre me socorrer!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa para financiamento da pesquisa, durante todo o período do mestrado.

Aos raizeiros, por terem me ensinado tanto! Que aprendizado sobre ser pesquisadora, sobre ser gente! Sem vocês não seria possível realizar esta pesquisa!

*Dou respeito às coisas desimportantes
e aos seres desimportantes
Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade
das tartarugas
mais que a dos mísseis.
Tenho em mim
esse atraso de nascença.
Eu fui aparelhado
para gostar de passarinhos.
Tenho abundância
de ser feliz por isso.
Meu quintal
É maior do que o mundo.*

Manoel de Barros

RESUMO

Nesta dissertação pretendeu-se compreender as práticas e os saberes dos raizeiros da cidade de Nova Glória (GO), considerando as relações desses indivíduos com o meio ambiente (significação) e deles com outros indivíduos (comunicação). Utilizamos os postulados da ecolinguística de Nenoki do Couto (2012) e Couto (2007, 2013), a abordagem em Etnociências de Amoroso (1996), Posey (1997) Araújo (2014), e a perspectiva Semântica de Biderman (1998), Lakoff e Johnson (1980[2002]) e outros. Fundados nesses pressupostos, compreendemos a relação entre indivíduo-língua-meio ambiente, a partir do social, cultural, natural e das experiências subjetivas dos raizeiros. O *corpus* desta pesquisa compreendeu conversas realizadas com três raizeiros moradores do município, que possuem entre 45 e 85 anos e três vídeos postados por um dos raizeiros na plataforma Youtube. Pudemos concluir, a partir das análises, que esses especialistas possuem uma intensa relação com as plantas e com o outro, ou seja, com o próprio ambiente e com a comunidade, especialmente pacientes. Eles, para além do uso dos recursos naturais e produção de remédios, se preocupam e agem em benefício da comunidade. Seus conhecimentos e práticas constroem-se com base nos meios ambientes mentais, sociais e naturais, a partir dos seus modos de sentir, da cognição e conceptualização do mundo, que é físico e também social.

Palavras-chave: Saberes. Raizeiros. Ecolinguística. Etnociências.

ABSTRACT

In this paper we intend to understand the practices and the knowledge of the 'raizeiros' of the city of Nova Glória (GO), considering the relations of these individuals with the environment (meaning) and of them with other individuals (communication). As theoretical and methodological foundation are mobilized the postulates of Ecolinguistics of Nenoki do Couto (2012) and Couto (2007, 2013), the approach about Ethnoscience of Amorozo (1996), Posey (1997) Araújo (2014), and the semantic perspective of Biderman (1998) and Lakoff and Johnson (1980 [2002]) and others. Based on these perspectives, we seek to understand the interaction between individual-language-environment, from the social, cultural, natural and subjective experiences of specialists. The corpus of this research includes conversations with three 'raizeiros' living in Nova Glória, who are between 45 and 85 years old and tree videos posted by one of the specialists on the Youtube platform. From the analysis, we can conclude that these specialists have an intense relationship with the plants and with the other, i.e., with the environment and with the community, especially patients. They, in addition to using natural resources and production of remedies, they care about and act on behalf of the community. Their knowledge and practices are built on the mental, social and natural environments, from their ways of feeling, from the cognition and conceptualization of the world, which is physical and social.

Keywords: Knowledge. Raizeiros. Ecolinguistics. Ethnoscience.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ecosistema linguístico.....	50
Figura 2 – Da percepção à conceptualização.....	55
Figura 3 – Sumário de relações entre grandes áreas na pesquisa de plantas medicinais.....	62
Figura 4 – Localização da cidade de Nova Glória-GO.....	68
Figura 5 – Fragmentação territorial do município de Ceres, 1980-2001.....	69
Figura 6 – Entrada da cidade sentido BR-153, Nova Glória-GO.....	70
Figura 7 – Esquema da interação especialista-pacientes-plantas.....	87
Figura 8 – Vídeo publicado em canal do YouTube pelo especialista, em 30/01/2018.....	92
Figura 9 – Vídeo publicado em canal do YouTube pelo especialista, em 08/03/2018.....	93
Figura 10 – Vídeo publicado em canal do YouTube pelo especialista, em 28/08/2018.....	93
Figura 11 – Cartão de visita do raizeiro.....	96
Figura 12 – Planta medicinal unha-de-gato/unha do felino.....	104
Figura 13 – Planta medicinal mama-cadela/mama do animal.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostragem de alguns estudos sobre plantas medicinais realizados no Brasil.....	30
Quadro 2 – Paralelo entre paradigma dominante e paradigma emergente.....	35
Quadro 3 – Equivalências entre ecologia biológica e ecologia linguística.....	48
Quadro 4 – Normas para transcrição adotadas.....	76
Quadro 5 – Categorias e critérios de análise da pesquisa.....	77
Quadro 6 – Lista de plantas e suas respectivas propriedades evidenciadas pelos especialistas.....	81
Quadro 7 – Adaptação segundo a Ecologia e a Ecolinguística.....	91
Quadro 8 – Léxico etnobotânico inspirado no sensorial.....	100

LISTA DE SIGLAS

ADE	Análise do Discurso Ecológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
EFL	Ecosistema Fundamental da Língua
EIL	Ecosistema Integral da Língua
MA	Meio ambiente
NELIM	Núcleo de Estudos de Ecolinguística e Imaginário
SUS	Sistema Único de Saúde
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRICO DO USO DE PLANTAS COMO PRÁTICA TERAPÊUTICA.....	20
1.1 O CONTEXTO BRASILEIRO.....	24
1.2 UM OLHAR PARA AS PESQUISAS.....	28
1.3 OS SABERES MÉDICOS NA ATUALIDADE: O PARADIGMA CIENTÍFICO VERSUS PARADIGMA EMERGENTE.....	34
1.3.1 O lugar do conhecimento dos raizeiros no mundo contemporâneo: a necessidade de uma <i>ecologia de saberes</i>	36
CAPÍTULO 2 – PENSANDO A ECOLINGUÍSTICA.....	42
2.1 BREVE HISTÓRICO.....	44
2.2 CONCEITOS CENTRAIS.....	47
2.3 O ECOSISTEMA INTEGRAL DA LÍNGUA.....	49
2.4 A EIC: INTERAÇÕES ECOLÓGICAS EM FOCO.....	52
2.4.1 Interações indivíduo-mundo: a significação.....	53
2.5 O DIÁLOGO ENTRE ECOLINGUÍSTICA E ETNOCIÊNCIAS.....	56
2.5.1 A etnobotânica e a etnomedicina em foco.....	60
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	65
3.1 A ECOMETODOLOGIA.....	65
3.2 O UNIVERSO DA PESQUISA.....	67
3.3 O TRABALHO DE CAMPO: CONHECENDO A COMUNIDADE.....	71
3.3.1 Procedimentos éticos.....	74
3.4 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	75
3.5 TÓPICOS DAS ENTREVISTAS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE.....	77
CAPÍTULO 4 – A RELAÇÃO COM AS PLANTAS E COM O OUTRO: O QUE NOS DIZEM OS ESPECIALISTAS?.....	79
4.1 “CADA PLANTA TEM UMA COISA QUE ELA É INDICADA” – O CONHECIMENTO ETNOMÉDICO DOS RAIZEIROS.....	79
4.1.1 A adaptação.....	91
4.1.2 Diversidade e visão de longo prazo.....	96
4.2 “TEM O NOME CABOCLO... QUE É DO SERTÃO” – O COMPLEXO PROCESSO DE NOMEAR.....	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICES.....	115
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	115
APÊNDICE 2 – FOTOGRAFIAS EM CAMPO.....	117
ANEXOS.....	132
ANEXO 1 – OBRA <i>PAPIRO DE EBERS</i>	132
ANEXO 2 – CAPA DA OBRA <i>DE MATERIA MEDICA</i> DE PEDANIUS DIOSCÓRIDES, 1554.....	133
ANEXO 3 – CÓDIGO PENAL DE 1890, ARTS. 156, 157, 158.....	134
ANEXO 4 – LIVRO <i>AS PLANTAS CURAM</i> DE ALFONS BALBACH, GANHADO PELA ESPECIALISTA.....	136
ANEXO 5 – SITE E CARTÃO DE VIDA DO ESPECIALISTA/RAIZEIRO.....	137
ANEXO 6 – ROTEIRO DE PERGUNTAS.....	138
ANEXO 7 – PEDRAS DA VESÍCULA DO PACIENTE, RETIRADAS PELO ESPECIALISTA.....	139

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem o objetivo de compreender as práticas e os saberes dos raizeiros, tendo em vista como ocorrem as interações deles com outros indivíduos e com o meio ambiente no qual eles estão inseridos. Além disso, busca contribuir para discussões sobre a indispensabilidade da conservação e da valorização desses saberes, em defesa da integridade física e cultural dos povos tradicionais, considerados ‘desinteressantes’ pelo fazer científico atual. Os raizeiros, como são conhecidos na comunidade a ser investigada, são pessoas que possuem saberes especializados acerca dos recursos naturais (especialmente, plantas) e da medicina. Sendo assim, assim como médicos e/ou farmacêuticos, os raizeiros trabalham na produção e indicação de remédios para prevenção e cura das doenças.

Apesar de conhecer esses saberes de perto muito antes de entrar na academia, foi nesta que surgiu o interesse em encará-los como um objeto de pesquisa. O evento *10 anos de Ecolinguística no Brasil*, realizado em março de 2017, na cidade de Anápolis-GO, nos fez compreender a importância das interações entre os indivíduos e o meio ambiente no qual eles se inserem. Acima de tudo, fez refletir sobre como algumas práticas marginalizadas possuem um vasto conhecimento cultural e linguístico. Foi a partir dessa percepção que a presente investigação tomou forma.

Situando-nos em uma perspectiva ecológica da linguagem, pretendemos, na presente investigação, discutir as práticas medicinais de raizeiros tendo em vista o saber acumulado e os usos dos recursos naturais por parte da comunidade pesquisada. Diante do conhecimento sobre o aproveitamento das plantas do seu meio ambiente imediato, buscaremos compreender as relações indivíduo/planta dentro de um ecossistema mental, social e natural, conforme propõem os estudos ecolinguísticos. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral *analisar quais os papéis dos meios ambientes mental, natural e social na construção do conhecimento etnomédico dos raizeiros*. Para atingir esse objetivo geral, foram desenhados os seguintes objetivos específicos:

1. estudar a sabedoria botânica dos raizeiros, compreendendo o significado cultural, o manejo e o uso tradicional dos elementos da flora;
2. investigar as interfaces entre Ecolinguística e Etnociências, considerando as relações indivíduo-meio ambiente;

3. analisar a dinâmica dos processos de percepção, identificação e nomeação das plantas, tendo em vista os aspectos lexicais e semânticos;
4. investigar a relação entre saber tradicional e científico e como se dá essa relação no âmbito da medicina popular;

Após algumas reflexões e leituras iniciais sobre o objeto de estudo, percebemos que os seres vivos interagem, a todo o momento, com o próprio ambiente e, obviamente, com outros seres vivos. Para os estudos ecológicos, essas inter-relações entre os organismos e o meio ambiente (biótopo) configuram um ecossistema. Ao assumir uma posição ecológica nos estudos linguísticos, Couto (2016) aponta que essas interações (ou inter-relações), que podem ser tanto entre organismos vivos e seu meio (interação organismo-mundo) quanto entre quaisquer dois organismos (interação organismo-organismo), são mediadas pela linguagem. Nesse sentido, conforme Trampe (2016, p. 200) esclarece, “os processos de experiência se formam a partir da interação recíproca entre os indivíduos falantes-ouvintes e o biótopo linguístico”. É, portanto, na interação pessoa-mundo que está a base da construção da identidade linguística, pois, segundo Couto (2007, 2016), a língua é parte de nós mesmos, de nossa identidade cultural, social e histórica e é por meio dela que nos socializamos, interagimos e desenvolvemos o sentimento de pertencimento a um determinado grupo ou comunidade.

Reconhecendo a importância dessas interações, muitos estudos voltaram-se para os conhecimentos que as populações humanas desenvolvem acerca dos aspectos naturais que as cercam. Lévi-Strauss (1989 *apud* Araújo, 2014), em *Pensamento Selvagem*, já discutia essa temática, ressaltando que as nomeações dos elementos da natureza (flora e fauna) não têm uma função meramente utilitária para as comunidades indígenas, na medida em que estão relacionados, acima de tudo, ao próprio modo de vida da comunidade e como ela concebe o mundo. Além do antropólogo, outros pensadores, como Prance (1997) e Posey (1997) dedicaram-se a essas inter-relações, bem como às discussões inerentes à preservação e à valorização das culturas e saberes tradicionais.

Trabalhos mais recentes têm tratado, também, dessas interações no âmbito da medicina popular, ou seja, das inter-relações entre indivíduo e plantas medicinais, foco da presente investigação. Ao realizarmos uma busca no site da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações, foi possível constatar que as plantas medicinais, seja pelo viés da biologia, da antropologia ou da linguística, já foram objeto de algumas pesquisas. É possível citar, por exemplo, a dissertação de mestrado *Um cotidiano partilhado – entre práticas e*

representações de benzedeiros e raizeiros (SILVA, 2007), que buscou resgatar e documentar esses conhecimentos tradicionais observando as práticas dos benzedeiros e raizeiros na comunidade remanescente quilombola de Santana da Caatinga. Outra dissertação, intitulada *Etnobotânica no cerrado: um estudo no assentamento Santa Rita, Jataí (GO)* (LIMA, 2010), investigou esses saberes populares a partir de uma abordagem etnobotânica.

Também é importante destacar aqui a tese de doutorado de Araújo (2014), intitulada *O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente*, em que o pesquisador, baseado em uma perspectiva ecolinguística, investiga como se dão as transformações no conhecimento etnobotânico de duas comunidades Kalunga (Engenho II e Vão de Almas) por meio do estudo do léxico etnobotânico, focando nas relações semânticas imbricadas no processo de nomeação das plantas. Esse trabalho, em particular, possui relevância para o estudo realizado aqui, uma vez que, além de demonstrar a relação entre ecolinguística e etnociência, compreende as relações indivíduo-indivíduo e indivíduo-mundo a partir do léxico etnobotânico de dada comunidade.

É preciso questionar, ainda, qual é, de fato, o papel que os saberes populares têm desempenhado na sociedade atual. Percebemos que, apesar do uso da medicina popular como um conhecimento e como uma prática cultural de determinadas comunidades, a medicina científica tem, geralmente, desprezado esse saber. Desse modo, a noção de superioridade por parte da ciência moderna tem desencadeado um descaso para com práticas e saberes populares como os dos raizeiros, situando-os como comunidades tradicionais. Para além disso, a expropriação desses saberes pelas grandes empresas e o desenfreado crescimento do capitalismo resultaram em uma tentativa de, ao mesmo tempo e paradoxalmente, destruir os conhecimentos populares e usufruir deles. Diante da usurpação do saber dessas comunidades e diante da importância da validação e da legitimação desses conhecimentos, vislumbramos a necessidade de um estudo que tratasse dessas práticas. Nesse contexto, não compactuando com o paradigma de ciência dominante no que se refere a rejeição dos saberes considerados marginais, desejamos, nesta pesquisa, trazer à tona os dizeres e saberes dos raizeiros, as suas vivências e sentimentos.

Nesse sentido, esta pesquisa foi impulsionada pela possibilidade de verificar a hipótese de que os conhecimentos etnomédicos dos raizeiros são construídos a partir de suas experiências no mundo. Partindo dessa hipótese, vimos a necessidade de refletir sobre a seguinte questão-problema: *quais são os papéis dos meios ambientes mental, social e natural na construção do saber etnomédico dos raizeiros?* Essa questão direcionou-nos para outras perguntas não menos relevantes, a saber:

- a) de que maneira ocorrem as interações indivíduo-indivíduo e indivíduo-mundo no contexto investigado?
- b) como se dá o processo de percepção, identificação e nomeação das plantas medicinais?
- c) até que ponto e de que forma esse processo de nomeação é relevante para o entendimento da cultura e da sociedade?
- d) qual é a posição que esses saberes medicinais têm ocupado atualmente na comunidade?

Delineados os objetivos e questões que sustentam esta investigação e tendo em vista o seu caráter interdisciplinar, percebemos a necessidade de selecionar um aporte teórico que nos permitisse recorrer a diferentes pressupostos epistemológicos. Nesse sentido, buscamos uma teoria que se fundamentasse em uma abertura epistemológica, pela compreensão do indivíduo não apenas por meio de seu aspecto social ou antropológico, mas também pelo seu aspecto físico e natural. Diante dessa necessidade, selecionamos a Ecolinguística (COUTO, 2007; NENOKI DO COUTO, COUTO, 2012; COUTO, 2016) como aparato teórico desta pesquisa, uma vez que esse campo de estudo, devido ao seu caráter holístico e multimetodológico, permite investigar determinado objeto pelos mais diversos ângulos, como um todo.

Essa recente teoria do ramo dos estudos linguísticos, desenvolvida no Brasil a partir da década de 1990, pretende, a partir de um viés holístico, romper com o paradigma da ciência disciplinar. Ela parte da proposta de que os estudos da linguagem precisam englobar tanto os aspectos mentais, sociais e naturais inerentes à língua e ao indivíduo, não um em detrimento do outro, como geralmente propõem as teorias linguísticas modernas. Daí, a relevância de um estudo como este, que, além de ocupar-se das relações entre indivíduo e meio ambiente sob uma perspectiva diferente, repensa a abordagem newtoniana-cartesiana de ciência disciplinar e fragmentada, trazendo à tona uma visão multidisciplinar, conforme nos propõe Couto (2016).

A interação é um dos conceitos centrais para os estudos ecolinguísticos. O meio ambiente do qual trata a Ecolinguística é o *locus* onde ocorrem as interações organismo-organismo e organismo-mundo. Dessa maneira, tal como esclarece Couto (2016), para a Ecolinguística, o enfoque não é o habitat e a população em si, mas as interações que se dão no interior do ecossistema. Nesse contexto, nas análises realizadas aqui, consideraremos o que chamamos de Ecossistema Integral da Língua (EIL), ou seja, as inter-relações entre um povo (P), um território (T) e uma língua (L). Esse ecossistema, conforme explica Couto (2007,

2016), contém três outros em seu interior: o ecossistema natural, o ecossistema social e o ecossistema mental. Portanto, o MA (meio ambiente) de L é o lugar das interações que constituem a língua, encaradas de três perspectivas diferentes. Desse modo, além do ecossistema natural, quando estudamos as relações entre indivíduo e meio ambiente físico, a Ecolinguística considera dois outros ecossistemas linguísticos: o social e o mental (COUTO, 2007, 2016).

Fundamentada nessa perspectiva, a presente investigação buscou compreender o mundo social, cultural e natural e as experiências subjetivas dos raizeiros, sobretudo as relações entre povo (P) e território (T) a partir do processo de nomeação das plantas medicinais, uma vez que o léxico, a linguagem de uma comunidade é um bom sintoma de como ela interage com o meio ambiente (COUTO, 2007). Desse modo, pensar o conhecimento e as relações entre indivíduo e meio ambiente significa pensar também em linguagem.

Quando trazemos à tona as interações estabelecidas entre o homem e as plantas medicinais, ponderamos, além da relação natural/física deste com o meio ambiente, a relação dele com uma coletividade que conhece e faz determinado uso medicinal desse ou daquele recurso natural. Ao dizer que essa ou aquela planta é boa para pedra nos rins, o raizeiro aciona determinado conhecimento e memória que advém também de suas experiências, de sua percepção e cognição da realidade. No nível do social, cabe observar o compartilhamento da experiência, a lexicalização ou até mesmo como se dão as interações dentro da comunidade, por exemplo. Diante dessa percepção, atentamos, aqui, para o processo de nomeação das plantas que parte das particularidades socioculturais de um povo e das relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente no qual eles se inserem. Nesse sentido, levamos em consideração as relações semânticas que são mobilizadas, especialmente as relações metafóricas.

Para compreendermos as relações estabelecidas entre indivíduo e plantas medicinais, entendemos que se faz necessário recorrer ainda aos estudos etnocientíficos, em especial à etnobotânica, e, em consequência, à etnomedicina, tendo em vista os usos e os saberes medicinais dos especialistas. Essa abordagem é importante na medida em que estudos desse caráter vêm ganhando destaque no campo ecolinguístico e, além disso, convergem para a defesa e valorização dos saberes e experiências dos povos tradicionais com o mundo. É possível citar, por exemplo, os trabalhos de Araújo (2014) e Costa e Gomes (2013), que também recorrem à subárea *Etnoecologia linguística*. Nesse contexto, esta pesquisa insere-se

nos estudos que integram Ecolinguística e Etnociências (COUTO, 2007; ARAÚJO, 2014; COSTA e GOMES, 2013; COSTA, 2013; 2017).

Tanto nos estudos em Ecolinguística como nos estudos em Etnociências é possível enxergar a ideia de um elo íntimo entre o homem e o meio ambiente. Quando nos referimos aos estudos etnobotânicos, dedicamo-nos especialmente às relações entre povos e plantas (COUTO, 2007; NENOKI DO COUTO, 2012). Entretanto, para além de uma relação apenas física, estudos desse caráter se ocupam também do conhecimento e do uso que os povos fazem das plantas, como as tratam. Assim, a partir dessa relação entre os estudos etnocientíficos e os pressupostos da Ecolinguística, esperamos compreender a relação entre indivíduo e meio ambiente (mental, natural, social) e, sobretudo, refletir acerca do próprio modo como o homem pensa a natureza, relaciona-se com ela, bem como as representações simbólicas que são inerentes às organizações sociais da comunidade.

Tendo em vista que a Ecolinguística é uma ciência que apresenta uma nova maneira de ver e de estudar o fenômeno da linguagem, tem-se como grande inovação teórica o seu caráter multimetodológico. Essa multimetodologia, tal como alegam Nenoki do Couto e Albuquerque (2015), defende que o/a pesquisador/a se aproprie de diferentes teorias que possam contribuir para sua pesquisa. Dessa maneira, ao eleger determinado objeto de estudo, o/a pesquisador/a deve selecionar quais disciplinas podem auxiliá-lo/a em uma coleta e análise de dados, por exemplo. Essa proposta multimetodológica, além de bastante interessante, compactua com o novo modo de ver os estudos da linguagem preconizados pela Ecolinguística. Uma abordagem metodológica como essa proporciona, acima de tudo, que o/a pesquisador/a multiplique seus ângulos de questionamento e visão em relação a seu objeto, evitando a compartimentação própria do espírito positivista. Assim, a multidisciplinaridade é também um dos principais aspectos que constitui um pensar ecolinguístico.

Diante dessas questões, optamos, de forma não aleatória, pela utilização de aportes metodológicos que nos permitissem coletar e analisar os dados sob a perspectiva pretendida. Ou seja, recorreremos a diferentes disciplinas que pudessem nos proporcionar uma visão mais abrangente e completa do nosso objeto de estudo. Inicialmente, em projeto, foi delineado o caminho a ser percorrido pela pesquisa, os questionamentos e os objetivos orientadores e as hipóteses. Esse foi o momento da descoberta, da intuição. É claro que foi também um momento de amadurecimento do trabalho. Após muitos confrontos e discussões (algo normal e positivo para qualquer pesquisa), chegamos aos nossos objetivos, que apesar de parecerem definitivos naquele momento, poderiam ser reformulados com o posterior desenvolvimento da pesquisa, que tende a direcionar novas reflexões acerca de ideias pensadas anteriormente.

Nesse caminho de descoberta e amadurecimento, em novembro de 2017, ocorreu o *VIII Seminário de Dissertações e Teses*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFG. Com arguição do pesquisador convidado Gilberto Paulino de Araújo, o seminário foi o pontapé para pensar algumas questões e lapidar o projeto inicial.

Após leituras e fichamentos dos textos, passamos à geração dos dados para a constituição do *corpus*. Os dados foram coletados em campo, na cidade de Nova Glória-GO, localizada a cerca de 200 quilômetros da capital do estado, Goiânia. A cidade, devido ser predominantemente composta por zonas rurais, sempre proporcionou, seja pela economia ou pela produtividade do solo, uma profunda relação de sua população com o território. Paralelamente à isso, a relação entre os indivíduos e as plantas medicinais também se faz recorrente na região, aparente no fazer dos raizeiros ou das benzedeiros, que formam grande parte da população. Tendo em vista essa interação do ser humano com o meio ambiente observável na recorrência dessas práticas medicinais na cidade, deu-se a escolha do *locus* da pesquisa.

Como aponta Laplantine (1991, p. 149) “não se pode, de fato, estudar os homens à maneira do botânico examinando a samambaia ou do zoólogo observando o crustáceo; só se pode fazê-lo comunicando-se com eles”. Fazer pesquisa de campo, nesse sentido, pressupõe não apenas gerar dados a partir de um método rigoroso, mas sim participar como pesquisador, o que, desde já, faz cair por terra a noção de *pesquisador absolutamente neutro*. “O que o pesquisador traz para a pesquisa? Quais preocupações, perspectivas, concepções prévias influenciam sua pesquisa?” Essas questões, levantadas por Laville e Dionne (1999, p. 39), ilustram, de fato, a ideia de que, em pesquisa de campo, o/a pesquisador/a é mais do que um observador/a neutro/a ou objetivo/a. As observações, assim, compreendem também a subjetividade, as inclinações e os interesses do/a pesquisador/a. A própria escolha do objeto de pesquisa depende de preferências pessoais do/a estudioso/a. Vemos, desse modo, que esta pesquisa revela a intensa relação que existe entre *mim* e *meu* objeto de estudo, o que não impede, é claro, de sucederem-se métodos definidos e um distanciamento quando necessário.

Em primeiro lugar, já adiantamos que o fazer do pesquisador não é fácil. Trata-se de sair da zona de conforto, de fazer pesquisa de vida. Os longos e produtivos diálogos com os raizeiros mostraram-nos isso: fazer pesquisa é ouvir a voz do outro, muitas vezes silenciado pelas relações sociais e econômicas impostas pelo pensar moderno. As conversas que constituem o *corpus* desta pesquisa compreenderam três raizeiros moradores da cidade de Nova Glória, que possuem entre 49 e 85 anos, duas do sexo feminino e um do sexo masculino. Chamamos, aqui, de conversas, posto que as informações foram coletadas em um

diálogo descontraído e não com base em uma *entrevista estruturada* (SEVERINO, 2007, p. 125). Procuramos esse tipo de técnica com o intuito de deixá-los à vontade, livres para exporem suas memórias, sentimentos. É claro que ter sido moradora da cidade e já conhecê-los anteriormente facilitou esse processo. Apesar de ir a campo com algumas questões previamente estabelecidas, mantivemo-nos mais à escuta, intervindo apenas quando necessário, para estimulá-los ou direcionar as conversas.

Depois de realizadas a geração e a transcrição, partimos para a etapa de análise dos dados. Destacamos que não tivemos o objetivo de quantificar resultados, o que configura essa pesquisa como uma *abordagem qualitativa* (SEVERINO, 2007 p. 118). Além disso, ressaltamos, ainda, que optamos por uma construção lógica do texto em que a análise dos dados ocorresse separadamente das discussões teóricas, com o intuito de trazer mais coerência e organização ao trabalho. Desse modo, a redação da presente dissertação nasceu do encontro entre a teoria e os dados coletados e analisados e encontra-se estruturada em 4 capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos, a partir de uma abordagem histórica, a prática da medicina popular. Levamos em conta como os usos terapêuticos eram entendidos desde a Antiguidade, bem como de que forma foram se modificando e se adaptando às necessidades dos membros das comunidades. Paralelamente a isso, propôs-se esclarecer de que maneira as pesquisas sobre plantas medicinais também foram evoluindo e se adequando aos novos moldes científicos. Partindo, então, dessa perspectiva, foi possível compreendermos, sobretudo, como se situam os conhecimentos dos raizeiros na contemporaneidade.

No segundo capítulo, foram descritos e problematizados os escopos teóricos em que se fundou esta dissertação. Aqui, apresentamos, então, a teoria ecolinguística, trazendo um breve histórico e os conceitos centrais que norteiam a disciplina. Além disso, neste capítulo, foram discutidos os estudos “*etno*” – especialmente as áreas da etnobotânica e etnomedicina – e sua relação com a Ecolinguística.

No terceiro capítulo, destinado à metodologia, foram explicados o universo da pesquisa e a caracterização do *corpus*. Apresentamos a metodologia da Ecolinguística na qual apoiamo-nos, para, então, passarmos a descrição da constituição da pesquisa propriamente dita. Destaca-se a constituição do objeto de análise, detalhando o lugar e os sujeitos que integraram este estudo.

No quarto capítulo, foi feita a análise dos dados. Aqui, foram levadas em conta, especialmente, nossas conversas realizadas em campo, tendo em vista a construção das práticas e saberes dos raizeiros. Antes de apresentarmos nossas análises, expomos as categorias, das quais partimos.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRICO DO USO DE PLANTAS COMO PRÁTICA TERAPÊUTICA

Neste capítulo vamos examinar como as práticas terapêuticas eram entendidas desde a Antiguidade. Esse percurso histórico faz-se necessário na medida em que acreditamos haver grande influência de determinados povos nas atuais práticas dos raizeiros. Dificilmente poderíamos delimitar quando e como se deu o início dos usos medicinais da flora. “*Quem foi o primeiro indivíduo a usar plantas como remédios?*” não é, de fato, uma pergunta relevante. Dessa maneira, quando falamos, aqui, em origem/histórico das práticas, buscamos demonstrar que essas alternativas de cura, bem como os estudos nessa área, estão a todo o momento se transformando, de forma que as plantas ora podem ser administradas por meio de preparações caseiras, como ‘garrafadas’, ora por meio de remédios industrializados, como comprimidos, pomadas ou gotas. Desse modo, pretendemos entender como os conhecimentos sobre plantas medicinais se consolidaram com a realização de estudos e o desenvolvimento da Fitoterapia¹. Inicialmente, as perguntas que direcionarão o capítulo, são: 1) *Historicamente, quem foram os primeiros estudiosos que lançaram o olhar para as plantas medicinais?* 2) *Como essas práticas foram se transformando?* 3) *De que maneira se deram as influências de determinados povos nos saberes atuais dos raizeiros?*

Conforme têm apontado alguns autores sempre existiu uma enorme variedade de formas de se tratar as doenças. Isso porque a visão de mundo de determinada comunidade e o modo como ela concebe as noções de corpo e de saúde podem influenciar nas maneiras pelas quais as doenças serão explicadas e tratadas. Muitas vezes, a saúde e a doença estavam ligadas, principalmente, ao aspecto mágico-religioso, de pecado ou maldição. Conforme sublinha Scliar (2007, p. 30), para os antigos hebreus, a doença representava “um sinal da cólera divina, diante dos pecados humanos. Deus é também o Grande Médico: ‘Eu sou o Senhor, e é saúde que te trago’ (Êxodo, 15, 26); ‘De Deus vem toda a cura’ (Eclesiastes, 38, 1-9)”. Dessa forma, a doença era consequência do pecado e a cura, uma questão de fé.

Segundo Scliar (2007), a doença, real ou imaginária, acompanha a espécie humana já em seu surgimento e, desde muito cedo, a Humanidade tem se dedicado a enfrentar essa

¹Trata-se, conforme apontam Monteiro e Brandelli (2017), de uma terapia em que se realiza preparações farmacêuticas a partir de plantas medicinais, sem o uso de substâncias ativas isoladas. Nessa forma terapêutica, o medicamento fitoterápico é resultado da industrialização de plantas medicinais.

ameaça de várias maneiras. Em todas as épocas e culturas, o ser humano usou dos recursos naturais como alternativas de cura. Dentre alguns métodos de tratamento utilizados, podemos citar, por exemplo, o uso de ventosas, sangrias, sanguessugas, larvas e plantas. Esse último é aquele que mais se destaca e perdura com mais força até os dias de hoje. Muitas plantas medicinais conhecidas por nós já eram citadas até mesmo em obras literárias de fôlego da Antiguidade Clássica. No livro iniciador da literatura grega, *Odisseia*, por exemplo, o poeta Homero afirma que Helena servia uma poção de esquecimento, retirada da seiva da dormideira, a Telêmaco quando ele se sentia angustiado pela ausência de Ulisses.

Considerando o fato de que nosso objeto de estudo compreende práticas e saberes dos raizeiros na atualidade, abordaremos, neste capítulo, como os saberes medicinais são vistos na contemporaneidade. Nesse quadro, faz-se importante refletir sobre as principais pesquisas acerca do assunto, tendo em vista as diferentes abordagens para com esse objeto e os principais autores que têm se dedicado à temática. Ademais, levando em conta que esses saberes e práticas são vistos como inferiores segundo o paradigma científico atual, torna-se necessário refletir sobre a dicotomia moderna *conhecimento científico vs. conhecimento tradicional* e demonstrar os principais aspectos que os situam como opostos (fragmentado X holístico; sujeito epistêmico X sujeito empírico, etc.). Nesse contexto, apontamos, ainda, para a necessidade de superação dessa dicotomia.

Pensando na contextualização dessas práticas medicinais, lançamos mão de diferentes abordagens teóricas. Nesse primeiro momento, trataremos estudiosos especialmente da área da Farmacobotânica, para discutir como se deram as práticas medicinais em contexto mundial e nacional, e da área da Antropologia e da Sociologia, tendo em vista a necessidade de refletir acerca do lugar em que estão situados os saberes medicinais dos raizeiros na atualidade. Na primeira área, destacamos Almeida (2011), Monteiro e Brandelli (2017), Lorenzi e Matos (2008); na segunda, Santos (2007, 2010), entre outros.

Do ponto de vista histórico, é difícil, senão impossível, delimitar com clareza quando e quem fez o primeiro uso das plantas para fins médicos. Decerto, a literatura também varia no que diz respeito a essas questões, mas alguns registros e catalogação de plantas medicinais não deixam dúvidas de que esse tipo de prática curativa remonta a milênios. De acordo com Almeida (2011), a origem dos saberes do ser humano sobre os benefícios das plantas confunde-se com sua própria história. Nesse sentido, é possível, segundo o autor, que as propriedades curativas das plantas medicinais já fossem conhecidas desde o período Neolítico (cerca de 10.000 anos atrás). Nessa mesma perspectiva, Monteiro e Brandelli (2017) esclarecem que, antes mesmo do surgimento da escrita, o homem já usava plantas para

tratamentos medicinais. Inicialmente transmitidas oralmente de geração em geração, essas informações passaram, com o advento da escrita, a ser compiladas e arquivadas.

Usadas desde a Antiguidade em rituais religiosos, a maioria das civilizações acreditava no poder divino das plantas, entendendo que elas eram capazes de viabilizar o contato dos humanos com os deuses. Mitos, lendas e tradições refletem constantemente a busca da cura para os males do corpo e da alma por meio das plantas. A mitologia grega, por exemplo, retrata essas práticas. Além do deus da medicina, Apolo, os gregos cultuavam outras duas deusas, Higéia e Panacéia, patronas da saúde e da cura. Esses deuses, muitas vezes, recorriam a plantas para realizar suas curas. Apolo, por exemplo, curava os males com a raiz da peônia, utilizada para tratar dores em geral, problemas diuréticos, dentre outros. Esse uso de plantas como alternativa terapêutica ganhou um caráter mais científico com Hipócrates, que passou a ver os problemas do corpo não mais de um ponto de vista religioso e místico, mas biológico. Segundo Scliar (2007), Hipócrates situava a medicina em bases racionais, atribuindo aos homens e não mais aos deuses a cura de doenças.

Mesmo com diferentes crenças e métodos de tratamento, crê-se que o uso das plantas para fins terapêuticos provavelmente ocorreu em todas as regiões do globo. A literatura investigada versa que os gregos, os chineses e os egípcios foram os primeiros a catalogarem e estudarem as plantas medicinais (ALMEIDA, 2011; MONTEIRO; BRANDELLI, 2017). Segundo esses autores, um dos primeiros textos a fazer um levantamento de plantas de uso medicinal remonta à Antiguidade chinesa e egípcia. Nesse período, uma das grandes referências sobre o uso de plantas como remédio é Shen-Nong, autor da obra chinesa *Pen Ts'ao*, que quer dizer *A grande fitoretapia* (2800 a.C.). Monteiro e Brandelli (2017) esclarecem, ainda, que Shen-Nong é considerado um dos principais estudiosos acerca da aplicabilidade medicinal de centenas de ervas e até mesmo da produção de venenos. Vemos, então, que o progresso da medicina chinesa não é algo recente, uma vez que o uso de ervas, chás e métodos como a acupuntura eram comuns desde 2000 a.C.

Além disso, o texto escrito pelo egiptólogo Georg Ebers, chamado de “Papiro de Ebers” (2000 a.C.) (ver Anexo 1), foi o que tornou possível à civilização antiga tomar conhecimento dos estudos sobre os usos terapêuticos das plantas. De acordo com Almeida (2011), o livro de Ebers descrevia as funções medicinais de várias espécies, como a mirra, indicada como anti-inflamatório e adstringente; a papoula, fonte do ópio; a morfina, conhecida como sedativa, também chamada de “remédio para acabar com a choradeira”, que ao inibir a sensação de dor, traz, então, alívio dos sofrimentos e angústias; e mais de outros 700 usos de plantas medicinais.

Mais tarde, na Grécia, Hipócrates, conhecido como o pai da Medicina (460-377 a.C.), defendia que muitas doenças poderiam ser tratadas por meio de uma dieta alimentar adequada e do uso de remédios vegetais. Seu livro, *Corpus Hipocraticum*, reunia aproximadamente 70 livros, resumindo os conhecimentos terapêuticos de seu tempo e sugerindo remédios vegetais e tratamentos apropriados para cada doença (MONTEIRO; BRANDELLI, 2017). Depois, no início da Era Cristã, o grego Dioscórides escreveu um livro que foi logo depois traduzido para o Latim, denominado *De Matéria Médica* (ver Anexo 2). Na obra, que se tornou referência, o autor catalogou cerca de 600 diferentes plantas usadas para fins terapêuticos. Por conter registros medicamentosos tão relevantes, a obra foi considerada a *bíblia* de farmacêuticos e médicos e manteve-se, como ressaltam Monteiro e Brandelli (2017), a principal referência para a área até o Renascimento. Além de Dioscórides, o médico Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim, mais conhecido como Paracelso, também foi uma grande figura quando pensamos no uso de remédios vegetais. Segundo os autores, Paracelso foi quem lançou as bases da medicina natural e instituiu que cada doença deveria ser tratada por tipos de medicamentos específicos.

Ainda na Era Cristã, outros nomes também tiveram papel fundamental na construção das práticas médicas. Conforme apontam Monteiro e Brandelli (2017), os chineses Zhang Ji (150-219 d.C.) e Sun Simiao (581-682 d.C.) foram de suma importância nesse período. Zhang Ji, com a produção de 222 ensaios e 113 prescrições médicas, chegou a ser considerado o Hipócrates chinês. Ademais, os estudos de mais de 1074 plantas, 443 substâncias animais e 11.091 prescrições de medicamentos realizados por Sun Simiao contribuíram enormemente para a Medicina Chinesa Tradicional.

Mesmo com as importantes contribuições desses estudiosos antigos, somente ao final do século XVIII tornou-se viável o desenvolvimento de uma terapia que lidasse com plantas medicinais, denominada Fitoterapia. Esse termo deriva do grego *phyton*, que quer dizer vegetal, e *therapeia*, tratamento. A Fitoterapia, apesar de ser uma abordagem que faz uso de plantas para fins medicinais, difere-se da medicina popular. As práticas populares remetem aos usos que algumas comunidades (como a dos raizeiros) fazem de determinada planta ou de partes de uma planta (folhas, caules, etc) para fins de tratamento. Já na Fitoterapia faz-se uso de fitoterápicos, ou seja, de medicamentos provenientes de plantas medicinais, industrializados ou processados, assegurados por uma legislação específica (MONTEIRO e BRANDELLI, 2017). cremos que o desenvolvimento da Fitoterapia ocorreu, provavelmente, devido aos substanciais estudos já produzidos e ao intenso desenvolvimento científico nas searas química e biológica proporcionado pelo progresso daquele período. A

contemporaneidade possibilitou, desse modo, um avanço na medicina, com a maior possibilidade de se analisar as propriedades e princípios ativos das plantas. Surgem, nesse período, juntamente com a Fitoterapia, a Farmacologia, a Enfermagem e a Medicina científica. A sistematização do uso de fitoterápicos nasce com a Conferência de Alma-Ata, em 1978, na qual se recomenda a integração da medicina tradicional e da medicina complementar, alternativa aos sistemas de saúde (ALMEIDA, 2011).

Tendo em vista esses primeiros estudos medicinais realizados em diferentes épocas e regiões do mundo, tanto na Medicina Oriental quanto na Ocidental, pretendemos, agora, dedicarmo-nos especialmente ao contexto brasileiro. Daremos ênfase às influências africana e indígena que permearam todo o processo de surgimento da medicina popular brasileira, uma vez que essas influências foram fundamentais na formação das práticas etnomédicas atuais.

1.1 O CONTEXTO BRASILEIRO

O uso de plantas para fins medicinais no Brasil remonta ao período da colonização e possui influências marcantes das culturas africana, indígena e europeia. Nesse período, a existência de uma medicina colonial brasileira ocorria, conforme esclarece Viotti (2012), com a utilização de diferentes tratamentos a favor da cura, compreendendo desde prescrições de plantas nativas para sanar as enfermidades até o uso de excrementos e simpatias. De acordo com a autora, a ausência de profissionais da saúde nos primeiros séculos da história do Brasil e a constante necessidade de combater os males justificavam, muitas vezes, a necessidade de recorrer-se aos saberes populares locais, às curas ‘não oficiais’. Nesse contexto, muitos eram os agentes que viabilizavam a cura. Além dos médicos e boticários, havia curandeiros, pajés, xamãs. Nas palavras de Viotti (2012, p. 17), a “preocupação oriunda da sociedade colonial em conservar ou restabelecer a saúde partiu, inicialmente, dos religiosos, notadamente dos franciscanos e jesuítas, que desembarcavam no país”. Essa fronteira entre medicina e religião não se dá de maneira nítida até os dias atuais. O sistema médico guarani, por exemplo, considera o pajé ou xamã como figura primordial, ou seja, o líder religioso é também responsável pela cura física e espiritual.

Observa-se que os primeiros europeus que vieram para o Brasil já se depararam com o uso de plantas medicinais por inúmeras etnias indígenas que, por intermédio dos pajés e jesuítas, transmitiram seu conhecimento de geração a geração. Foi a partir da relação entre os

européus e os índios que se consolidou o contato com a flora medicinal brasileira e, ainda, a construção de um novo conhecimento. Conforme aponta Viotti (2012), quando as formas de tratamento dos doutos europeus não eram suficientes, fez-se imprescindível explorar outros meios de curar que compreendessem a fauna, a flora e os métodos locais. Aliaram-se, nesse contexto, os saberes locais àqueles trazidos da Europa. Os colonos portugueses e os holandeses aprenderam o uso de muitos remédios com os índios, que, segundo Martius (1854), eram utilizados sem maior reflexão.

Além das influências indígenas, há ainda as contribuições dos povos escravizados africanos em relação ao uso de plantas medicinais. Apesar de terem ocorrido em menor grau, essas contribuições também foram fundamentais para a construção de saberes naquela época. Ocorreram, especialmente, devido à vinda dos africanos para o Brasil, após três séculos de tráfico de escravos. Conforme aponta Martius (1854), sendo transportados muitos negros da África para o trabalho, muitas plantas semelhantes e originárias de ambos os continentes acabaram sendo adotadas para uso medicinal. Eles, além de transportarem seus conhecimentos médicos para o Brasil, também inseriram muito da flora brasileira em sua cultura. Ao tratar dessas questões, Almeida (2011), assim como Martius (1854), traz exemplos de algumas plantas trazidas/levadas daqui para o continente africano. Dentre os conhecimentos herdados, a autora destaca, além do uso da mamona e do dendê, o obí, o orobô e a fava de Aridam. Por outro lado, espécies nativas como o milho, a guiné, a batata doce e o fumo foram levadas para a África pelo chamado refluxo migratório de africanos.

Observamos, ainda, certa influência portuguesa na constituição dos saberes medicinais brasileiros da época. Os europeus, além de terem se adaptado aos usos medicinais da região, difundiram algumas plantas europeias em contexto brasileiro. Houve um duplo trabalho: eles incluíram os usos indígenas em suas práticas e trouxeram plantas medicinais para o território brasileiro. Das plantas europeias que foram disseminadas, Almeida (2011) ressalta a erva-doce, o manjeriço e o louro. Entretanto, apesar dessa relação entre o conhecimento do colonizador e o conhecimento dos índios e escravos, criou-se uma linha tênue entre o que era racional e o que eram credices populares. Ao mesmo tempo em que usavam os saberes locais de religiosos, escravizados e indígenas, os doutos, ou seja, os médicos e os cirurgiões formados, diziam-se afastar desses conhecimentos, por serem caracterizados como ‘práticos’ e ‘empíricos’. Desse modo, havia, ainda nesse período, de acordo com Viotti (2012), uma depreciação em relação a esses saberes.

No período republicano, chegou-se a criminalizar praticantes de medicina popular. O Código Penal de 1890 trazia leis específicas que previam a punição do curandeirismo e do

exercício ilegal de medicina. Prova disso são os artigos 156, 157 e 158 que tratam da saúde pública (Anexo 3). O artigo 158, em específico, prevê pena para quem diagnosticar ou prescrever remédios de qualquer um dos reinos da natureza. Assim, o uso de remédios vegetais no Brasil ocorreu, quase sempre, em um contexto marginal, e, nesse período, inclusive, ilegal. Devido a essa recriminação em relação a esses saberes, o país demorou a aderir a políticas em prol do uso de medicamentos fitoterápicos e plantas. Somente no ano de 1978, com a Conferência de Alma-Ata, deu-se a regulamentação do uso de plantas medicinais e, conseqüentemente, a criação da Fitoterapia. Nesse momento, buscou-se, no Brasil, reconhecer os usos das plantas medicinais como formas de tratamento, a partir da criação de programas, regulamentos e conferências. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, por exemplo, realizada no ano de 1986, trouxe, entre suas recomendações, a “introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica preferida” (BRASIL, 1988).

O Brasil apresentou avanços em suas políticas públicas com a formulação e implementação de programas e legislação em relação à Fitoterapia desde Alma-Ata. Em 2006, a aprovação da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos pelo Ministério da Saúde (Decreto Nº 5.813, de 22 de junho de 2006) mostrou, por exemplo, a necessidade de se reconhecer essas práticas. Essa política teve como objetivo garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, reconhecendo e promovendo as práticas comprovadamente eficazes, desde o uso caseiro e comunitário até o uso e fabricação de medicamentos industrializados (BRASIL, 2006). Mais recente, outras políticas e legislações foram instituídas, tais como: aprovação do Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e criação do Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (Portaria Interministerial nº 2960, de 09 de dezembro de 2008), Criação do Programa Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Portaria nº 886/GM/MS, de 20 de abril de 2010), entre outras.

De um lado temos aqueles que defendem a criminalização das práticas; de outro, os que viram a necessidade da criação da Fitoterapia. Apesar dessa relação controversa, é possível perceber que houve um avanço no que diz respeito às políticas e à regulamentação do uso de plantas para fins curativos, passando-se a reconhecer a Fitoterapia como método terapêutico.

Além disso, são notáveis as contribuições de diversos povos na construção do conhecimento médico que temos hoje. Quando lançamos o olhar para as práticas e os saberes dos raizeiros, notamos, claramente, a interferência do conhecimento indígena, até mesmo nos

processos utilizados. Além do processo de maceração, por exemplo, muito usado pelos índios e por alguns raizeiros, em conversa com uma especialista da comunidade investigada, foi observada uma atuação direta do saber indígena na construção dos seus conhecimentos:

(1) Pesquisadora: A senhora lembra com quem aprendeu essas...

Inf.: Com índio, um índio velho... nós morava na fazenda... aí ele tinha um livro e o dia que tava sem dinheiro, ele ficava com esse livro pra cima e pra baixo... meu marido chamava João [...] Aí um dia ele disse... João me dá dinheiro pelo livro...aí João disse... tenho dinheiro não. Aí ele ficou pra cima e pra baixo com esse livro... chegou e me deu... ele e disse toma esse livro pra você... tu vai ganhar tanto dinheiro com esse livro... falei, índio de quê? que eu só vivo cozinhando aqui, como é que eu vou ganhar dinheiro desse livro? Aí ele diss... pois tu vai ganhar... levamos na brincadeira... quando foi um dia ele chegou com as raiz e olha aí... aí eu fiz as garrafadas (JRS)

Como vemos, o interesse e a origem das práticas da raizeira ocorreram a partir de um livro dado por um índio. A partir desse livro, mostrado por Dona Júlia (ver Anexo 4), ela começou a se interessar pela fabricação das garrafadas. É visível, ainda, o fator econômico destacado pelo índio, ao afirmar que ela iria *ganhar tanto dinheiro com esse livro*. Além desses aspectos, é interessante pontuar que, nesse caso, por ser um acontecimento mais recente, o índio já tinha acesso às pesquisas, aos conhecimentos científicos, o que, de fato, não ocorria no período colonial. Apesar disso, o trecho de fala demonstra que as influências indígenas perduram até os dias de hoje, seja pelo incentivo à prática, como observado, ou pela herança cultural desses povos.

Muitos dos usos medicinais indígenas da época da colonização se consolidaram e mantém-se, atualmente, em nível nacional e, em alguns casos, até mundial. Exemplo disso, temos o Guaraná, usado como suplemento energético; o Cumaru, utilizado como tônico cardíaco; a Andiroba, de uso anti-inflamatório e cicatrizante, dentre outros. No Brasil, o interesse pela medicina popular nasce dessa relação entre o colonizador, os índios e os negros, com seus diferentes conhecimentos sobre plantas medicinais.

Diante dessas considerações, vemos que o conhecimento que temos hoje acerca das plantas, seja para usos medicinais ou até mesmo culinários, é resultado de uma construção intercultural, isto é, surge a partir da relação de muitas culturas, muitos povos. O que sabemos não é individual, original, único. Tem muito de nós, da nossa identidade, e muito dos outros. Quando discutimos os usos medicinais que fazemos, desde as formas mais simples de tratamento até as formas mais tecnologicamente fabricadas, devemos ponderar toda uma cultura e um povo de mais de 500 anos, quiçá de milênios atrás.

Além de ser fruto de uma construção intercultural fundamentada em três raças indígenas-africanos-europeus/portugueses, a prática da medicina popular, como a dos raizeiros, também é resultado, muitas vezes, de pesquisas já realizadas. Isso pode ser

observado, por exemplo, em nossas experiências em campo, quando alguns dos raizeiros mencionaram o uso do livro *As plantas curam*, de Alfons Balbach, como instrumento de apoio no trabalho realizado. Considerando a importância da pesquisa científica na construção dos saberes desses especialistas, discutiremos, a seguir, os principais estudos brasileiros no âmbito da medicina popular. Isso ajudará ainda a compreender a importância das pesquisas para o ramo da linguística e das ciências humanas em geral.

1.2 UM OLHAR PARA AS PESQUISAS

A sistematização do conhecimento sobre plantas medicinais foi realizada em diversos trabalhos. Ganham destaque os estudos de Georg Ebers e dos gregos Hipócrates e Dioscórides, já discutidos anteriormente. Ao realizarmos uma revisão da literatura, com buscas de livros, teses e dissertações, foi possível perceber que, apesar do frei Velloso, em *Flora Fluminensis*, relatar informações sobre nossas plantas medicinais, o primeiro trabalho significativo nessa seara foi o livro de Philipp Von Martius, *Systema Materiae Medicae Vegetabilis*, publicado em 1843. Martius (1854, p.5), já nas primeiras páginas de seu livro, destaca: “Muitas cousas tive em vista na composição deste livro. Em primeiro lugar desejava formar uma relação completa de todas as plantas medicinaes brasileiras de que pude obter noticia.” Além da catalogação do maior número de espécies brasileiras possíveis, o autor pretendia, ainda, com essa obra, discutir as virtudes farmacodinâmicas das plantas medicinais, levando em conta suas propriedades químicas. Cabe ressaltar que, já em 1823, o autor publicara o livro *Historia Naturalis Palmarum*, em que procurava explicar ora os aspectos morfológicos das plantas ora o ambiente natural em que essas estavam inseridas (Anexo 5).

Além de Martius, muitos outros naturalistas se dedicaram a narrar as riquezas brasileiras, sobretudo de plantas nativas e dos diferentes métodos de tratamento locais. Dentre os naturalistas de maior destaque estão o brasileiro Frei Vellozo (1825), o português Bernadino Gomes e o francês Auguste de Saint-Hilaire (1824). O botânico francês, com a obra *Plantas Usuais dos Brasileiros* (1824), narra o uso de centenas de plantas medicinais, inclusive os costumes nativos em relação a elas. Frei Vellozo, nesse mesmo viés, realiza, em *Flora Fluminenses*, um estudo da flora da cidade do Rio de Janeiro. Suas coletas eram tão diversas que, muitas vezes, não se limitavam às plantas, incluindo aves, peixes e conchas. Apesar de concluída em 1790, a obra só veio a ser publicada em 1825. Dentre outros autores,

ganharam destaque, mais tarde, Manuel Freire Allemão de Cysneiros, com a publicação da *Materia Medica Brasileira* (entre os anos de 1862 e 1864) e Joaquim Monteiro Caminhoá, com *Elementos de Botânica Geral e Médica* (1877).

Até então, a flora brasileira e seus usos vinham sendo registrados, principalmente, por naturalistas europeus e, naquele período, utilizava-se da Farmacopeia portuguesa. Sendo a Farmacopeia um documento oficial que estabelecia parâmetros acerca dos usos farmacêuticos e métodos analíticos dos medicamentos, via-se a necessidade de criação de uma farmacopéia, de fato, brasileira. Tarefa a qual se dedicou Rodolfo Albino Dias (1926), que, em 1926, publicou a primeira edição da *Farmacopéia Brasileira*. Nela, o autor relata toda uma vida de pesquisa sobre as drogas vegetais e animais, manipulações e descrições de produtos químicos. Essa versão foi revogada posteriormente pelas edições de 1959, 1976, 1996 e, finalmente, pela quinta edição da Farmacopéia Brasileira, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 2010 e atualmente vigente no país.

O caráter das primeiras obras sobre plantas medicinais situava-se no âmbito precisamente botânico e químico. Os livros traziam apenas uma reunião de ilustrações e algumas descrições dos usos dos remédios naturais. Nesse período, estudos sobre plantas medicinais a partir de um viés antropológico ou linguístico sequer eram considerados. Entretanto, afirmar isso não desfaz a importância e contribuição inestimável que esses trabalhos tiveram para a época e têm até os dias de hoje. Os estudos dos naturalistas, por exemplo, colaboraram enormemente para o conhecimento que temos das plantas nativas e da biodiversidade brasileira.

Em ordem cronológica, temos, a seguir (Quadro 1), alguns estudos sobre plantas medicinais no Brasil, seja de uma perspectiva biológica, farmacológica, antropológica ou linguística. Não por acaso, alguns desses trabalhos compõem o embasamento teórico da presente investigação.

Quadro 1. Amostragem de alguns estudos sobre plantas medicinais realizados no Brasil

Literatura revisada	Ficha acadêmica	Tema estudado	Métodos utilizados	Conceitos e pressupostos teóricos
Martius, 1854 – Systema de matéria medica vegetal brasileira	Livro	Abordagem geral sobre plantas medicinais – catálogo, classificação e usos	Pesquisa de campo; coleta	Farmacologia; Botânica
Caminhoá, 1877 – Elementos de Botânica Geral e Médica	Livro	Estudo geral sobre as plantas e seus usos terapêuticos; compêndios e obras de importantes autores norte-americanos e europeus	Pesquisa de campo; coleta	Farmacologia; Botânica; Química
Silva, 1929 – Farmacopeia Brasileira	Livro	Descrição e identificação dos fármacos mais importantes da flora brasileira	Pesquisa de campo; coleta	Farmacologia; Botânica
Balbach, 1993 – As plantas curam	Livro	Manual com nomes de plantas e seus respectivos usos e métodos de tratamento	Pesquisa de campo; coleta	Farmacologia; Botânica
Di Stasi, 1996 (org.) – Plantas Mediciniais: arte e ciência: um guia de estudo interdisciplinar	Livro – reunião de artigos	Abordagem transdisciplinar sobre plantas medicinais - estudos nas áreas de Antropologia, Filosofia da ciência; Etnobotânica; Toxicologia; Química; Farmacologia; Agronomia	Cada artigo tem metodologias específicas (Estudos bibliográficos, pesquisas de campo, etc.)	Folclore; Filosofia da ciência; Etnobotânica; Farmacologia; Química
Schulz, Hänsel e Tyler, 2002 - Fitoterapia Racional: Um guia de fitoterapia para as ciências da saúde	Livro	Estudo sobre os aspectos botânicos, químicos e farmacológicos das drogas vegetais	Coleta e testes clínicos	Farmacologia; Botânica; Química
Araújo e Cabrera, 2007 – Comunidade negra no Cerrado: narrativas de curas e remédios.	Livro	Análise de narrativas de remédios e curas de uma comunidade negra do cerrado goiano	Entrevistas com comunidade negra “dos Almeida” de Silvânia (GO), de 2001 a 2005	História oral; Saberes e léxico – nomenclaturas das espécies vegetais do cerrado
Silva, 2007 – Um cotidiano partilhado: entre práticas e representações de benzedeiros e raizeiros	Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB)	As práticas e representações dos benzedeiros e raizeiros de Santana da Caatinga	Entrevista e documentação obtida em arquivos	História cultural; abordagem das práticas culturais, cotidiano e religiosidade; memória, história e identidade
Lorenzi e Matos, 2008 – Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas	Livro	Aspectos gerais sobre as plantas medicinais, suas formas de utilização e finalidade	Levantamento de plantas medicinais nativas	Histórico do uso de plantas medicinais; Fitoterapia e aspectos botânicos; Propriedades

				farmacológicas das plantas e doenças que podem ser tratadas
Araújo, 2014 – O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente	Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB)	Transformações no conhecimento etnobotânico Kalunga e o léxico especializado referente à flora	Entrevistas e registros fotográficos e escritos com moradores da comunidade Kalunga	Ecolinguística; Semântica Lexical - nomeação das plantas e o conhecimento etnobotânico; Etnoterminologia
Salomão, 2015 – Estudo Terminológico das Plantas Mediciniais da Comunidade Remanescente de Quilombola de Pimenteiras, Santa Luzia do Pará – PA	Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, da Universidade Federal do Pará	Os termos das plantas de uso medicinais utilizados pelos moradores remanescentes de quilombola da comunidade de Pimenteiras	Entrevistas, fichas terminológicas e registro de imagens	Terminologia e Socioterminologia: a língua no âmbito social; Saberes e identidade cultural
Monteiro e Brandelli, 2017 (orgs.) Farmacobotânica: aspectos teóricos e aplicação	Livro – reunião de artigos	Uso histórico de plantas medicinais pela sociedade; diferentes fatores que afetam a produção de substâncias bioativas; emprego das plantas – Fitoterapia	Caráter transdisciplinar – pesquisas de campo; pesquisas bibliográficas, etc.	Farmacologia; Botânica; Histórico dos usos medicinais
Costa, 2017 - Etnoterminologia na Língua Mundurukú (Tupí): sistema de cura e cuidado na voz de pajés, parteiras e puxadores de desmentidura	Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB)	Os etnotermos presentes no Sistema de Cura e Cuidados do povo Mundurukú; representações do sistema de saberes de pajés, parteiras e puxadores	Pesquisa etnográfica; entrevistas abertas, observações e gravações em áudio e vídeo;	Terminologia e Etnoterminologia; Ecolinguística (Etnoecologia Linguística); Léxico

Fonte: Elaborado pela autora

É possível perceber, a partir de um levantamento sistemático, a gama de estudos que levam em conta as plantas e seus usos medicinais. Houve uma mudança no decorrer do tempo, especialmente no que diz respeito às perspectivas pelas quais esse objeto de estudo é tratado. Na década de 1960 e 1970, começou-se a se falar em etnociências², um dos enfoques que mais têm colaborado para o estudo do conhecimento das populações tradicionais, e em etnobotânica, campo de estudo que se dedica às relações entre povos e plantas (COUTO, 2007; NENOKI DO COUTO, 2012). Essas áreas passaram a ganhar importância e a etnobotânica passou a ser aplicada às pesquisas sobre plantas medicinais. Trabalhos que antes priorizavam apenas os enormes inventários de plantas, a partir da década de 1960, com o incremento dos estudos “*etno*”, começaram a destacar as relações entre plantas e cultura. Nesse sentido, os trabalhos inauguram, a partir desse período, o interesse em compreender e questionar, sobretudo, o modo do homem pensar a natureza.

Passou-se a traçar, ainda, nos estudos sobre plantas medicinais, um acentuado debate em torno da produção do conhecimento, de modo a questionar as formas constituídas de saber que norteiam nossa compreensão de mundo. Pesquisas que antes eram inseridas apenas na seara da biologia e da química estabeleceram, a partir desse período, diálogos com outras áreas do conhecimento, inerentes às ciências humanas, como a antropologia ou a linguística. A emergência das ciências sociais, no século XIX, é um dos fatores que cria condições para essa ampliação.

No levantamento de obras realizado, ilustramos de que maneira ocorreu o avanço desses estudos. Os anos de 1824 e 1929, ilustrados pelas obras de Martius e Silva, demonstram que, nessa época, o interesse dos autores se voltava para a realização de um inventário dos nomes científicos e usos das plantas medicinais. Essas obras, mesmo que restritas à botânica ou à farmacologia, contribuíram enormemente para que outros estudos fossem realizados, até mesmo nos dias de hoje. Sem esses trabalhos anteriores de levantamento e classificação, pesquisas linguísticas acerca da terminologia/socioterminologia das plantas, por exemplo, seriam impossíveis.

A década de 1990 merece especial destaque nos estudos sobre as plantas medicinais. O livro *Plantas Medicinais: arte e ciência: um guia de estudo interdisciplinar* (1996), organizado por Di Stasi, traz uma abordagem inovadora no que diz respeito às pesquisas brasileiras. Os artigos que compõem o livro abordam o tema sob diversos aspectos. Disserta sobre as plantas medicinais do ponto de vista farmacológico, químico, agrônomo,

²Discutiremos com mais afinco os pressupostos e abordagem da Etnociência no segundo capítulo, *Pensando a Ecolinguística*.

antropológico, etc. Já na introdução do livro, Di Stasi (1996, p. 13) destaca que este “inclui capítulos voltados para a compreensão do universo global dos estudos das plantas medicinais, demonstrando a imbricada relação de diversas disciplinas e priorizando os aspectos da cultura popular”.

Destacamos, nesta dissertação, os artigos *Conceitos básicos na pesquisa de plantas medicinais* e *A multidimensionalidade das pesquisas com plantas medicinais*, de Di Stasi, e *A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais*, de Amorozo. Constituem-se como importantes na medida em que dialogam com nossa abordagem, tendo em vista seus objetos de pesquisa e áreas de conhecimento. Além desses artigos, os trabalhos *Arte, ciência e magia*, de Di Stasi, e *Folclore: conceitos e metodologia*, de Savastano e Di Stasi (que também compõem o livro), demonstram de que forma os olhares sobre o assunto se ampliaram nessa época. As observações dos estudiosos passaram da mera coleta a uma abordagem cultural e multidisciplinar.

Outras pesquisas mais recentes, como a de Silva (2007), Araújo (2014) e Salomão (2015), também se destacam quando pensamos em estudos brasileiros sobre plantas medicinais. Silva (2007), a partir da abordagem da História Cultural, direciona-se, como demonstrado no quadro, para as práticas de cura de benzedeiros e raizeiros, tendo em vista os sentidos sobre memória, questões identitárias e embates cotidianos. Cabe salientar que, apesar de também se debruçar sobre os saberes dos raizeiros, o autor parte de uma abordagem teórica diferente da que sustenta a presente investigação. Araújo (2014) e Salomão (2015) fundamentam-se, além de em outras perspectivas, na Terminologia/Socioterminologia, com o intuito de analisar o léxico das plantas medicinais, assim como pretende fazer este trabalho. Ambos os autores tratam desses saberes, considerando-os como elementos constituintes da identidade e da cultura de um dado povo.

Interessante pontuarmos que esses novos modos de enxergar as plantas medicinais não excluem os estudos realizados anteriormente. Não significa ainda que a realização de levantamentos e inventários não exista nos dias de hoje. Não raro, vemos esses tipos de pesquisas, mas, muitas vezes, com uma percepção mais holística, abrangente. Podemos citar, por exemplo, o artigo *Levantamento etnofarmacológico das plantas medicinais utilizadas pelos usuários da unidade de saúde da família Paulo Leal de Melo em Maceió-AL*, em que os autores (MADEIRO; LIMA, 2017), apesar de fazerem um levantamento de plantas, passam a incluir o indivíduo em suas discussões, em uma perspectiva *etno*- como não se fazia em outras épocas.

Como é possível observar, os espaços foram se ampliando. Junto ao desenvolvimento socioeconômico do país, surge a inclusão das plantas medicinais em pesquisas de inúmeros profissionais de várias áreas do conhecimento.

1.3 OS SABERES MÉDICOS NA ATUALIDADE: A OPOSIÇÃO ENTRE PARADIGMA DOMINANTE E PARADIGMA EMERGENTE

Após o século XIX, com o desenvolvimento da ciência, a subsequente urbanização e o surgimento de novas alternativas de tratamento, o ser humano começou a enxergar de outra maneira os saberes que antes eram considerados significativos. As novas perspectivas sobre o conhecimento e o seu significado passaram, a partir de então, a serem concebidas pelos moldes racionais. Nesse contexto, em detrimento das sabedorias locais, um novo modelo acabou por omitir todos os atores contribuintes no desenvolvimento dos tratamentos medicinais, como se esses nunca tivessem existido. A partir de então, começou-se a pensar na noção de ciência, e em consequência, na oposição de saberes. É exatamente na desconstrução dessa oposição que residem os estudos de Boaventura de Sousa Santos. O autor em seu livro *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* (2007) discute a possibilidade de uma reinvenção especialmente no plano epistemológico, para que se supere o pensamento hegemônico estabelecido pela ciência.

Passamos quase que de forma inconsciente, a nos pautar pelos conhecimentos que, de maneira geral, chegaram a nós através da academia e da ciência. Isso demonstra o predomínio do paradigma moderno de ciência nos dias atuais, que, em nome desta cientifização, nega todos os outros conhecimentos que não se pautem no modelo científico. Nesse sentido, vemos a indispensabilidade da crítica a esse paradigma de racionalidade. Para entendermos melhor a posição que têm ocupado os saberes médicos atualmente e, também, que têm ocupado os próprios sujeitos, faz-se necessário discutir a distinção entre o emergente³ e o dominante, proposta por Santos (2007, 2010). Além disso, ressaltamos, aqui, que daremos ênfase à construção dos saberes populares, especialmente no que diz respeito às práticas dos raizeiros, ao manejo e ao uso da flora por essa comunidade.

³ Santos (2010) aponta a necessidade de uma nova ordem científica, que supere o paradigma dominante. O autor afirma, então, que um novo paradigma está **emergindo**, em **progresso**. Segundo ele há uma crise do paradigma da ciência moderna, o que, por sua vez, traz consigo traços principais de um paradigma emergente (holístico, transdisciplinar, empírico).

A trajetória histórica das relações entre os saberes científicos e os populares demonstra que houve (desde sempre) uma hegemonia da ciência em detrimento dos conhecimentos tradicionais. Os saberes indígenas, por exemplo, não tinham por parte dos invasores europeus nenhuma validade, uma vez que o sistema europeu demonstrava uma generalizada negação, sendo que os conhecimentos da metrópole eram considerados inquestionavelmente superiores (GERBI, 1996 [1955] *apud* LITTLE, 2010). Dessa forma, é possível perceber que o paradigma atual de conhecimento sobrevive no *versus*, a partir da distinção e da não comunhão de saberes e, sobretudo, de indivíduos. A ciência se baseia em uma dicotomia tediosa e inoportuna (Quadro 2):

Quadro 2. Paralelo entre paradigma dominante e paradigma emergente

Paradigma dominante	Paradigma emergente
Pressupostos epistemológicos e metodológicos rígidos	Relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica
Fragmentado; disciplinar	Holístico; transdisciplinar
Consagração do sujeito epistêmico	Consagração do sujeito empírico
Privatização do conhecimento	Constituído e controlado socialmente

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Santos (2010)

Assim como nos apresenta Santos (2010), Chauí (2000), ao realizar uma reflexão filosófica sobre a teoria do conhecimento, mostra que o paradigma científico do conhecimento se pauta não por dados empíricos espontâneos de nossa experiência cotidiana, mas é construído pelo trabalho da investigação científica. Sendo assim, para a autora, ao contrário do conhecimento popular, a ciência não se baseia em hábitos, preconceitos ou tradições cristalizadas. Isso nos mostra que essa resulta de um trabalho racional, e pressupõe, então, a existência de uma verdade absoluta, de procedimentos corretos para bem usar o pensamento. Nesse sentido, o conhecimento científico, dominante, comumente pautado por uma visão positivista, nega de forma totalitária todas as formas de conhecimento que não se fundamentam em seus princípios epistemológicos e metodológicos.

Tem-se, portanto, uma noção de ciência que fecha as portas para muitos outros saberes. Capra (1996) defende que, em função de seguir um pensamento cartesiano, acabamos por perder, muitas vezes a complexa visão em redes, a visão do todo. Vemos,

então, que se constrói um conhecimento fragmentado e disciplinar em contraposição à abordagem holística e integradora dos saberes populares. Esse conhecimento avança por meio da *progressiva parcelização do objeto* (SANTOS, 2010, p. 55), visível nas inúmeras especializações da ciência. A perspectiva holística, além de proporcionar estudos de caráter interdisciplinar, permite que os saberes populares recorram, muitas vezes, a trabalhos de caráter científico, o que torna essa relação ainda mais complexa. Tudo isso devido ao usufruto do poder hegemônico. Enquanto, por um lado, os saberes populares colocam-se dispostos a dialogar com o científico, por outro, o conhecimento científico usufrui dos saberes populares somente como matérias primas para experiências em laboratórios. Nesse mesmo contexto, “inferioriza-se a ordem do cotidiano como lugar de experimentação” (LITTLE, 2010, p. 140)

Dessa maneira, como ilustrado no quadro, a concepção de sujeito-pesquisador nesses paradigmas do conhecimento também é diferente, uma vez que cada um é construído à sua maneira. Ousamos dizer que não apenas essa noção, mas, sobretudo, a própria relação entre sujeito e objeto de pesquisa. De um lado temos o paradigma científico, que preza o sujeito epistêmico, ou seja, o sujeito baseado na racionalidade, na lógica, não tolera a interferência de valores humanos ou religiosos. Do outro, o paradigma emergente, que prioriza o *lugar da experimentação*, ou seja, o sujeito empírico, o conhecimento que se dá a partir da prática e um objeto de estudo que é também uma *continuação do sujeito* (SANTOS, 2010).

Em contraposição ao científico, a construção do conhecimento popular, atualmente, tem se baseado na tradição oral. Concomitante com o que aponta Little (2010), Amorozo (1996, p. 55) afirma que “em sociedades tradicionais, a transmissão oral é o principal modo pelo qual o conhecimento é perpetuado”. Em nossas conversas, um dos especialistas também enfatiza esse processo de transmissão intergeracional:

(2) **Inf.:** *A princípio da minha:.. da minha condição de conhecimento de plantas que eu faço veio do meu pai... quando meu pai era vivo ele tinha a cisma...a impressa... sugestão que tinha problema de coração.. nós íamos para o campo ele me mostrava as planta que tirava água do coração... que curava o coração e que curava as doença reumática.. aí começou... começou o princípio do meu conhecimento. (JSO)*

Como ilustra José, o interesse de seu pai pelas plantas e pela medicina popular foi o que motivou a busca e a aquisição de seus saberes. Conforme podemos notar, geralmente, nesse tipo de tradição oral, os conhecimentos são transmitidos dos mais velhos para os mais novos, que podem ter ou não algum grau de parentesco. Interessante pontuar, nesse contexto, que a aquisição e a propagação do saber medicinal do raizeiro surgiram a partir das inter-relações sociais dentro da comunidade, com a própria família. Além disso, é possível perceber

um conhecimento construído na experimentação, a partir da *cisma*, da *sugestão* e, sobretudo, a partir das experiências no campo.

1.3.1 O lugar do conhecimento dos raizeiros no mundo contemporâneo: a necessidade de uma *ecologia de saberes*

Como temos apontado em nossas discussões, é possível perceber que há, atualmente, uma substituição do conhecimento popular, geralmente produzido por populações tradicionais, por um paradigma científico. Essa substituição e consequente inferiorização dos saberes populares é reflexo de uma concepção positivista de ciência e do que Santos (2007) chama de *monocultura do saber*. De acordo com o autor (SANTOS, 2007, p. 29),

[a]o constituir-se como monocultura (como a soja) destrói outros conhecimentos, produz o que chamo “epistemicídio”: a morte de conhecimentos alternativos. Reduz realidade porque “descrebidiliza” não somente os conhecimentos alternativos mas também os povos, os grupos sociais cujas práticas são construídas nesses conhecimentos alternativos. Qual é o modo pelo qual essa cultura cria inexistência? A primeira forma de produção de inexistência, de ausência, é a ignorância.

Nas discussões traçadas pelo autor, há uma concepção de superioridade do conhecimento científico em relação a outros conhecimentos, o que situa esses sujeitos como *ignorantes e inferiores*. Segundo ele, a ciência insiste em considerar inválido o conhecimento que esses sujeitos ou comunidades tradicionais criam e utilizam para dar sentido às suas práticas. Dessa maneira, vemos que a multiculturalidade dá lugar à defesa de uma monocultura. Em consequência, temos a morte das epistemologias que não se assemelham à ciência moderna, o epistemicídio. É claro que esse é um processo bem mais multiforme, porque envolve, para além de questões epistemológicas, questões políticas, econômicas, etc. Tendo em vista o objetivo principal desta dissertação, não pretendemos avançar em todos esses aspectos.

Na mesma perspectiva do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, encontram-se os estudos ecolinguísticos e etnocientíficos, nos quais se embasa esta pesquisa. Esses afirmam a necessidade de valorização e de preservação dos conhecimentos e dos próprios povos tradicionais, além de proporem um diálogo entre saberes. Consoante com o que propõem essas teorias, foi possível perceber, em conversa com os raizeiros, essa questão da monocultura do saber:

(3) *Pesquisadora: É... verdade.. O senhor acha que esse conhecimento que o senhor tem sobre as plantas ele é valorizado pelas pessoas.. ou o senhor acha que o preconceito...*

Inf.: Pelos que me conhece sim, agora pelos médicos dá muito preconceito pelo seguinte... porque há uma falsidade ideológica dos radiologista e dos médicos que quando as pessoas vem cá e põe as pedra e vai neles eles falam que num botou.. que é um complô de uma falsidade ideológica muito grande dentro do () porque o maior homem que impressiona o paciente chama-se radiologista pra jogar para os médicos... que eu sei que eles tem comissão... no tal caso que sê tá me entrevistando... você vai filmar um vidro de pedra que tem a média de 700 a 800 pedra de vesícula que eu tirei duma mulher de Brasília e tem uma senhora que sai daqui hoje aqui de Nerópolis que ela coloco mais 240, 250 pedra de vesícula... ela veio toma a segunda dose.. só que os médicos num admite meu trabalho... (JSO)

Como vemos, o raizeiro ressalta que, por parte das pessoas que o conhecem, há uma valorização de seus saberes medicinais. No entanto, os médicos têm preconceito, chamado por ele de “falsidade ideológica”. Entendemos, nesse contexto, que José acredita que há uma ideologia dos médicos de que o conhecimento dele não tem validade alguma, uma vez que, muitas vezes, os médicos não acreditam que ele foi capaz de contribuir para os pacientes expelirem pedras das vesículas. O conhecimento científico, nesse caso os saberes médicos, marginaliza e cria estigmas em relação aos saberes do raizeiro.

Há, por parte dos raizeiros, a necessidade de fortalecer a importância do seu conhecimento, bem como a necessidade de sua existência e de suas práticas. Em nosso primeiro encontro, o senhor José, por exemplo, fez questão de levar um amigo paciente, que chegou a afirmar que o raizeiro o ajudou no tratamento de sua doença. Além disso, quando perguntados se alguém mais fazia esse tipo de trabalho, todos eles responderam que não, que *ninguém mais tem esse conhecimento*. Os discursos deles sempre apontavam para a necessidade de demonstrar o valor de seus saberes.

É possível notar, também, que atualmente esses saberes populares têm sofrido grande influência da tecnologia. A existência de um *site* e de um cartão de visitas (Anexo 6) para divulgação do trabalho de um dos raizeiros ilustra essa questão. Isso demonstra, para além da interferência da tecnologia nesses saberes, o posicionamento do especialista, uma vez que, apesar de se autodenominar fitoterapeuta, ao ser perguntado sobre sua profissão, José se define como pesquisador. Desse modo, o cenário desprivilegiado, subalterno, enfrentado pelos raizeiros e enfatizado por José gera, eventualmente, a negação da sua própria condição de raizeiro. Situa-se não mais como raizeiro (como o chamam todos na região), mas como pesquisador, posição tida como mais privilegiada na sociedade atual, de pessoas que detém o “verdadeiro” conhecimento, o conhecimento científico. Nesse contexto, considera seus saberes como importantes, situa-os como científicos, reforçando a ideia de que só é importante o que é científico, acadêmico.

Tendo em vista essa complexa relação entre dominante-emergente, alguns autores, como Capra (1996), Mignolo (2003), Castro-Gómez (2007) e Santos (2007, 2010), têm apontado para a necessidade de uma racionalidade mais plural e abrangente, que leve em conta o perfil de todos os saberes, evitando muros epistemológicos. Muitos desses estudiosos (podemos citar Mignolo, 2003; Castro-Gómez, 2007 e outros) tratam dessa temática pautados pelo *pensamento decolonial*. Em geral, essa teoria fundamenta-se na ideia de superação da ordem colonial, ou seja, de mecanismos de subalternização dos povos, práticas, conhecimentos, línguas e saberes. Considerando o enfoque desta pesquisa, não adentraremos nessas questões decoloniais, entretanto, a partir dessa abordagem, é possível avistar que muitos estudos que coadunam com este trabalho têm ressaltado a urgência do diálogo *interepistêmico* (MIGNOLO, 2003).

Desse modo, frisamos o diálogo e defendemos, sobretudo, o que Santos (2010) chama de *ecologia dos saberes*, que pressupõe a integração desses conhecimentos. Capra (1996), nessa mesma perspectiva, esclarece que a mudança de um paradigma requer uma expansão não apenas de nossas percepções e modos de pensar como também de nossos valores, na medida em que os fatos científicos surgem também das percepções, valores e ações humanas. Quando falamos em *ecologia dos saberes*, uma primeira questão que surge é: O que é ecologia?

Ecologia, do grego *oikos* (“lar”) e *logos* (“estudo”) significa o estudo do lar. Mais precisamente é o “estudo das relações que interligam todos os membros do Lar Terra” (CAPRA, 1996, p. 43). Conforme Capra (1996) esclarece, pensar em ecologia é pensar em redes. Desse modo, entendemos a noção de conhecimento também como uma rede de concepções, uma vez que “essa introyisãõ é de importância decisiva para toda a ciência moderna [...]. No novo paradigma, é reconhecido que todas as concepções e todas as teorias científicas são limitadas e aproximadas. A ciência nunca pode fornecer uma compreensão completa e definitiva” (CAPRA, 1996, p. 49). Nesse contexto, para que haja uma mudança da *monocultura do saber* para uma *ecologia de saberes* é necessária, acima de tudo, uma mudança de paradigmas, uma mudança da parcelização para a integração. É exatamente essa a mudança que também propõem os estudos ecolinguísticos.

Nessa mesma linha holística de Capra (1996), Boaventura (2007) apresenta uma *Ecologia dos saberes*. Ela envolve a conversão da fragmentação para o todo e, sobretudo, a necessidade de uma nova ordem científica, deixando de lado uma concepção de pensamento linear, na qual reside somente uma verdade.

A ecologia dos saberes não se trata de “descredibilizar” as ciências nem de um fundamento essencialista “anticiência”. Mas a possibilidade da ciência não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês (SANTOS, 2007, p. 32).

Como é possível notar, faz-se necessário reinventar a ciência, de modo que se considere uma racionalidade mais ampla. Little (2010) ao enfatizar a etnoecologia, ressalta essa necessidade do diálogo entre o científico e o tradicional. Para ele, a intercientificidade é entendida como as maneiras de interação entre esses dois diferentes sistemas de conhecimento. Sendo assim, da mesma forma que o diálogo entre duas diferentes culturas produz interculturalidade, relações entre distintos sistemas de conhecimento produzem intercientificidade.

Nesse sentido, vemos que não se trata de um fundamento anticiência, mas da possibilidade de um efetivo diálogo entre o saber científico e o saber popular, laico, etc. O conhecimento científico que temos hoje é relevante e necessário, mas deve estar situado em uma ecologia de saberes mais abrangente. Conforme reflete Chauí (2000) não seriam nossas crenças cotidianas também um saber verdadeiro, um conhecimento? Partindo desse questionamento, vemos que se deve construir uma epistemologia que negue a hierarquização e a hegemonia dos saberes e que também considere significativos saberes como os produzidos por curandeiros/as, benzendeiros/as e raizeiros/as. Sendo assim, pensar no conceito de hegemonia faz-se, então, fundamental uma vez que nos auxilia na compreensão de como se articulam o científico e o popular no contexto atual. Segundo o dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, Hegemonia vem do grego *hegemonía*, que quer dizer preponderância, supremacia. Logo, quando pensamos em hegemonia de saberes, vem-nos a noção de supremacia de um saber sobre o outro, nas palavras de Santos (2007, p. 55), hegemonia nada mais é que “a tentativa de criar consenso baseada na ideia de que o que ela produz é bom para todos”.

Sabemos que a ciência se constrói por saltos ou revoluções, ou melhor, mudança de paradigmas. A mudança desse velho paradigma redutor para um ecológico é necessária, mas não é fácil. Desconstruir e superar esse modelo epistemológico pautado pela diferença e pela inferiorização do saber popular e do próprio outro requer coragem. Nas palavras de Santos (2007), construir a emancipação pressupõe, acima de tudo, uma superação dos valores, da vontade de hegemonia.

Vemos, então, que não foram apenas as técnicas do trabalho com plantas medicinais que se transformaram, pois, junto com elas, surgiu também uma nova concepção de conhecimento. Pensar em um sentido histórico requer ver não somente a transição de um saber popular para um científico, mas entender como essa mudança passou a ser compreendida na sociedade. Difícil delimitar com segurança quando foi que os saberes científicos ganharam mais força, ainda que seja claro que o século XIX tenha sido decisivo para isso. Assim, ao traçarmos essa trajetória dos usos de plantas como práticas terapêuticas, ressaltamos, aqui, que se trata de um *continuum* e não de delimitações datadas.

A partir de nossas considerações, vemos que, mesmo situando-se em um lugar marginalizado, os saberes dos raizeiros ainda resistem na sociedade atual e apresentam-se, muitas vezes, tão complexos quanto os saberes prezados pela modernidade. De um ponto de vista histórico, os usos terapêuticos das plantas remontam à Antiguidade e, tendo em vista sua importância, foi objeto de estudo das mais variadas pesquisas, de diversas áreas. No Brasil, trabalhos sobre o assunto são bem mais recentes quando comparados a estudos em nível mundial, o que não desfaz a importância dessa temática em contexto brasileiro.

Além de compreender como ocorreram os estudos sobre plantas medicinais, seja em contexto brasileiro ou não, foi possível, neste capítulo, entender como se dava o conhecimento popular. Pautados pela empiria e pela prática, esses saberes ocorreram desde a colonização e, muitas vezes, atuaram como única alternativa para amenizar problemas de saúde.

No próximo capítulo abordaremos os pressupostos da Ecolinguística, que contribuem para a fundamentação da pesquisa. Diante disso, se faz necessário realizar um breve panorama histórico da teoria, discutir de que maneira ela se instaura em um paradigma ecológico, bem como os conceitos centrais dessa abordagem. Além disso, enfatizaremos a subárea da Etnoecologia Linguística, a qual se vincula esse estudo.

CAPÍTULO 2

PENSANDO A ECOLINGUÍSTICA

A Ecolinguística, conforme temos destacado até aqui, prima por um paradigma ecológico para os Estudos da Linguagem e, nesse sentido, defende que a linguagem deve ser enxergada a partir da noção de “relações”. Tendo em vista essa nova proposta para os Estudos da Linguagem, acreditamos ser importante direcionar este capítulo para a compreensão desta abordagem, uma vez que, enquanto teoria-base desta dissertação, ela direcionará nosso olhar para os nossos dados. Diante disso, pretendemos nos limitar, neste capítulo, a algumas questões, a saber: 1) *quando e como surge esse novo paradigma?* 2) *o que entendemos por paradigma ecológico?* 3) *quais os conceitos centrais da Ecolinguística?*

Nos últimos anos, a Ecolinguística vem ganhando terreno nas inúmeras áreas da Linguística, seja em estudos de caráter mais endoecológicos, que levam em conta a estrutura da língua, ou exoecológicos, que consideram a relação entre língua e mundo externo. Dentre os estudos aos quais se dedica a Ecolinguística, temos a subárea Etnoecologia Linguística. Essa área propõe, especialmente, estudar as relações entre Ecolinguística e Etnociências, focando na maneira como se dão as interações entre o indivíduo, o meio ambiente e a língua. Assim, após apresentarmos os aspectos centrais da teoria Ecolinguística e sua compreensão acerca da relação Território, Povo e Língua, concentraremos nossas discussões na Etnoecologia Linguística, especialmente na Etnobotânica e na Etnomedicina.

Uma vez que este é o capítulo de fundamentação teórica desta dissertação, como o próprio nome já indica, é aqui que faremos a apresentação da base do nosso estudo. Esta parte, então, como um caule, espinha dorsal da planta, integra as raízes e folhas, estrutural e funcionalmente. Desse modo, uma sustentação teórica consistente e coerente é essencial, uma vez que garante uma boa formação dessa espinha dorsal e fortifica o conjunto de nosso texto. Analogamente, tendo em vista a importância de um escopo teórico que estruture o percurso traçado na presente investigação, torna-se relevante dedicarmos-nos a essa questão. Para tanto, recorreremos a alguns autores como Couto (2007), Araújo (2014), Costa e Gomes (2013), entre outros.

Não é novidade que o entendimento de língua foi, com o aparecimento de teorias recentes, adquirindo novos moldes. Antes pensada apenas como um sistema organizado de regras, como expressão do pensamento ou até mesmo como um sistema estritamente mental,

com o surgimento da Sociolinguística, a língua ganha um novo olhar. Nessa lógica, a Ecolinguística, entendida como o estudo das relações entre língua e meio ambiente (social, natural e mental), busca traçar um novo modo de se pensar linguagem/língua. É comum os ecolinguistas escutarem as seguintes questões em relação ao seu campo teórico: Não seria a Ecolinguística nada mais que uma reprodução dos estudos sociolinguísticos? Não consideram, os estudos ecolinguísticos, a relação entre língua, sociedade e cultura? As respostas para esses questionamentos são, respectivamente, não e sim. Primeiro, reiteramos, aqui, que a Ecolinguística não é um espelho dos estudos sociolinguísticos. A proposta da Ecolinguística vai além: pensar a língua como algo mais amplo; é social, não negamos, mas é, além disso, mental e natural, conforme explicaremos mais adiante. Segundo, a Ecolinguística considera incontestável a relação entre língua, sociedade e cultura, mas faz-se mais abrangente na medida em que considera o aspecto *biopsicossocial* da linguagem (COUTO, 2016, p. 224). Cabe ressaltar, ainda, que o fato de que “ir além” não significa rejeitar outras concepções, até mesmo porque as pesquisas em Ecolinguística não negam a importância dos estudos estruturais da língua (endoecológicos), desde que esse dialogue com os aspectos externos inerentes a ela (exoecológicos).

Pautando-se em um paradigma ecológico, a Ecolinguística defende uma visão de língua que segue os princípios da ecologia. Conforme introduzimos no capítulo anterior, essa é a proposta de Capra (1996): uma mudança de paradigma que aponte para uma visão holística, em redes, da parte para o todo. Em consonância com Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas*, Capra (1996) entende paradigma como o conjunto de valores, percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade científica. Desse modo, o paradigma ecológico surge como um conjunto de valores que reconhece o mundo a partir de relações, do ser humano integrado à natureza. Esse novo modo de pensar está associado à escola filosófica chamada Ecologia Profunda, fundada pelo norueguês Arne Naess, no início da década de 1970. Segundo Capra (1996, p. 16), em contraposição a uma “ecologia rasa”, uma visão centralizada no ser humano em detrimento da natureza, a Ecologia Profunda

[...] não separa seres humanos — ou qualquer outra coisa — do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

Nesse sentido, a Ecologia Profunda, assim como a *Ecologia dos Saberes* de Santos (2007), questiona os paradigmas e modos de pensar modernos, científicos e industriais que

são restritivos e isoladores. Com base numa visão ecológica de mundo e em valores ecocêntricos, esse novo paradigma da Ecologia Profunda entende que todos os seres vivos estão interligados em uma rede de interdependências. A máxima é, conforme temos apontado no decorrer deste estudo, entender a ciência e, sobretudo, a vida como redes. Propõe-se, portanto, uma perspectiva que seja holística ou, dito de outra maneira, “sistêmica”. Essa noção instaura-se exatamente na tensão parte-todo. O pensamento sistêmico busca, ao contrário de perspectivas mecanicistas e reducionistas, uma concepção que leve em conta o todo. Os ecossistemas, assim, como nos mostra Capra (1996), são compreendidos em forma de teias, redes, uma comunidade ecológica, um conjunto de organismos funcionando como um todo por meio de suas relações mútuas.

Diante disso, a Ecolinguística fundamenta-se em um paradigma ecológico, trazendo uma perspectiva ecológica para os Estudos da Linguagem. Da mesma maneira que esse campo se preocupa com o aspecto dinâmico dos ecossistemas, apresenta uma noção de língua não estática e holística. Defende, também, a preocupação com a diversidade linguística e com a totalidade, uma vez que, tal como esclarece Couto (2007, p. 87), “[...] a língua faz parte de uma imensa teia de relações”. Nesse contexto, a Ecolinguística sustenta a ideia de redes, enxerga os fenômenos da linguagem e do mundo a partir de uma visão integradora, não fragmentada. Nas palavras de Makkai (2016, p. 105, grifos do autor), os estudos ecolinguísticos devem conduzir “as novas gerações de linguistas para uma visão da linguagem filosoficamente mais tolerante e de modo geral **inclusiva**, não **exclusiva**”. Isso quer dizer que, ao adotarmos um paradigma ecológico, podemos repensar velhas convicções da Linguística e, sobretudo, da ciência, de modo a reconhecer, também, seus papéis morais.

2.1 BREVE HISTÓRICO

Conforme nos mostra Couto (2007), embora, já em 1866, Ernst Haeckel usasse o termo “Oecologie” em *Generelle Morphologie der Organismen*, ainda não se havia pensado na possibilidade de trabalhar os fenômenos linguísticos sob esse viés. Somente a partir da década de 1970, os estudiosos começaram a pensar em uma perspectiva ecológica para os Estudos da Linguagem. Couto (2007) esclarece que Heinar Haugen, Alwin Fill, Wilhelm Trampe e Adam Makkai foram alguns dos autores que contribuíram para o desenvolvimento desse novo paradigma ecológico. Além dos nomes citados, vemos “raízes” da Ecolinguística

em outros pensadores que, mesmo antes do surgimento do termo, reconheceram a importância de se estudar a diversidade linguística e as relações entre a língua e o meio ambiente. Dentre eles, destacamos Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf. Edward Sapir (1969), por exemplo, é um dos primeiros nomes que encontramos quando lemos acerca da relação entre homem, língua e meio ambiente. O linguista trata, especialmente, de como o ambiente físico, que é também social, reflete-se na linguagem.

Apesar de já haver uma visão embrionária da Ecolinguística em alguns pensadores, foi somente em 1972 que ela veio a ser definida. Segundo Couto (2007), em 1970, Makkai informou que Haugen o havia sugerido o termo “ecolinguistics” na palestra “A ecologia da Linguagem”, nome que viria a ser dado a um livro de Haugen em 1972. Apesar disso, o termo Ecolinguística ainda não estava em uso, com os pesquisadores falando em *ecology of language* e *language ecology*. Ao definir a ecologia da língua como um estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente, Haugen (1972 *apud* Couto, 2007) a relaciona estritamente ao meio ambiente social, diferente do que propõe Couto (2007). Embora haja um maior esclarecimento nesse segundo, uma vez que ele traz à tona o meio ambiente mental e natural juntos, holisticamente, é elogiável o pioneirismo e a relevância de Haugen, considerado o pai da Ecolinguística. Nele, temos o gérmen dessa proposta.

Couto (2007) mostra ainda que embora o termo “Ecolinguística”, ao que tudo indica, tenha sido oralmente proposto por Haugen, em 1970, só veio a aparecer por escrito somente em Marcellesi, em 1975, depois em Gobard, em 1976. O terceiro a usar esse termo foi o psicolinguista Kurt Salzinger, seguido de Claude Hagège, em 1985. Couto et. al. (2016) esclarece que Salzinger avançou no sentido de apontar para uma ecologia da interação comunicativa; Hagège, por sua vez, adiantou o tema da diversidade de línguas e de dialetos e o que chamamos hoje de “relações organismo-mundo”. A partir daí, a associação entre língua e ecologia foi se tornando cada vez mais recorrente. Em 1993, o conceito da Ecolinguística acaba se consolidando nos estudos da linguagem, com a colaboração significativa de Fill e Makkai, com os respectivos livros *Ökologie: Eine Einführung* (1993) e *Ecolinguistics: Toward a new **paradigm** for the science of language?* (1993).

No Brasil, o primeiro linguista a falar em Ecolinguística foi Couto, em 1999, seguido por Francisco Gomes de Matos, em 2001, que apesar de não desenvolver textos escritos nesse período, já tratava oralmente do termo. Desde então, a teoria tem se espalhado pelo país, com representantes na capital Brasília e nos estados de Goiás, Tocantins, Bahia (especialmente na cidade de Feira de Santana), Minas Gerais, dentre outros. Esses estudos foram ganhando mais destaque e, com interesse em solidificar a união e o compartilhamento de ideias dos

pesquisadores da área, inseriram-se os estudos ecolinguísticos como temática de um núcleo de estudos da Universidade Federal de Goiás, que já realizava pesquisas na área do imaginário. Criado em 2008, passou, a partir de então, a ser chamado Núcleo de Estudos de Ecolinguística e Imaginário (NELIM). Coordenado pela Profa. Dra. Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto, o NELIM abrange atualmente a área do Imaginário Durandiano e da Ecolinguística. Além dos encontros semanais, em 2013, o núcleo promoveu o I Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística (I EBIME). Com esse impulso inicial, o grupo não parou mais e passou a realizar eventos anualmente. Em 2018, tivemos o IV Encontro Brasileiro de Ecolinguística (IV EBE), que ocorreu na Universidade Federal do Ceará. O evento contou com a presença de importantes nomes da Ecolinguística, como Alvin Fill, Hildo Honório do Couto, Pere Comellas Casanova, entre outros.

Paralelamente aos eventos que vêm sendo realizados, foram publicados alguns livros na área, como *Ecolinguística: estudos das relações entre língua e meio ambiente* (2007) (primeiro livro publicado no Brasil) e *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem* (2016), organizado por Hildo Honório do Couto, Elza Nenoki do Couto, Davi Albuquerque e Gilberto Araújo. Ademais, merece destaque, também, o ano de 2015, período em que foi fundada a *Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem* (ECO-REBEL)⁴. A revista, criada por Hildo Honório do Couto, conta com artigos de pesquisadores nacionais e internacionais e compreende estudos que apresentam fenômenos da linguagem sob uma visão ecológica de mundo.

Com os avanços e o aparecimento da Ecolinguística como disciplina acadêmica, surgem diferentes tendências teóricas para se estudar os fenômenos linguísticos a partir de uma perspectiva ecológica. Dentre as principais abordagens, Couto (2007) e Couto et. al. (2016) apontam (a) **Ecolinguística dialética**, praticada na Escola Dialética de Odense; (b) **Ecolinguística crítica**, influenciada pela Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough, relaciona-se à análise de discursos ligados a questão ambiental; (c) **Ecologia da Evolução Linguística**, estuda a evolução das línguas de uma perspectiva biológica. Mais recentemente, temos as abordagens da (d) **Etnoecologia Linguística**, próxima às etnociências, considera a relação entre meio ambiente, conhecimento, cultura e língua e (e) **Linguística ecossistêmica**, fundamentada nos estudos de Couto (2007), congrega a ideia de paradigma ecológico defendido por Capra. Dentro dessa abordagem, encontra-se, ainda, a vertente da **Análise do Discurso Ecológica** (ADE), uma teoria de estudos do discurso que leva em conta os

⁴ Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/>>. Último acesso: 23 jul. 2018.

pressupostos da Ecolinguística e da Ecologia Profunda de Naess, defendendo uma análise ecológica do discurso, em vez de uma análise de discursos ecológicos.

Além de compartilhar da ideia de paradigma ecológico, tal como faz a Linguística Ecológica, este estudo, como já adiantamos, relaciona-se com a abordagem da Etnoecologia Linguística. Diante disso, pretendemos pensar, dentro dos pressupostos ecolinguísticos, os papéis dos MAs (mental, social, natural) na construção do conhecimento etnomédico dos raizeiros. Isso quer dizer que esta pesquisa insere-se na área Etnoecologia Linguística, uma vez que integramos, aqui, Ecolinguística e Etnociências, cujos conceitos principais serão apresentados na próxima seção.

2.2 CONCEITOS CENTRAIS

O que entendemos por Ecologia? No primeiro capítulo, mostramos que esse termo tem uma definição em Capra (1996), mas quem primeiro o definiu foi Haeckel (1866 *apud* Couto, 2007). A maioria das definições posteriores segue a mesma lógica apresentada por este autor, entendendo a Ecologia como o estudo da relação entre os seres vivos e o meio ambiente do qual eles fazem parte. De acordo com Couto (2016, p. 211), o ecossistema é o conceito central da Ecologia. Para ele, o ecossistema é “constituído pelas inter-relações, ou interações, entre os organismos de uma determinada área e seu habitat, meio, meio ambiente, biótopo, entorno ou território”. Nesse sentido, o que interessa para o ecossistema são as interações, seja entre dois organismos vivos ou entre esses e o seu meio. Da mesma forma, o que interessa à Ecolinguística são as interações verbais entre os membros de uma população ou deles com o território habitado.

Alguns autores, como Haugen (1972 *apud* Couto et. al., 2016), afirmam que a Ecolinguística utiliza os conceitos ecológicos metaforicamente. Acreditamos, entretanto, que não é isso o que ela faz. Concordamos com Couto et. al. (2016), ao entender que essa abordagem não aplica conceitos ecológicos ao estudo dos fenômenos da linguagem como metáforas. Isso porque para esses autores, as relações que ocorrem no interior do ecossistema ecolinguístico são tão ecológicas quanto o ecossistema biológico. Desse modo, segundo Couto et. al. (2016), os fenômenos da linguagem podem ser estudados ecologicamente, uma vez que, da mesma forma que é necessário um território para se viver em comunidade, a língua também depende de um povo para existir. Se o que interessa à Ecologia são as

interações que se dão entre organismos e habitat, para a Ecolinguística, da mesma forma, o que importam são as relações entre os indivíduos e seu território que constituem a língua. A Ecolinguística, partindo de uma base ecológica, realiza o que Couto (2016) chama de *ecologia linguística*. Tendo em vista a associação entre ecologia biológica e linguística, o autor apresenta um quadro comparativo, contendo os conceitos trabalhados em ambas:

Quadro 3. Equivalências entre ecologia biológica e ecologia linguística

ECOLOGIA BIOLÓGICA	ECOLOGIA LINGUÍSTICA
- ecossistema biológico	- ecossistema linguístico, comunidade linguística (EFL)
- população	- população, povo (P)
- habitat (biótopo, nicho) (T)	- território (T)
- inter-relações (interações) (I)	- linguagem/língua (L)
a) relação organismos-mundo	- relação pessoa-mundo: significação, referência, denominação
b) relação organismo-organismo	- relação pessoa-pessoa: comunicação (interação comunicativa)

Fonte: Couto (2016, p. 221)

O ecossistema biológico, bem como o ecossistema linguístico ou Ecossistema Fundamental/Integral da Língua (EIL), fundamenta-se na ideia de relação. O EIL, conforme aponta Couto (2016) apoia-se na relação entre língua (L), indivíduos ou povo (P) e território (T). O equivalente linguístico de inter-relações é a própria língua. Além desse tripé L, P e T, que constitui o que se chamou, em um primeiro momento, de Ecossistema Fundamental da Língua e, depois, de Ecossistema Integral da Língua, outros conceitos essenciais são mobilizados pela Ecolinguística para estudar os fenômenos da linguagem. Dentre eles, temos, segundo Couto (2007, 2016): **holismo**, importância da ênfase no todo, de abordar os fenômenos da linguagem a partir de uma visão não-fragmentada; **inter-relações**, compreende as interações de indivíduos com o meio ambiente e com outros indivíduos; **adaptação**, ideia de que os indivíduos, assim como a língua, estão sempre se adaptando ao meio ambiente no qual estão inseridos; **evolução**, assim como o mundo está em perpétua evolução, as línguas

também estão, de modo que a noção de língua não é estática; **abertura/porosidade**, defesa da ideia de que não há uma fronteira nítida entre as línguas, da mesma forma que os ecossistemas são porosos, difusos; **diversidade**, todo ser vivo tem sua importância no ecossistema, daí a necessidade de uma sustentação da diversidade biológica, linguística e cultural; **sustentabilidade**, necessidade de uma visão de longo prazo.

Diante desses conceitos propostos por Couto (2007, 2016), entendemos que a língua não é um instrumento, mas relações – entre um signo, um referente, um falante e um ouvinte –, o que ele esclarece, especialmente, ao abordar os conceitos de interação e holismo. Tendo em vista nosso objetivo e as categorias de análise utilizadas nesta pesquisa, daremos ênfase ao Ecossistema Integral da Língua e à ideia de inter-relações, tópicos que serão discutidos na próxima seção.

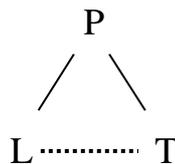
2.3 O ECOSISTEMA INTEGRAL DA LÍNGUA

Sabemos que os estudos ecolinguísticos têm como base o que chamamos de Ecossistema Integral da Língua (EIL). O primeiro estudioso brasileiro que põe essa discussão em pauta é Hildo Honório do Couto, no livro *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente* (2007). Nessa obra, ele propõe o *Ecossistema Fundamental da Língua*. Fundamental, segundo ele, pois se constitui como a base, o momento de formação da língua e da comunidade que a engloba. Entretanto, alguns anos depois, Couto (2014) propôs uma mudança na terminologia e, embora o conceito continue o mesmo, fala-se agora em *Ecossistema Integral da Língua*. Essa mudança é necessária, segundo o autor, porque a ideia de algo “fundamental” lembra algo “básico” e “irredutível”, que acaba indicando a visão de mundo da mecânica clássica, de que as coisas e fenômenos são compostos de partes que, juntas, constroem um todo. Essa ideia de partes fundamentais opõe-se ao ideário holístico da Ecolinguística. Nesse sentido, Couto (2014) considera mais acertado o termo “integral”, na medida em que ele sugere um ecossistema que integra os demais, que estão contidos nele.

No EIL, há o meio ambiente da língua, que pode ser encarado da perspectiva social, mental e natural, de acordo com o que propõe Couto (2007) e retoma Nenoki do Couto (2012). Nele, há um povo interagindo entre si, constituindo uma comunidade (meio ambiente social) que vive e convive em determinado lugar (meio ambiente natural). Ao interagir por meio da língua em determinado território, os indivíduos armazenam e processam o

conhecimento linguístico no cérebro (meio ambiente mental). Assim, o EIL é formado pelo Povo (P), residindo em determinado Território (T) e falando sua própria Língua (L), como ilustrado a seguir (Figura 1):

Figura 1. Ecosistema linguístico



Fonte: Couto (2007, p. 91)

A figura 1, proposta por Couto (2007), ilustra o Ecosistema Integral da Língua, ou seja, a relação entre L, P e T. Sendo assim, estabelece-se aqui o que se entende por língua (L), povo (P) e território (T) e como esses se articulam para constituir o todo, ecossistema. Para entendermos a figura proposta por Couto (2007), faz-se necessário compreender, primeiramente, esse tripé L – P – T. Desse modo: 1) *O que é língua para a Ecolinguística?* 2) *Qual o entendimento de “povo” e “território”?* A partir das discussões já realizadas, esperamos ter deixado nítida qual é a proposta central da Ecolinguística e, conseqüentemente, a concepção de língua que ela adota. Caso as questões apresentadas ainda não tenham deixado isso claro – e sem querermos parecer repetitivos –: **língua é interação.**

O entendimento de que a língua se encontra relacionada à interação/comunicação vem muito antes da Ecolinguística. O Funcionalismo, por exemplo, já no século XIX, compreendia a língua a partir de sua função comunicativa, dos interlocutores desempenhando funções nas diversas situações comunicativas. Nessa proposta, a língua é entendida em seu uso, tem a função de comunicar (NEVES, 1997). A Ecolinguística, por sua vez, propõe algo diferente. Para nós, o problema está na palavra *função*. Quando pensamos em função, vem à tona a ideia de destinação. Nesse caso, a língua é destinada à comunicação, tem esse papel. Foi um avanço enorme, não negamos, mas, para a Ecolinguística, reside aí ainda uma ideia de coisa-língua, um instrumento que tem determinada finalidade, como uma ferramenta que serve para apertar e desapertar parafusos. Para a Ecolinguística, a língua não *serve* para interagirmos, ela *é* a própria interação.

Quanto à noção de população (P), Couto (2007) aponta que há pelo menos três significações: i) designa os indivíduos que fazem parte do meio ambiente físico; ii) trata-se da parte mental dos membros da comunidade, filtro em que os aspectos do meio ambiente passam a ser apropriados por L; iii) representa cada membro da comunidade em uma perspectiva coletiva. Podemos pensar, nesse sentido, que P está diretamente relacionado à L. Uma língua só passa a existir de fato quando determinada comunidade a usa. Por outro lado, sem L não haveria possibilidade de interação entre os membros de um P, de um entendimento mútuo. Desse modo, não existe comunidade sem L e não existe L sem comunidade.

O (T), por sua vez, é o espaço, território. Conforme nos apresenta Couto (2007), o espaço tem um papel primordial na língua, uma vez que influencia a formação, a existência e a transformação da língua. É claro que, conforme aponta a Figura 1, essa relação entre T e L não se dá de forma direta (representada pelas linhas pontilhadas do triângulo), já que ela é mediada pelo povo. Vemos que, quanto mais próximos fisicamente os membros da comunidade estão, mais experiências do meio ambiente eles compartilham. Nesse entendimento, os membros de uma mesma cidade, por exemplo, tendem a possuir mais informações compartilhadas, sobretudo linguísticas.

Pensando no contexto da medicina popular, os sentidos das palavras “raizeiro” e “garrafada” podem não serem compreendidos por pessoas que não convivem na comunidade investigada ou que não conhecem esses saberes. Já, para os membros que compartilham aquele território (cidade de Nova Glória-GO), observamos que esses usos lexicais são comuns. Nesse sentido, podemos ver que a língua tudo tem a ver com o espaço, pois, segundo Couto (2007, p. 120), “comunicam-se melhor pessoas que pertencem à mesma comunidade”. Dessa forma, as pessoas de uma mesma comunidade compartilham também de uma identidade linguística e cultural. Por isso, quem não partilha esta identidade, mesmo que conheça, profundamente, o português, pode não compreender determinados usos lexicais, por exemplo.

Conforme temos mencionado, esse EIL contém três outros meios ambientes em seu interior: o meio ambiente natural, o mental e o social. Segundo Couto (2016), o meio ambiente natural da língua é constituído por P e T, encarados como entidades físicas, concretas. Trata-se, portanto, do território da comunidade. O meio ambiente mental, por sua vez, diz respeito ao processamento linguístico que ocorre no cérebro dos indivíduos, o cérebro em funcionamento, ou seja, as interações entre os dendritos e os axônios que constituem a mente. O que chamamos de meio ambiente social constitui-se como as interações dos seres sociais organizados em um *território social*. Conforme Nenoki do Couto (2012, p. 28) aponta,

esse meio ambiente “refere-se à sociedade, conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes e que interagem entre si constituindo uma comunidade”.

O que diretamente interessa à Ecolinguística não são o *habitat* e a população em si, mas as interações que ocorrem no ecossistema, uma vez que é a partir da interação que emerge tudo na linguagem (COUTO, 2016). Isso quer dizer que todos esses meios ambientes estão incorporados na interação linguística, tornando-a central para nossas discussões. Ao encararmos a língua como a própria interação, atentamo-nos para como as relações *organismo-organismo* e *organismo-mundo* se manifestam ecolinguisticamente.

2.4 A EIC: INTERAÇÕES ECOLÓGICAS EM FOCO

Linguístico-ecossistemicamente, a interação comunicativa é o aspecto central da linguagem, ocorrendo no contexto da Ecologia da Interação Comunicativa (EIC). Conforme nos apresenta Couto (2016), a EIC é composta de i) um cenário, o local onde se dá a interação; ii) falante e ouvinte, que constituem as pessoas da interação, um EU que fala e um TU que escuta, um eu falante que pode se tornar um tu ouvinte ou vice-versa; iii) regras interacionais que ocorrem no momento da interação, como a tomada de turno ou o posicionamento (uso e organização do espaço físico) de falante e de ouvinte no momento da conversa; iv) regras sistêmicas que integram as regras interacionais, incluem toda a gramática, ou seja, trata-se das regras estruturais; v) circundantes, cada um com os seus, ou seja, aquele (ou aqueles) que está (estão) ao lado do falante e ouvinte na interação, o ELE.

Há, conforme esclarece Couto (2013; 2016), dois tipos de interações ecológicas: interação organismo-organismo e organismo-mundo. A interação organismo-organismo remete à comunicação; a interação organismo-mundo, por sua vez, trata da significação, referenciação. De acordo com esse linguista, esse segundo tipo de interação ocorre em duas etapas: a primeira, onomasiológica, vai do aspecto do mundo para P. Outra, semasiológica, faz o trajeto inverso, vai de P para um aspecto do mundo. Nessas interações organismo-mundo, são passíveis de análise as preposições espaciais, por exemplo, às quais se dedicam Couto (2007), em *Ecologia das relações espaciais - as preposições do crioulo guineense* e, mais recente, e Simião (2016), em *Uma abordagem ecolinguística das preposições*

portuguesas. Ambos tratam da ecologia das relações espaciais, enfatizando o movimento onomasiológico e semasiológico na interação organismo-mundo.

Quando pensamos na interação organismo-organismo, vem à tona a noção de um falante e um ouvinte, já apresentada. Além disso, é importante salientar que essa interação pressupõe, sobretudo, a **comunhão**. Esta, conforme apresenta Couto (2013), diz respeito àquilo que, na ecologia, dá-se o nome de *relações harmônicas intraespecíficas*, como o inquilinismo (relação harmônica em que apenas um dos seres-vivos obtém benefício – orquídea, por exemplo) e o mutualismo (relação harmônica na qual ambos os seres-vivos se beneficiam – relações entre algas e fungos). Para a linguística ecossistêmica, comunhão “é uma espécie de solidariedade que mantém a coesão de um grupo social” (COUTO, 2013, p. 303). Nesse sentido, para que de fato ocorra a interação comunicativa, é necessário que haja uma predisposição, uma sintonia entre os falantes.

Entender a ecologia da interação comunicativa é essencial para a abordagem Ecolinguística, “tudo na ecolinguística, mais ainda na linguística ecossistêmica, começa e termina nos atos de interação comunicativa, na ecologia da interação comunicativa. É das inter-relações entre comunidade de interação e comunidade de sistema que se constitui o que se chama língua” (COUTO, 2013, p. 308). Tendo em vista o que nos diz Couto (2013), é possível depreender que a interação comunicativa se dá a partir tanto dos aspectos endoecológicos (o sistema linguístico) quanto dos aspectos exoecológicos (as relações da língua com o mundo exterior). Tal como esclarece Trampe (2016, p. 200), “os processos de experiência se formam a partir da interação recíproca entre os indivíduos falantes-ouvintes e o biótopo linguístico”.

No caso dos raizeiros, a interação também é passível de análise. Além das interações indivíduo-indivíduo – deles com a própria comunidade: pacientes, médicos, familiares, etc. –, há também uma profunda interação desses com o próprio ambiente – indivíduo-mundo. Pode parecer uma discussão sem fundamento, tendo em vista tamanha obviedade, mas não o é. A complexidade está em pensar nos papéis que os MAs social, o mental e o natural dispõem nessas interações, via linguagem. Além das interações que ocorrem dentro da comunidade entre esses indivíduos e deles com o território (meio ambiente social e natural, respectivamente) devemos levar em conta, no plano do mental, os processamentos cognitivos, a percepção e cognição da realidade.

2.4.1 Interações indivíduo-mundo: a significação

Conforme vimos, além das relações indivíduo-indivíduo, pode-se pensar em relações entre os indivíduos e o mundo, que tratam da significação e da referência. Neste estudo, daremos ênfase especialmente a esta última, tendo em vista a maneira como os especialistas lidam com as plantas e os significados inerentes a esse processo. Sabe-se que, assim como as interações entre indivíduos, as relações organismo-mundo são também inegavelmente mediadas pela linguagem, uma vez que o próprio léxico (além da sintaxe e morfologia, por exemplo) designa fenômenos, ideias e aspectos do meio ambiente físico, psíquico e social. Os componentes semântico-lexicais – que serão enfatizados neste trabalho – demonstram muito do meio ambiente.

De acordo com Couto (2007), a nossa visão de mundo é direcionada por nossa cultura e nossa língua. A língua surge, então, como uma projeção do território sobre o povo. Do mesmo modo, a significação nos possibilita ver as relações dos meios ambientes mental, social e natural e, sobretudo, a construção dos saberes dos raizeiros. Diante de tanta complexidade que reside no campo de estudo da Semântica, dedicaremos-nos, agora, a pensar nessa significação, ou seja, na Semântica Lexical sob o olhar da Ecolinguística. Para entendermos do que se trata essa perspectiva semântica do léxico, faz-se importante abordar: i) *o que entendemos por léxico?* ii) *de que maneira pensamos a Semântica lexical?*

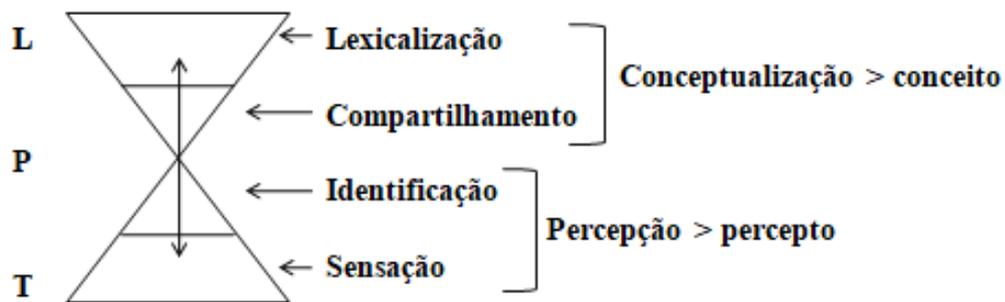
Primeiro, compreendemos, conforme apresenta Couto (2007), o léxico não apenas como um extenso inventário de palavras, mas sim como um elemento inserido na dinâmica das interações, influenciado pela comunicação (endoecologia) e pela referência (exoecologia). Como nos mostra Sapir (2016 p. 38), o léxico é o que “mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade”. Dessa maneira, trata-se de tomar o léxico como um componente integrado às interações. Assim, ao atentarmos para os significados de determinados itens lexicais, caminhamos rumo à compreensão do conhecimento de mundo da comunidade.

Ao pensarmos o léxico como um extenso repositório de palavras, estaríamos compreendendo a Semântica lexical como algo relacionado apenas ao significado das palavras, o que mostra, de certa forma, uma visão restrita de língua. Diferente das interpretações tradicionais, a Semântica Lexical é, para a Ecolinguística, ir além do estudo apenas do significado linguístico em si. Ela é vista, portanto, a partir de uma relação dialética

entre língua e meio ambiente. O mundo não é um mero reflexo da língua, uma vez que a língua também age sobre o mundo, intervindo nele, modificando-o e, sobretudo, direcionando a visão de mundo que a comunidade tem do meio ambiente (COUTO, 2007). Diante disso, o ato de nomear diz respeito à relação entre membros de uma comunidade e destes com o próprio ambiente.

Para ilustrar como se dá esse complexo processo que é nomear, Couto (2007) elabora o seguinte esquema (Figura 2):

Figura 2. Da percepção à conceptualização



Fonte: Couto (2007, p. 128)

Todo o processo de identificação e nomeação das plantas passa, primeiramente, pelo que Couto (2007) compreende como percepção, que, no caso deste estudo, trata-se do contato sensorial do indivíduo com a planta. Após o nível do sensorial, há o momento de identificação e o posterior compartilhamento de experiências com os membros da comunidade. Desse modo, consoante com o que apresenta o autor, vemos que o processo de nomeação parte da sensação até a lexicalização, do qual resulta o conceito/nome.

Conforme Jackendoff (2013) indica, em entrevista a Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, “os significados das palavras são conceitos humanos”. A linguística cognitiva muito contribuirá para esta pesquisa nesse sentido, uma vez que, quando nós estudamos os significados das palavras, estamos estudando, também, cognição. Os conceitos formados pelas comunidades fundamentam-se, por exemplo, na percepção, no movimento do corpo e nas experiências sociais – *Thought is embodied* (LAKOFF, 1987, p. 14) – e também é imaginativo, na medida em que, quando categorizamos algo de maneira que não espelhe a natureza, estamos usando capacidades imaginativas humanas em geral – *Thought is imaginative* (LAKOFF, 1987, p. 14). Conforme defende Lakoff (1987), nossa experiência

corporal e a maneira como usamos mecanismos imaginativos (metáforas e metonímias, por exemplo) são fundamentais para o modo como categorizamos e damos sentido à nossa experiência. Quando dizemos, por exemplo, *sou o cabeça da turma* ou *abri meu coração*, além de expressarmos itens lexicais que denotam partes do corpo, refletimos, de forma direta, linguisticamente, nossa experiência do corpo no mundo real.

“Como categorizamos os vários objetos e eventos que encontramos no mundo?”⁵ Kövecses (2010, s/p) ao apresentar essa pergunta, faz-nos refletir sobre de que maneira ocorre o processo cognitivo de categorização, ou seja, como os indivíduos categorizam o meio ambiente. Entendemos, na mesma perspectiva do autor, que o cérebro e as operações cognitivas usadas são universais, entretanto, a forma como concebemos, categorizamos e damos sentido ao mundo são moldados pelos vários contextos (histórico, social, físico, etc.). Daí, a importância de pensar ecolinguisticamente esse meio ambiente, já que tanto o social quanto o natural influenciam no modo como entendemos cognitivamente a realidade.

Apesar de os indivíduos poderem interpretar a “mesma” realidade de maneiras diferentes, entendemos aqui a construção do significado como uma *cooperative enterprise* (empresa cooperativa) (KÖVECSES, 2010, s/p). Nesse sentido, tal como nos traz Araújo (2014) o estudo da Semântica vista pela Ecolinguística, abre uma janela para entendermos de que forma se dá a relação língua-povo-mundo. Diante disso, nunca é demais enfatizar que os sentidos passam pelos membros da comunidade e como esses categorizam e classificam o meio ambiente.

Acreditamos, então, que os estudos em Semântica cognitiva se fazem fundamentais neste trabalho uma vez que poderão contribuir para o entendimento da experiência do ser humano com o seu corpo e o com o ambiente no qual está inserido, do pensar metafórico e da formação do sistema conceitual, por exemplo. A Semântica lexical, por sua vez, também se faz relevante pois nos ajudará a entender os conceitos formados pelas comunidades, estabelecidos nas interações, via cognição. Isso porque a partir do significado lexical podemos compreender o mundo social, cultural e natural e as experiências subjetivas dos falantes e, é claro, as relações P e T, defendidas tanto pelos estudos ecolinguísticos quanto etnobotânicos.

Tendo em vista a importância das áreas *etno-* para entender as relações entre língua e meio ambiente, via população, como enfatiza o próprio Couto (2007), passaremos, agora, a discuti-las.

⁵How do we categorize the various objects and events we encounter in the world? (tradução nossa)

2.5 O DIÁLOGO ENTRE ECOLINGUÍSTICA E ETNOCIÊNCIAS

Dentre as muitas áreas e temas que têm se ocupado os estudos ecolinguísticos – seja a ‘ecossemiótica’, a ‘ecologia da aquisição de língua’, a ‘ecologia da evolução linguística’, etc. –, os trabalhos em Etnoecologia linguística vêm ganhando destaque. Couto (2007) discorre especialmente sobre o campo de estudos “etno-” e suas contribuições para o âmbito da Antropologia, Biologia e, sobretudo, para a Ecolinguística. Nesse sentido, estabelecendo diálogo com a Etnociência, muitos trabalhos em Ecolinguística têm apontado para a necessidade de se investigar as práticas de pequenas comunidades ou povos tradicionais. Dentre esses estudos de viés ecolinguístico, ressaltamos Araújo (2014), que discute acerca do conhecimento etnobotânico dos Kalunga, e Costa e Gomes (2013); Costa (2017), que realizam um estudo etnoterminológico da língua Mundurukú-tupi com base na Etnoterminologia e na Ecolinguística.

Maffi (2016) destaca que esse recente interesse pelas relações entre língua e meio ambiente, foco da Ecolinguística, surgiu, em parte, a partir dos trabalhos realizados nas últimas décadas por etnoecologistas e etnobiólogos acerca dos saberes e dos usos da flora, da fauna e dos ecossistemas locais. Desse modo, acreditamos que as disciplinas “*etno-*” devem se sobressair nos estudos ecolinguísticos, principalmente por serem consideradas áreas privilegiadas para se estudar as relações entre língua e meio ambiente. Nesse sentido, a Ecolinguística encontra-se em harmonia com os princípios das Etnociências e, em consonância com essas, posiciona-se também em defesa dos saberes e dos povos tradicionais.

De 1950 a 1970, começou-se a falar em Etnociências. Esse termo, segundo Anderson (2011), foi cunhado por um grupo de estudantes de George Murdock, Yale, em 1950. Dentre os precursores desse campo de estudo, destacam-se, segundo Anderson (2011) Harold Conklin, Brent Berlin, Charles Frake, Darrell Posey, entre outros. Muitas são as definições para o termo Etnociências, contudo, de acordo com o que expõe Couto (2007), entendemos Etnociências como os estudos relacionados à preservação e à valorização dos ecossistemas e das culturas e saberes tradicionais. Ao tratar desses estudos, Couto (2007) mostra algumas de suas subáreas, conforme apresentamos a seguir:

- i. **Etnoantroponímia:** ocupa-se do estudo dos nomes próprios em determinada comunidade. Dá-se ênfase às relações, à maneira como os membros de determinada

comunidade (indígena, tradicional) se nomeiam internamente. Pesquisas sobre o uso de apelidos, por exemplo, são proeminentes nessa área.

- ii. **Etnozoologia:** é o estudo das relações do ser humano com os animais em pequenas comunidades. Alguns autores no âmbito da Etnozoologia indígena lidam com a Etnoentomologia, que trata dos insetos, ou com a Etnoictiologia, que trata da pesca. Leva-se em conta o uso e o manejo dos animais como fonte de proteínas, trabalho, lazer ou na produção de remédios.
- iii. **Etnobotânica:** “rainha das etnociências”, investiga as relações entre povos e plantas. Apesar do surgimento de outros conceitos, como ‘etnobotânica econômica’, a definição geral convencionada por Cotton (1997 apud Araújo, 2014) se manteve. A maioria dos trabalhos nessa subárea dedica-se ao estudo dos conhecimentos da flora local, especialmente de grupos indígenas.
- iv. **Etnomedicina:** trata do entendimento de como os membros de determinada comunidade lidam com as doenças, ou seja, de que forma se dão os sistemas de cura de determinada comunidade. Dentro dessa subárea, podemos pensar na Etnofarmacologia, que se ocupa da avaliação científica da medicina popular. Abrange, ainda, a Zooterapia e a Etnobotânica médica.
- v. **Etnotoponímia:** é o estudo de topônimos (nomes de lugares, lagos, rios, montanhas, etc.) de comunidades indígenas e pequenas comunidades em geral. Indica a importância desses nomes para os membros de dada comunidade. Subdivide-se em macrotoponímia, dedicada aos nomes dos acidentes geográficos de grande porte, que tendem a ser mais globais, e microtoponímia, que estuda os nomes que as pequenas comunidades dão aos acidentes geográficos do seu meio ambiente físico imediato.

Mesmo tendo seu surgimento em momento anterior à Ecolinguística, os estudos “*etno-*” passam necessariamente por essa disciplina. Costa e Gomes (2013) apresentam alguns pontos que aproximam Ecolinguística e Etnociências. Dentre eles, podemos destacar: (a) o comprometimento com a valorização das línguas e seus povos; (b) a preocupação em considerar as relações entre línguas (bilinguismos e plurilinguismos); (c) entendimento de língua em sua relação com o povo e o território e (d) compreensão da necessidade de se preservar a diversidade linguística e ecológica. Como nos mostram os autores, é possível enxergar a necessidade dos estudos em Etnociência estarem integrados à Ecolinguística. Em *Ecolinguística: estudos das relações entre língua e meio ambiente*, Couto (2007) já havia sugerido esse diálogo entre a Ecolinguística e a Etnoecologia e suas subáreas. De modo geral,

pode-se dizer, de acordo com Couto (2007, p. 42), que as Etnociências são um dos enfoques que mais têm colaborado para estudar o conhecimento das populações tradicionais, pois

[...] tratam de saberes tradicionais, frequentemente de pequenos grupos étnicos, em relação à flora e à fauna e outros aspectos do meio ambiente. Por tratarem do conhecimento que esses grupos e/ou comunidades têm sobre o respectivo meio ambiente, é claro que a língua entra em ação, quando não sob a forma de nomes tradicionais para os fenômenos em questão.

Integrada ao domínio das Etnociências, a Etnoecologia bem como as demais subáreas “*etno-*” dirigem seus interesses para as comunidades tradicionais/locais e como estas interagem com seu meio biofísico e social. Isso também fomenta algumas pesquisas ecolinguísticas, em diálogo com a Etnoecologia. A Etnoecologia, termo primeiramente definido por Bye e Zigmond (1976 *apud* COUTO, 2007), refere-se aos estudos que descrevem as interações das populações humanas com os mais diversos aspectos do ambiente natural, incluindo plantas, animais, paisagens, florestas e solos, dentre outros (MARTIN, 1995).

É perceptível que os estudos etnocientíficos e ecolinguísticos, além de reforçarem a ideia das relações entre Povo, Território e Língua, também defendem a preservação da diversidade biológica, cultural e linguística dos povos. Para ambos, além da conservação dos saberes, devem ser encaradas também as condições do outro. Little (2010), ao tratar da visão etnocientífica, afirma que a Etnoecologia tem sido um dos principais pontos de debate sobre os conhecimentos tradicionais. Nesse sentido, o autor sustenta que os conhecimentos ecológicos tradicionais devem ser valorizados, bem como a integridade física e cultural dos próprios povos tradicionais, e não apenas as informações que eles dominam.

Além disso, outro aspecto que permite esse diálogo Ecolinguística-Etnociências é a *multidisciplinaridade*. Tanto os estudos ecolinguísticos quanto as pesquisas em Etnociências têm sinalizado para uma multidisciplinaridade que tem permitido a ocorrência de trabalhos como a presente investigação. A Ecolinguística, em defesa de uma perspectiva holística do objeto de estudo (diferente de outras perspectivas nos estudos da linguagem), permite que o pesquisador recorra a diferentes pressupostos epistemológicos, conforme nos mostra Albuquerque (2015). As Etnociências também são um campo de estudo bastante transdisciplinar.

Partindo dessa relação entre Ecolinguística e Etnociências, Couto (2007) estabelece a Etnoecologia Linguística como subárea da Ecolinguística. Aliada aos estudos “*etno-*”, ela leva em conta a relação entre língua e meio ambiente no contexto das comunidades tradicionais,

das comunidades indígenas e de outras comunidades isoladas. Segundo Couto (2007, p. 222), “quer sob o nome de etnobiologia, quer sob o nome de etnoecologia, as áreas em questão surgiram em um contexto mais amplo de que vem sendo chamado de etnociência”. Nesse contexto, seja qual for o nome a ser adotado, uma questão é autêntica: Ecolinguística e Etnociências estão imbricadas e a multidisciplinaridade não deixa de ser essencial para ambas.

Como mostramos, muitas são as áreas que integram as Etnociências. Neste estudo, pretendemos destacar, especialmente, as interações entre homens e plantas. Daí a importância de se dar ênfase à Etnobotânica e, também, à Etnomedicina, tendo em vista os usos e saberes medicinais dos raizeiros.

2.5.1 A etnobotânica e a etnomedicina em foco

Conforme vimos anteriormente, desde a Antiguidade houve um interesse dos povos pelo uso dos elementos do ambiente natural, mesmo que para fins meramente utilitaristas. Reconhecendo a importância desses saberes, muitos estudos passaram a se dedicar aos conhecimentos produzidos pelas populações humanas acerca dos processos naturais. Dentre eles, destacamos as pesquisas em Etnobotânica. De acordo com Nolan e Turner (2011), o botânico John Harshberger foi o primeiro a usar o termo “etnobotânica”, em 1895, para explicar os muitos usos de plantas por culturas aborígenes. Com o tempo, estudos nessas áreas acabaram ganhando diferentes especialidades e interesses, como a atenção para os fatores econômicos envolvidos aos usos das plantas, *economic botany* (NOLAN e TURNER, 2011, p. 17). A partir de meados do século XX, a etnobotânica começa a ganhar proeminência na academia e passa a ser reconhecida como uma subdisciplina da Antropologia.

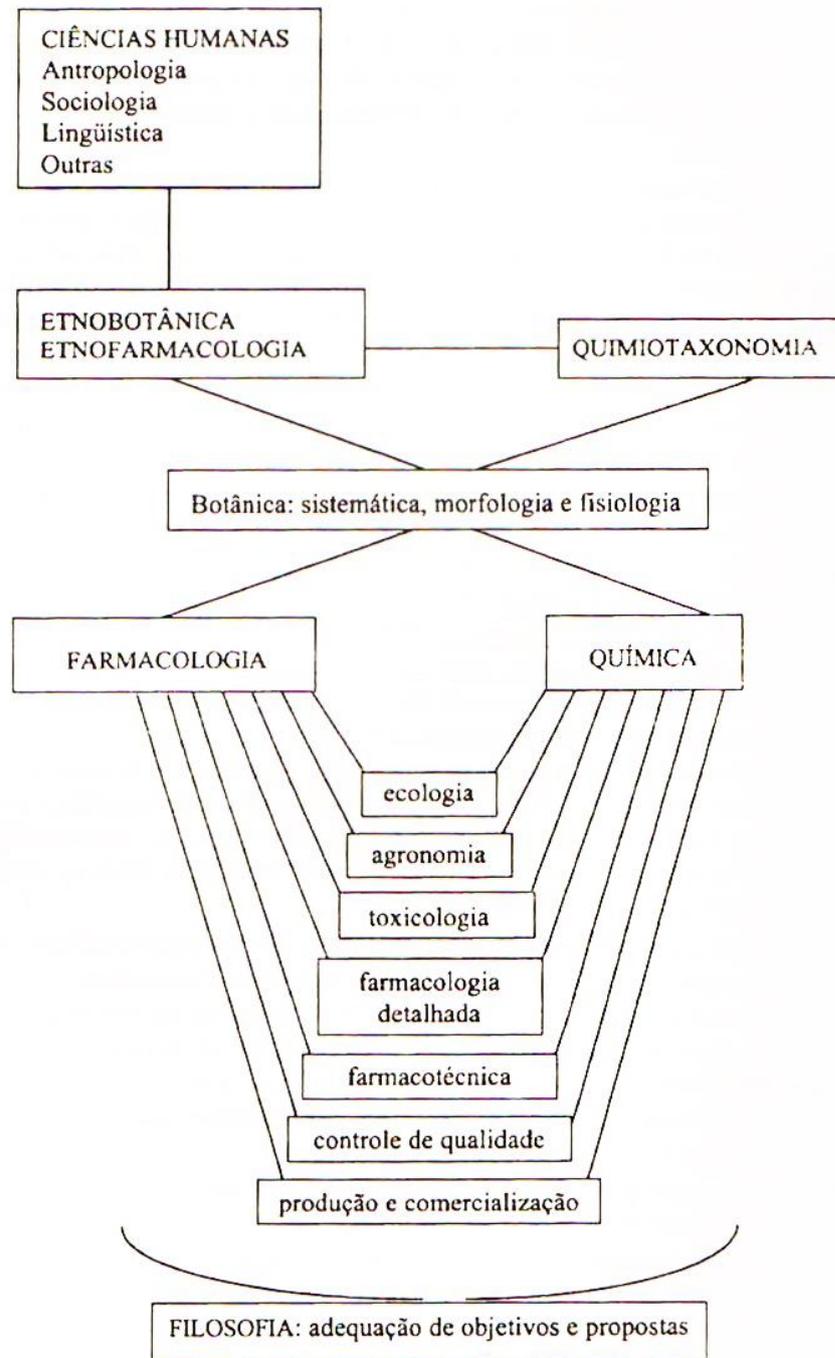
Apesar de as pesquisas nessa área tratarem de diferentes aspectos, os autores convergem no conceito de Etnobotânica. Para a maioria dos estudiosos – podemos citar Amorozo (1996), Posey (1997), Couto (2007), dentre outros – a Etnobotânica é um campo de estudo que se interessa pelas relações entre povos e plantas. Nas palavras de Amorozo (1996, p. 48), podemos definir a Etnobotânica como a área que se dedica ao “estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo vegetal; este estudo engloba tanto a maneira como um grupo social classifica as plantas, como os usos que dá a elas”.

Dentre os estudos de destaque nessa área, temos Prance (1997), que, no artigo *Etnobotânica de algumas tribos amazônicas*, trata dos saberes e técnicas de manejo e cultivo realizadas pelos índios. Demonstra, ainda, a extraordinária variedade de espécies, conhecimento de plantas e o recorrente uso delas para fins medicinais nas diferentes tribos visitadas pelo autor. Para além de apenas uma relação física e catalogação das plantas, estudos como o de Prance (1997) ocupam-se do conhecimento e do uso que os povos fazem das plantas. Nesse sentido, as pesquisas em Etnobotânica preocupam-se, ainda, com as relações sociais, visão de mundo de determinada comunidade e o entendimento acerca dos símbolos culturais ligados às plantas e aos seus usos. Tendo em vista esses diferentes interesses, Araújo (2014, p. 71) nos apresenta algumas contribuições das pesquisas nessa área:

(a) a documentação do conhecimento tradicional; (b) a compreensão dos sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais das populações locais (e outros diferentes aspectos do comportamento humano em interação com o meio ambiente); (c) o levantamento e descoberta de espécies vegetais e seus possíveis usos medicinais e industriais; (d) a busca pela manutenção do equilíbrio ecológico por meio do desenvolvimento de métodos que harmonizem as atividades humanas com os aspectos biológicos e físicos dos ecossistemas; (e) o reconhecimento de outras formas racionais de se perceber a biodiversidade, além das propostas pela ciência moderna; etc.

Conforme esclarece Araújo (2014), os estudos etnobotânicos devem permitir o entendimento, sobretudo, dos saberes e das visões de mundo de determinada comunidade. Amorozo (1996) acrescenta, nesse mesmo viés, que os trabalhos em Etnobotânica podem oferecer, ainda, importantes informações para pesquisas farmacológicas, fitoquímicas e agrônomicas sobre as plantas, com uma grande economia de tempo e dinheiro. Portanto, a Etnobotânica – assim como as Etnociências em geral – é uma ciência multidisciplinar, na medida em que se encontra ligada a diversas áreas do conhecimento. Di Stasi (1996), em *A multidimensionalidade das pesquisas com plantas medicinais*, assim como Amorozo (1996), apresenta essa multidisciplinaridade da seguinte maneira (Figura 3):

Figura 3. Sumário de relações entre grandes áreas na pesquisa de plantas medicinais



Fonte: Di Stasi (1996, p. 32)

É certo o papel dos variados campos teóricos quando falamos em estudos que lidam com a relação entre homem e meio ambiente, no caso específico desta pesquisa, com a relação homem e plantas medicinais. Conforme demonstrado na Figura 3, para além da Química e da Farmacologia, os estudos em ciências humanas (como é o caso da Antropologia, da

Linguística, entre outras) representam também uma das grandes áreas de pesquisa que se dedicam às práticas etnobotânicas e etnomédicas. Interessa-nos demonstrar por meio desse esquema ilustrativo a grande possibilidade de diálogo entre diferentes disciplinas, frisando a abertura epistemológica permitida pelos estudos etnocientíficos e, como apontado anteriormente, pelos estudos ecolinguísticos. A multidisciplinaridade, além de permitir o diálogo entre Etnociências e Ecolinguística, é um dos aspectos comuns a ambas as disciplinas.

Os estudos em Etnobotânica, conforme têm sinalizado alguns trabalhos (como PRANCE, 1997; AMOROZO, 2013), vêm, na maioria das vezes, sendo aplicados às plantas medicinais. A própria Amorozo (1996), em *A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais*, afirma a importância de se discorrer sobre as plantas medicinais nos estudos etnobotânicos. Mais recentemente, podemos citar, por exemplo, o estudo de Vásquez et al. (2014), que realizam um estudo etnobotânico acerca do conhecimento e do uso das plantas medicinais em quatro comunidades ribeirinhas do município de Manacapuru (AM), desenvolvendo um levantamento dos números de espécies cultivadas pelas comunidades, seus nomes populares, bem como as indicações terapêuticas das plantas.

Geralmente, é a partir da utilização de recursos naturais como plantas, animais e minerais que a comunidade realiza as práticas terapêuticas. É claro que a flora ou a fauna, por exemplo, não são apenas meios curativos para se combater as enfermidades, mas são também elementos que se encontram, acima de tudo, intimamente ligados à cultura e à visão de mundo da comunidade. Isso é Etnomedicina: trazer à tona sistemas terapêuticos que são construídos e moldados a partir da própria cultura de determinado grupo. Como temos esclarecido no decorrer deste trabalho, as maneiras pelas quais entendemos a saúde, as enfermidades e os modos de tratá-las variam entre comunidades ou culturas, uma vez que cada sociedade possui seus modos específicos de curar.

Nessas comunidades, frequentemente há pessoas encarregadas das práticas terapêuticas, que possuem conhecimentos específicos acerca das doenças e dos métodos de tratamento: os *etnoespecialistas* ou *etnomédicos* (COSTA, 2013; COSTA e GOMES, 2013). Podemos citar, como exemplos de especialistas em saúde, os pajés, as curandeiras e os raizeiros. Neste estudo, destacaremos o especialista **raizeiro**. Conhecedores das plantas medicinais, os raizeiros são uma espécie de pajé urbano, uma vez que, assim como os pajés, são considerados os principais responsáveis pela cura de doenças físicas ou psiquiátricas, mas vivem em cidades.

Nesse sentido, procuramos pensar as relações indivíduo-planta, lançando olhar especialmente para as plantas medicinais, ou seja, as práticas etnomédicas dos raizeiros.

Nossas análises, conforme temos salientado no decorrer deste estudo, levarão em conta as relações entre indivíduo e meio ambiente via linguagem, como propõe a Ecolinguística. Mais ainda: partiremos do léxico especializado dos raizeiros, de um olhar direcionado para a **identificação, nomeação e significação** da planta.

Antes disso, entretanto, contextualizaremos o universo da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados.

CAPÍTULO 3 METODOLOGIA

Pautados pela visão ecolinguística, relataremos, agora, o universo e o *percurso metodológico da presente investigação*. Primeiro, discutiremos a metodologia da Ecolinguística que, conforme pretendemos demonstrar, alinha-se a uma postura multimetodológica. Segundo, trataremos da constituição da pesquisa propriamente dita, os sujeitos e os interesses que a sustentam. Para tanto, levaremos em conta as seguintes etapas: **universo da pesquisa** – constituição inicial e contextualização do lugar da pesquisa; **trabalho de campo** – geração de dados e sujeitos que participaram do estudo; **procedimentos éticos** – princípios éticos que fundamentaram a construção da pesquisa; **constituição do corpus** – transcrição e categorização dos dados; e, por último, **abordagens e critérios de análise** – procedimentos e abordagens de análise utilizados.

3.1 A ECOMETODOLOGIA

A discussão acerca de uma metodologia para a Ecolinguística é relativamente nova. Contudo, alguns estudos na área têm procurado discutir propostas metodológicas para esse campo de estudos, como Albuquerque (2015), Nenoki do Couto e Albuquerque (2015) e Couto (2017). Além de discutirem a metodologia na Ecolinguística, esses autores também sugerem possíveis procedimentos de análise a partir dessa perspectiva. Nenoki do Couto e Albuquerque (2015) destacam que a metodologia da Ecolinguística deve partir, epistemológica e metodologicamente, de uma visão ecológica. Isso porque a Ecolinguística é uma teoria que possui uma visão ecológica e, portanto, deve possuir uma metodologia que possibilite compreender nosso objeto também de maneira ecológica.

Albuquerque (2015) enfatiza, ainda, a necessidade de uma pesquisa que seja construída holisticamente, assim como pressupõe as diretrizes ecossistêmicas. A ecometodologia, dessa forma, adota uma postura multimetodológica, ou seja, defende a possibilidade de se adotarem diferentes métodos, que cooperem para a construção da

pesquisa. Essa proposta tem sua visão embrionária em Couto (2007) e desenvolve-se, mais tarde, em Couto (2013). Segundo Albuquerque (2015):

no decorrer de toda obra de Couto (2007), é possível perceber a ênfase que é dada à coleta de dados em campo, feitas pelo autor em diferentes localidades, em épocas distintas e para a realização de várias pesquisas. Assim, a metodologia consiste na coleta e na análise inicial dos dados de acordo com as teorias linguísticas tradicionais. A partir daí, com os dados e os resultados obtidos nas pesquisas anteriores, faz-se uma nova interpretação deles, com base na teoria ecolinguística, verificando as inter-relações entre os elementos de L, P e/ou T, de somente uma dessas categorias (as relações dentro de L, ou somente dentro de P, ou somente dentro de T), como se dão as relações na EFL, entre outros temas.

Pensar multimetodologicamente coincide com o que propõe a visão ecológica de mundo, uma vez que a Ecolinguística ignora uma noção de pesquisa fragmentada para pensar na pesquisa a partir de um ponto de vista holístico. Santos (2007, 2010), conforme temos enfatizado neste trabalho, congrega com a ideia de que o/a pesquisador/a não deve adotar uma abordagem disciplinar e disciplinada em seus estudos e sim uma que leve em conta o todo, multidisciplinar. Nas palavras de Couto (2017, s/p, grifo do autor) “A **ecometodologia** é vista como o ponto de vista da cumeeira da casa, ou o topo da montanha de Löwy, de onde se pode ter uma visão do todo (holismo)”.

Nesse sentido, a ecometodologia parte de procedimentos de análise que também apontam para uma visão holística. As categorias devem, então, considerar os MA's mental, social e natural de forma integrada, como uma rede. Por meio dessa postura, devemos levar em conta as seguintes categorias: 1) a endoecologia e exoecologia; 2) a ecologia da interação comunicativa (EIC), em que se dão os atos de interação comunicativa (AIC); 3) os três ecossistemas da língua (mental, natural e social) e 4) o Ecossistema Integral da Língua (L-P-T). Diante disso, vemos que o autor considera a metodologia da Ecolinguística como multimetodológica, ou ecometodológica, devido à postura inter/multidisciplinar desse campo de estudo.

Podemos pensar, nesse sentido, em uma metodologia do trabalho de campo em Ecolinguística, conforme propõe Nash (2011 *apud* ALBUQUERQUE, 2015). De acordo com o autor, a pesquisa de campo, apoiada nos moldes ecolinguísticos, deve levar em conta a relação construída na comunidade, entre pesquisador e informante. Dessa forma, em consonância com o que propõe a Ecolinguística, o trabalho de campo deve dar enfoque à interação. Deve haver, então, uma inserção, de fato, do pesquisador na comunidade, de modo que ele interaja com ela e compreenda as relações sociais e o modo de vida que são

construídos ali. Nesse mesmo sentido, salienta-se que a coleta de dados nessa abordagem deve ocorrer de forma natural e informal, a partir de diálogos resultantes do convívio do pesquisador com os membros da comunidade. Isso quer dizer que o trabalho de campo deve atender tanto para o MA físico, como para o MA social.

Partindo dessa perspectiva ecolinguística, o presente estudo mobiliza, também, uma multimetodologia, uma vez que, além de adotarmos a abordagem e os procedimentos de análise ecolinguísticos, partimos de diferentes perspectivas teóricas, como Etnociências (POSEY, 1997; PRANCE, 1997; COSTA E GOMES (2013) e Semântica Cognitiva (KÖVECSSES, 2010; LAKOFF, 1987; LAKOFF E JOHNSON, [1980]2002), o que reforça seu caráter interdisciplinar e multidisciplinar. Realizamos, ainda, um trabalho de campo ecolinguístico, pois, conforme pondera Nash (2011 *apud* ALBUQUERQUE, 2015), procuramos dar ênfase na relação do pesquisador com o informante e a comunidade.

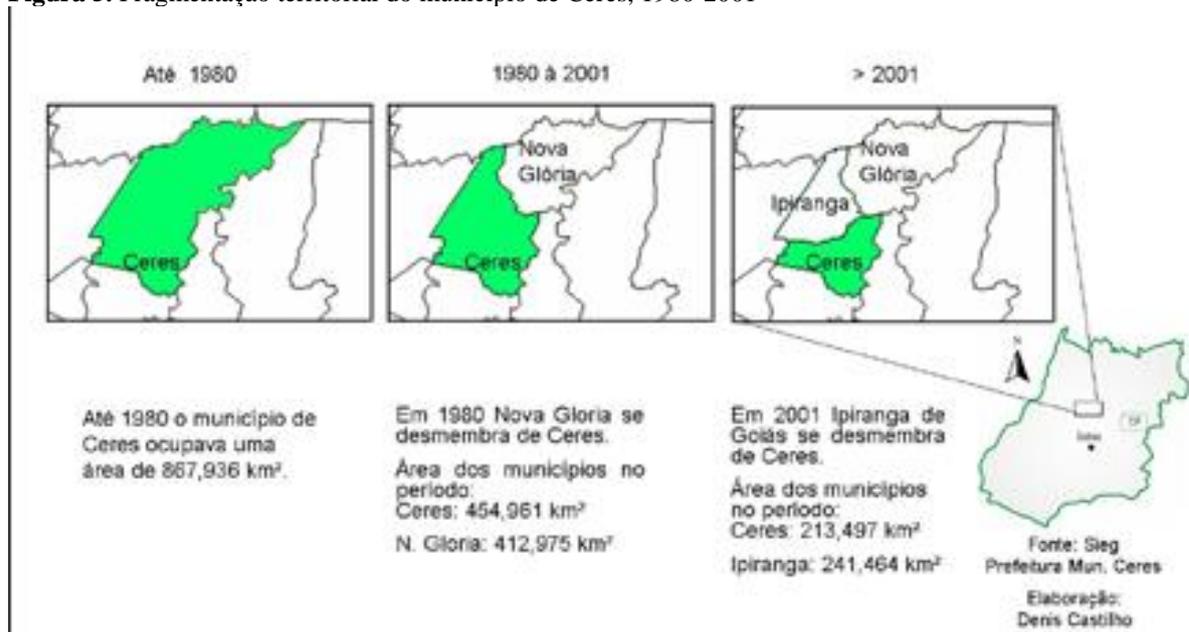
3.2 O UNIVERSO DA PESQUISA

Após delimitarmos o tema da pesquisa, fez-se necessário realizar o levantamento das fontes. Nesse momento, recorremos, então, aos textos que julgamos necessários para traçar as discussões coerentes com nosso posicionamento teórico. Teve início, assim, a leitura e o fichamento dos textos, que foi essencial para a delimitação das entrevistas, dos participantes e da constituição do trabalho de campo em geral. Dentre as leituras realizadas, destacamos Couto (2007, 2016) e Nenoki do Couto (2012), que discutem acerca da Ecolinguística; Amorozo (1996), Araújo (2014) e Costa e Gomes (2013), que esclarecem a visão *etno*, especialmente etnobotânica; e Lakoff e Johnson (1980[2002]), Kövecses (2010) e Biderman (1998), que realizam uma abordagem semântica cognitiva-lexical, entre outros.

O fichamento dos textos também se fez importante na medida em que procuramos destacar as principais ideias dos autores e registramos reflexões que foram surgindo no instante da leitura, o que nos auxiliou, principalmente, no momento da redação desta dissertação. Após esse processo, demos início ao que chamamos de pré-campo. Trata-se do momento de *preparar o terreno*, da seleção dos participantes da pesquisa, da construção dos instrumentos de pesquisa, etc. Para selecionarmos os sujeitos que iriam participar da pesquisa, fizemos uma busca na comunidade. Pelo fato de a pesquisadora já ter morado na cidade,

condicionaram a criação da CANG nessa região, como as condições de solo, a proximidade com os grandes centros (Goiânia e Anápolis) e o desejo de expansão político-econômico pelo interior do país. A CANG foi emancipada em 1953 e, nas décadas seguintes, criou-se a cidade de Ceres. Na década de 1980, Nova Glória se desmembrou de Ceres, dando origem a um novo município (Figura 5):

Figura 5. Fragmentação territorial do município de Ceres, 1980-2001



Fonte: Castilho (2012)

Como é possível notar, houve uma fragmentação territorial, resultando na criação de Nova Glória e Ipiranga de Goiás. A principal área cultivável do município de Ceres foi para Nova Glória, em 1980, e para Ipiranga de Goiás, em 2001. Desse modo, surgem transformações nos interesses econômicos e sociais de Ceres, que deixa de ter uma economia agrícola para se tornar um núcleo de serviços. O município tornou-se um pólo regional administrativo, educacional e de saúde. Toda a população da região do Vale de São Patrício, quando não pode ir à capital, Goiânia, por conta da distância, recorre, geralmente, ao município de Ceres para consultas médicas, por exemplo.

Hoje, com extensão territorial maior que Ceres, mas menor número populacional (cerca de 9 mil habitantes), Nova Glória tem grande parte de seu território formado por áreas rurais. A cidade sempre proporcionou, seja pela economia ou pela produtividade do solo, uma profunda relação de sua população com o território. Desse modo, a atual e abundante

interação homem-agricultura é resultado de um projeto político-econômico que falhou, na medida em que as CANG's foram extintas, e a ideia de união foi expirada pela cisão das colônias.

Com uma economia agrícola, logo ao chegarmos à cidade, deparamo-nos com uma paisagem predominantemente verde e uma placa que traz a frase *Seja bem vindo a Nova Glória, cidade de Cristo* (Figura 6):

Figura 6. Entrada da cidade sentido BR-153, Nova Glória-GO



Fonte: <http://novagloria.go.gov.br/pagina/239-historia->

Conforme aponta toda a trajetória histórica do município e também a Figura 6, Nova Glória é uma cidade predominantemente composta por zonas rurais. A entrada da cidade (saída para a BR-153) demonstra o verde que compõe a paisagem. Para além desse aspecto rural, a religiosidade é outro fator de destaque. Não apenas a placa *Seja bem vindo a Nova Glória cidade de Cristo* nos indica isso, mas também as inúmeras outras placas com mensagens religiosas pregadas nos postes públicos da cidade (*Só Jesus salva, Jesus está voltando*, etc). Além de visível no território, a religiosidade se faz presente no estilo de vida das pessoas que moram ali, inclusive dos sujeitos que participam da pesquisa. Os moradores alternam suas tardes e noites entre idas aos cultos religiosos e saídas para comer na pastelaria e lanchonetes da cidade.

Assim como a relação dos indivíduos com a terra, a relação desses com as plantas medicinais é intensa na região, aparente no fazer dos raizeiros e das benzedeadas, que também formam grande parte da população, especialmente de idosos. Em relação aos raizeiros e suas

práticas medicinais, sobre os quais se debruça a presente pesquisa, foi possível perceber que esses saberes sempre foram delegados às pessoas mais velhas, o que pode indicar, possivelmente, um futuro desaparecimento desse tipo de prática, caso a transmissão intergeracional não seja mantida. Além da delimitação da área e dos sujeitos da pesquisa, a pesquisa de campo utiliza técnicas e instrumentos específicos que serão discutidos no próximo tópico.

3.3 O TRABALHO DE CAMPO

Alinhados aos objetivos da pesquisa, direcionamos nosso trabalho de campo com base em entrevistas, uma vez que só conseguiríamos compreender os saberes e as vivências dos raizeiros comunicando-nos com eles. Além disso, esse tipo de instrumento de pesquisa se fez apropriado na medida em que, a partir dele, é possível coletar o maior número de informações possíveis. Na entrevista, diferente do questionário, ocorre uma verdadeira troca entre o pesquisador e seu interlocutor, em que se apresentam, muitas vezes, as percepções e modos de pensar dos sujeitos da pesquisa. Severino (2007) subdivide-as em: *estruturadas*, em que se elabora um questionário totalmente estruturado e criteriosamente seguido; *semi-estruturadas*, em que o informante discorre livremente sobre o assunto e o entrevistador intervém apenas quando necessário; e *histórias de vida*, a partir do qual são colhidas informações sobre a vida pessoal dos informantes, possuindo um caráter de autobiografia, memorial.

No estudo realizado aqui, adotamos entrevistas não diretivas/semi-estruturadas, uma vez que procuramos manter um diálogo com os especialistas, de modo que eles pudessem se sentir à vontade para contar suas experiências e saberes. Algumas perguntas foram previamente estabelecidas com o intuito de direcionar nossas conversas e para o caso de os participantes não se sentirem à vontade em falar livremente. A etapa de elaboração das perguntas foi essencial para a pesquisa, demandando tempo e cuidado, na medida em que se teve que observar, acima de tudo, os procedimentos éticos delineados pela investigação. Além disso, conforme nos mostra Marconi e Lakatos (2003), deve-se tomar algumas medidas quanto à elaboração da entrevista, como ter um conhecimento prévio do entrevistado e do campo e realizar um planejamento da entrevista, organizando um roteiro com as questões importantes. Estruturamos o roteiro de perguntas (ver anexo 7) direcionando-o para nossos

objetivos, de modo que pudéssemos conhecer os saberes e as práticas dos especialistas. A seguir, apresentamos algumas das perguntas do roteiro:

- 1) *Como e com quem o senhor/a aprendeu esse conhecimento/prática?*
- 2) *O que o senhor/a faz é valorizado? O senhor/a já sofreu algum preconceito por causa disso?*
- 3) *Quais são os nomes das plantas medicinais que o senhor/a mais usa? Para que elas servem?*
- 4) *Como os remédios são feitos?*

Essas foram algumas das perguntas que direcionaram nossa entrevista em um primeiro momento, mas não ficamos restritos a elas, uma vez que, tratando-se de uma entrevista não diretiva, outras surgiram na medida em que o diálogo ia ocorrendo e, logo, ficamos mais na escuta.

Depois de realizado esse planejamento prévio, com roteiro de perguntas, selecionados o espaço e os sujeitos que iriam compor a pesquisa, demos início ao trabalho de campo em 9 de outubro de 2017. Ir à campo não é uma tarefa fácil, uma vez que pressupõe encontros e desencontros. A entrada no campo, o encontro com o outro e as primeiras impressões demonstram quão denso é esse processo investigativo. No nosso primeiro encontro, apresentamos e contextualizamos nossa pesquisa, enfatizando o que pretendíamos com ela, seguindo todos os procedimentos éticos necessários. Todos eles se dispuseram, de forma muito acolhedora, a me receber em suas casas, local onde ocorreu a maioria das conversas (sempre com datas e horários previamente agendados). Nesse primeiro momento, nossas conversas não foram tão produtivas quanto esperávamos. As respostas foram, geralmente, monossilábicas e o medo da apropriação de seus conhecimentos era recorrente (mesmo após informá-los dos objetivos da pesquisa). As entrevistas, previamente estabelecidas, auxiliaram muito nessa etapa, uma vez que ajudaram na evolução das respostas que passaram, com o tempo, a ganhar um tom mais informal. Foram realizadas de duas a três conversas com cada participante, de acordo com a disponibilidade de cada um. Tomamos um total de oito conversas. Além delas, apoiamo-nos, também, na observação, que auxiliou na compreensão de aspectos da realidade e do estilo de vida dos especialistas.

No decorrer dos dias, pudemos perceber que as entrevistas ganharam um tom de conversa e os participantes passaram a expor suas inquietações e seus sentimentos. Na medida em que foi-se estabelecendo confiança, perderam o medo da expropriação indevida. Ouvia, vez ou outra, a frase: *quando você vem de novo?* Eles passaram a gostar de nossas conversas

(e, de fato, *eu* também!). É claro que, em alguns momentos, eles ainda evitavam revelar informações. Nessas horas, evitamos exercer qualquer tipo de pressão para que eles respondessem às perguntas ou nos ensinassem algo, uma vez que muitas das respostas são segredos e não devem ser transmitidas a qualquer pessoa.

Os especialistas, ou raizeiros, como são chamados na comunidade, são pessoas que empregam a maior parte de suas vidas na venda de plantas e/ou produção de remédios para prevenção e cura das doenças. Trata-se de uma figura de enorme relevância social para a comunidade, na medida em que, diferente dos demais, detém conhecimentos especializados acerca dos recursos naturais e da saúde. Apesar de muitos raizeiros se dedicarem ao comércio de produtos naturais e partes de plantas nas ruas ou em feiras livres, na comunidade investigada, eles realizam apenas a produção e vendem os remédios em suas casas. Têm entre 49 e 85 anos e, em sua maioria, possuem ensino fundamental incompleto. Possuem conhecimentos e experiências riquíssimas e uma consciência ecológica esquecida por muitos. Passaremos, agora, para a caracterização dos sujeitos que integraram a pesquisa.

Dona Júlia (JRS), 85 anos, nem sempre residiu na cidade. Morava na zona rural, região chamada por ela de *Fazendinha*. Nessa época, ganhou um livro (*As plantas curam*, de Alfons Balbach) de presente de um índio, mudou-se para Nova Glória e com o incentivo de um amigo, começou a fabricar os remédios. Desde então, não parou mais. Segundo ela, já faz cerca de quarenta anos que ela se dedica à prática e faz garrafadas que já foram até para os Estados Unidos. Atualmente viúva, dedicou-se desde nova à família e aos filhos. Muito religiosa, leva uma vida simples, entre garrafadas e novenas. *Aí o povo fala.. vai lá na Dona Júlia que ela tá sarando todo mundo..*

Dona Maria (MLML), 70 anos, nasceu e cresceu no município. Estudou até o primário. De plantas e de vida aprendeu muito. Descobriu o ofício com o pai, que entendia bastante de remédios naturais. Ele ensinou muito do que ela sabe hoje. A outra parte vem dos livros que, segundo ela, são, de fato, preciosos. Além de realizar a venda dos remédios, fabrica muito para a família, incluindo filhos e netos, segundo ela [...] *é só ficar doente que vem cá e perguntam cadê o remédio*. Assim como Dona Júlia, faz principalmente garrafadas. Hoje, mais velha e, por vezes, com algumas dores, já não fabrica mais tantas como antigamente. Seu dia-a-dia se resume mais em cuidar das plantas no quintal e assistir à missa todo santo dia. Católica fervorosa, considera seus saberes um dom de Deus.

José Silvério (JSO), 49 anos, casado, tem um perfil um pouco diferentes do das raizeiras. Assim como Dona Maria, nasceu na cidade. Pesquisador, como se autodenomina, aprendeu o conhecimento medicinal também com seu pai, que o levava para o campo. Tem,

segundo ele, formação natural, científica. Não costuma fazer garrafadas, mas extratos concentrados. Algumas doenças, não gosta muito de tratar, afirma que *negócio de reumatismo, dor aqui dor aculá eu num gosto de tratar não*. Gosta mesmo é de cuidar das doenças hepáticas, estomacais e pulmonares. Divulga seu trabalho o máximo que pode, em site, vídeos e cartão de visita. Suas semanas se resumem a fazer os remédios e a se dedicar a sua saúde, um pouco fragilizada.

3.3.1 Procedimentos éticos

Tratando-se de uma pesquisa de campo, foi indispensável, também, levar em conta todos os procedimentos éticos necessários. Dessa maneira, consideramos, para a construção desta dissertação, todas as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG), coerente com a Resolução 196/96, que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Nesse sentido, procuramos, de acordo com a proposta da resolução, garantir a dignidade, a liberdade e a autonomia dos participantes da pesquisa.

Antes de dar início ao trabalho de campo, submetemos o projeto de pesquisa e todos os documentos necessários ao CEP. Nesse momento, construímos também nosso Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento no qual são dadas todas as orientações da pesquisa para que os sujeitos manifestem ou não a sua anuência em participar do estudo. Nesse documento, apresentamos: a) Informações importantes sobre a pesquisa b) Consentimento ou não da participação na pesquisa b) Liberdade de acesso aos dados do estudo em qualquer etapa da pesquisa; c) Permissão ou não para divulgar imagem/voz/opinião. Após a submissão, o projeto foi aprovado pelo CEP, em Setembro de 2017.

Todos os participantes permitiram o uso do nome e opinião. Houve resistência apenas de um participante quanto às informações que seriam dadas, especialmente acerca da fórmula farmacêutica de seu remédio. Dessa forma, por questões éticas não essa não foi discutida em nossas conversas. As fotografias que compõem nosso *corpus* de análise também foram realizadas com o consentimento dos participantes da pesquisa. Apenas uma raizeira não concordou com o uso da imagem, afirmando que não gosta de fotos, o que justifica, então, imagens de apenas dois dos especialistas em nosso trabalho.

Dessa forma, procuramos tomar um posicionamento ético não somente nos procedimentos referentes ao CEP, mas no decorrer de toda pesquisa, o que influenciou no cuidado com a elaboração das perguntas e, até mesmo, na forma como utilizamos e apresentamos os resultados.

3.4 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

A construção do *corpus* se deu a partir dos dados coletados. Esses compreenderam, além de nossas conversas com os raizeiros (entrevistas), fotografias que foram realizadas no momento de nossas conversas e ainda, algumas notas de campo, que muito auxiliaram a entender o modo de vida da comunidade investigada.

A transcrição dos dados foi realizada logo após as entrevistas, o que facilitou bastante o andamento da pesquisa. Considerando a possibilidade de diferentes formas de transcrição, utilizamos, nesta pesquisa, as convenções de Preti (1999). Apesar de adotar essa proposta, destacamos, aqui, que não julgamos necessária a grafia das palavras de acordo com a pronúncia (*ex. alcançá, vamo*) como propõe o autor, uma vez que a reprodução com adequações gramaticais da língua escrita não afeta o conteúdo de interesse da pesquisa. Além disso, acreditamos ser mais ético adotar esse tipo de transcrição, evitando que o material escrito não seja bem recebido pelos próprios participantes. Procuramos, ainda, no final dos trechos de fala, destacar, entre parênteses, siglas que indicam as iniciais do nome dos especialistas. Nesse sentido, nossas transcrições seguiram as seguintes normas (Quadro 4):

Quadro 4. Normas para transcrição adotadas

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras ou seguimentos	()	<i>do nível de renda... () nível de renda nominal...</i>
Entonação enfática	maiúscula	<i>porque as pessoas reTÊM moeda</i>
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	<i>ao emprestarem os... éh::: ... o dinheiro</i>
Interrogação	?	<i>e o Banco... Central... certo?</i>
Qualquer pausa	...	<i>são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção</i>
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))

Fonte: Adaptado de Preti, 1999, p. 11

Além dos dados transcritos, das fotografias e das notas de campo – resultantes da pesquisa de campo propriamente dita –, utilizamos, ainda, dois vídeos para integrar nossas análises, ambos disponibilizados na plataforma YouTube, no canal do especialista José Silvério⁷. Os vídeos nos ajudarão a pensar, por exemplo, em como esses especialistas estão se adaptando às transformações científicas e sociais, um dos nossos critérios de análise, conforme apresentaremos mais adiante.

Após a constituição do *corpus* (conversas, fotografias, notas e vídeos), passamos à categorização dos dados. Procuramos, então, dividir, inicialmente, as ocorrências de acordo com os núcleos temáticos apresentados, ou seja, a partir dos tópicos gerais que detectamos no decorrer de nossas conversas. Nesse momento, fizemos uma pré-análise temática, na qual observamos os assuntos mais recorrentes: 1) o preconceito com suas práticas – relação científico-popular; 2) utilização das plantas, indicações terapêuticas; 3) forma de preparação e venda dos remédios e 4) relação com os clientes.

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCMden0I2kLM4dp71KdqwfVg>>. Último acesso: 31 jul. 2018.

3.5 TÓPICOS DAS ENTREVISTAS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Nessa etapa, foi possível identificar quais foram os tópicos e as temáticas mais recorrentes nos dados e de que forma eles poderiam nos auxiliar no entendimento dos saberes e práticas dos raizeiros sob um viés ecolinguístico. O *corpus* foi, então, analisado e interpretado a partir das reflexões teóricas realizadas anteriormente. Nesse sentido, com base em uma visão ecológica de mundo, procuramos analisar nosso objeto holisticamente, ou seja, de forma que pudéssemos, mesmo que focados em um ou outro aspecto, em determinado momento, enxergar o todo. Pensamos, linguístico-ecossistemicamente, nossos dados, e delineamos, então, as seguintes categorias de análise:

Quadro 5. Categorias e critérios de análise da pesquisa

CATEGORIAS DA ECOLINGUÍSTICA VISUALIZADAS NO CORPUS	TEMÁTICAS MAIS RECORRENTES
Inter-relações indivíduo-mundo	Manejo das plantas Processo de nomeação das plantas medicinais
Inter-relações indivíduo-indivíduo	Relação especialista-cliente
Adaptação	Adaptação aos moldes científico-tecnológicos: elaboração de site, vídeos e cartão de visita
Diversidade	Diversidade biológica e lexical
Visão de longo prazo	Preocupação com a sustentabilidade

Fonte: Elaborado pela autora

As categorias de análise consideradas na presente pesquisa convergem para o que chamamos de Ecossistema Integral da Língua, uma vez que foram pensadas levando-se em conta a relação língua-povo-meio ambiente (mental, social e natural). Contemplamos, ainda, a EIC, que, segundo Albuquerque (2015), é uma das categorias de análise da Ecolinguística. Juntamente com ela, consideraremos a **adaptação**, no que diz respeito à necessidade dos especialistas em adaptar-se aos moldes científicos atuais; **a diversidade**, tendo em vista a diversidade biológica e lexical presente nos dados; e a **visão de longo prazo**, levando em conta a preocupação dos especialistas com a sustentabilidade.

Cabe ressaltar que os dados foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa, pois, tal como esclarece Severino (2007), pretendemos compreender determinada questão, grupo social, sem nos preocupar com uma representatividade numérica. Dessa maneira, essa se torna uma abordagem privilegiada para se pensar na construção dos saberes dos raizeiros, uma vez que nos permitirá o estudo de questões que não podem ser quantificadas, como os medos, as experiências e os sentimentos desses especialistas.

Subdividimos, então, nosso capítulo de análise, considerando tais abordagens e categorias. Desse modo, a análise de dados irá ocorrer da seguinte forma: primeiro, levaremos em conta **o conhecimento etnomédico dos raizeiros**, discutindo o manejo das plantas e a produção dos remédios, a questão da adaptação presente nos vídeos e as noções de diversidade e visão de longo prazo; em seguida, abordaremos **o complexo processo de nomear**, apresentando como esses especialistas nomeiam as plantas, bem como as metáforas presentes no *corpus*. Importante ressaltar que ambos os tópicos a serem abordados caminharão para as inter-relações (indivíduo-indivíduo e indivíduo-mundo) e para as relações entre MA mental, social e natural.

Sendo assim, após contextualizarmos o universo e os procedimentos metodológicos da presente investigação, apresentamos, no próximo capítulo, a análise dos dados.

CAPÍTULO 4

A RELAÇÃO COM AS PLANTAS E COM O OUTRO: O QUE NOS DIZEM OS ESPECIALISTAS?

Diante do exposto até o momento, vê-se que é intensa a relação dos raizeiros com as plantas e com outras pessoas, ou seja, deles com o meio ambiente e com a comunidade. Pensar nos papéis dos meios ambientes mental, social e natural na construção dos saberes dos raizeiros é isso: pensar na relação indivíduo-indivíduo e indivíduo-mundo, que se dá essencialmente por meio da linguagem.

Nesse sentido, pensaremos os meios ambientes mental, social e natural e as inter-relações levando em conta os seguintes princípios ecológicos: **i) inter-relações, ii) adaptação, iii) diversidade e iv) visão de longo prazo.** Esses critérios não serão entendidos de forma fragmentada, subdividida, mas sim tomados holisticamente

Inicialmente, é importante pensar as **inter-relações**. Os dados mostraram a intensa relação entre os raizeiros e o meio ambiente, vista no processo de nomeação das plantas medicinais e, claro, no manejo das plantas. Diante disso, analisaremos as relações entre indivíduo-língua-meio ambiente (mental, social e natural) da seguinte maneira:

- Conhecimento etnomédico dos raizeiros: levaremos em conta o manejo das plantas e a produção dos remédios;
- Como os raizeiros nomeiam as plantas: atenção para a maneira como concebem o mundo por meio da linguagem.

4.1 “CADA PLANTA TEM UMA COISA QUE ELA É INDICADA”: O CONHECIMENTO ETNOMÉDICO DOS RAIZEIROS

Os dados demonstraram que o modo de vida dos raizeiros se caracteriza por uma estreita, profunda e necessária relação com a terra e com a natureza, especialmente com as plantas medicinais. Muitas vezes, foi possível observar, em nossas conversas, a importância que eles davam à terra e ao meio ambiente. Ao dizer, por exemplo, *eu amo mexer aqui com minhas plantinhas*, fica clara uma relação até mesmo afetiva com os recursos naturais,

mostradas não somente pela presença do verbo “amar”, como também pelo uso do diminutivo, que, além de outras funções, tende, em muitos contextos, a denotar afetividade. Da mesma forma, há, entre esses especialistas, um vasto conhecimento etnomédico. Assim como um arquiteto é um especialista que projeta e idealiza os espaços, os raizeiros possuem técnicas e conhecimentos avançados sobre a saúde. Os próprios termos utilizados por eles demonstraram isso. Termos específicos da área da saúde como *antiinflamatório*, *viródica* e *sedativo* foram recorrentes no *corpus*.

Apesar de as práticas dos raizeiros não incluírem rezas e simpatias, como é o caso dos curandeiros/as e benzendeiros/as, esse elemento intuitivo e religioso também esteve presente em nossas conversas, de modo que duas raizeiras compreendem que seu conhecimento se trata, sobretudo, de uma inspiração divina, um *dom de Deus*. Para elas, a cura se dá pelo uso dos remédios naturais, pela fé e pela graça divina. O ato de curar, então, mais que um saber, é um dom, algo que os aproxima do criador. No caso de Dona Maria, trata-se de um dom herdado, uma vez que ela se interessou pelo ofício a partir da observação do próprio pai. Quando perguntamos se apenas ela seguiu as práticas do pai, ela responde que Deus deu esse dom apenas para ela. Esse caráter intuitivo ficou evidente nos dados. Em nossas conversas, Dona Júlia afirma que, às vezes, sente vontade de fazer as garrafadas e, então, começa a cortar uma e outra planta em seu rico quintal, intuitivamente. Segundo ela, *aquilo parece que vem do coração mesmo.. acho que é por isso que Deus me ajuda*.

Com o intuito de iniciar nossas discussões acerca desses conhecimentos, procuramos, no Quadro 6, sistematizar as plantas (tendo em vista nome popular e científico), as partes utilizadas, formas de preparo e indicações terapêuticas apontadas por esses especialistas em nossas conversas:

Quadro 6. Lista de plantas e suas respectivas propriedades evidenciadas pelos especialistas

Nome popular	Nome científico	Parte utilizada	Forma de preparo	Indicações terapêuticas
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>	Folha	Chá	Calmante
Algodãozinho	<i>Coclospreum regium</i>	Casca/raiz	Maceração	Infecções em geral. purgante
Alho	<i>Allium sativum L</i>	Caule	Chá	Gripe
Artemísia, Losna	<i>Artemisia absinthium</i>	Folha	Chá ou extrato	Melhorar a digestão; vermes intestinais
Camomila	<i>Matricaria recutita</i>	Flor	Chá	Calmante; Tratamento de ansiedade; sinusite
Cana-de-macaco	<i>Costus spicatus</i>	Cana (hastes) e folhas	Chá	Infecções urinárias; pedras nos rins
Canela-de-velho	<i>Miconia albicans</i>	Folha	Não informado	Dores musculares; artrose
Cipó-dor	<i>Banisteria argyrophylla</i>	Cipó	Não informado	Dores em geral; tratamento reumático; antiinflamatório
Carne verde	<i>Moringa Oleífera</i>	Folha	Ingestão da folha	Vitamina C; tratamento de anemia; combate à obesidade e ao colesterol alto
Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i>	Folha	Chá; maceração	Enfermidades das vias respiratórias; sinusite; rinite; asma
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i>	Folha	Chá	Calmante
Fedegoso	<i>Tiaridium alongatum, L..</i>	Cascas, folhas	Chá ou compressas	Antiinflamatório; Febre; cicatrização
Flor da noite, flor cheirosa, cacto da flor grande	<i>Cactus cereus giganteus L.</i>	Brotos e caule	Não informado	Doenças cardíacas, desentupimento de artérias; Reumatismo, dores articulares e musculares
Folha santa	<i>Kalanchoe pinnata</i>	Folha	Não informado	Infecção em geral
Funcho, erva-doce	<i>Pimpinella anisum</i>	Folha; Flor	Infusão	Gripes e resfriados; problemas estomacais
Hibisco	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i>	Flor	Chá	Propriedades diuréticas; Emagrecimento
Hortelã, hortelazinho	<i>Mentha viridis, L.</i>	Folha	Chá	Gripe, tosse

Macelinha	<i>Achyrocline satureioides, D. C.</i>	Folha	Maceração	Problemas digestivos; diarreia
Mama-cadela	<i>Brosimum gaudichaudii</i>	Casca;Raiz	Chá	Manchas na pele; úlceras estomacais
Melão de São-Caetano	<i>Momordica charantia, Lin</i>			Desinflamatório
Mulungu	<i>Erythrina speciosa</i>	Folha	Chá	Calmante; Tratamento de insônia
Pata-de-vaca	<i>Bauhinia curvula</i>	Folha	Chá	Infecções; diurético
Pé-de-perdiz	<i>Croton antisiphiliticus</i>	Raiz	Maceração	Infecções em geral
Pimenta do reino	<i>Piper nigrum L</i>	Semente	Maceração	Tratamento de sinusite
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri, L.</i>	Folha	Infusão; decocção	Tratamento dos rins, Prevenir pedras na vesícula; ação diurética
Rabo-de-tatu	<i>Centrosema bracteosum</i>	Raiz	Maceração	Dores no estômago, tratamento do sistema hepático
Romã	<i>Punica Granatum</i>	Casca, Semente	Chá e tintura	Gripe; Tratamento de sinusite
Sabugueiro	<i>Sambucus nigra L.</i>	Sementes	Chá, sumo	Gripe; sinusite e problemas respiratórios em geral
São João	<i>Hypericum perforatum</i>	Folha; flor	Chá	Calmante; Tratamento de insônia
Trançagem	<i>Plantago major</i>	Folhas e sementes	Chá	Problemas digestivos
Unha-de-gato	<i>Uncaria tomentosa</i>	Folha	Chá	Problemas digestivos; anti-inflamatório
Urtiga	<i>Urtica dioica L</i>	Raiz	Chá; infusão	Infecções em geral
Veludo branco, Angélica	<i>Guettarda viburnoides,</i>	Não informado	Não informado	Diurética; tratamentos estomacais e hepáticos

Fonte: Elaborado pela autora; Nomes científicos retirados de Araújo (1979); Massaroto (2009); Ministério do meio ambiente (2011).

Como é possível observar, muitas foram as plantas citadas pelos especialistas. Algumas foram indicadas por todos eles, outras, apenas por alguns. É possível perceber que, dentre elas, há plantas mais usuais, provavelmente pela região de plantio (especialmente

plantas do cerrado) ou pela maior procura por remédios específicos. Dentre as plantas mais citadas no *corpus*, temos: *romã*, *artemísia/losna*, *transagem*, *cana-de-macaco*, *rabo-de-tatu*, *hortelã*, *arnica*, *alecrim*, *babosa*, *mama cadela*, *sabugueiro* e *são joão*. Essas plantas foram indicadas para problemas digestivos e urinários (*transagem*, *rabo-de-tatu*, *cana-de-macaco*, *babosa*, *Artemísia/losma* por exemplo), resfriados e sinusites (*romã*, *alecrim*, *hortelã*, *arnica*) e como calmantes (*são joão*, *camomila*). Citadas apenas por um especialista, temos: *angélica/veludo branco*, *carne verde*, *mulungu*, *flor da noite/cacto da flor grande*, *fedegoso*, *canela-de-velho*, *eucalipto*, *hibisco*, *unha-de-gato*, *sangra d'água* e *cipó-dor*. Apesar de citadas por um ou outro especialista, isso não quer dizer que essas plantas sejam desconhecidas ou que os raizeiros não dominem suas propriedades medicinais. Diz-nos apenas que algumas das plantas medicinais (indicadas no Quadro 6) são utilizadas só por alguns e que não necessariamente os raizeiros de uma mesma comunidade fazem os mesmos usos, apesar de convergirem na maior parte deles.

Como vemos, não se trata apenas de conhecer os nomes das plantas e suas características físicas, mas, sobretudo, saber suas propriedades medicinais, modos de manejo e preparo dos remédios. O sucesso terapêutico depende das formas de produção dos remédios e das vias de administração. Assim como as plantas utilizadas os modos de preparo também podem variar de especialista para especialista. José Silvério (JSO, 49 anos) realiza a fabricação de extratos concentrados. Dona Júlia (JRS, 85 anos) e Dona Maria (MLML, 70 anos), por sua vez, optam, geralmente, pela técnica da maceração e chás. Isso ocorre, possivelmente, devido uma questão de faixa etária, uma vez que as especialistas, mais velhas, utilizam técnicas mais tradicionais (como é o caso da maceração, por exemplo) enquanto José Silvério, mais novo, busca técnicas mais recentes.

Dentre as formas de preparo utilizadas pelos raizeiros, destacaram-se, nos dados, chás (infusão), maceração e extrato:

(4) *Aí tem o de cheirar... tem o que é próprio assim:... de beber.. O de cheirar é pra sinusite... resfriado... eu faço ele também e tem muita saída... o povo então cheira e se dá bem.. (JRS)*

(5) *Esse de cheirar aqui é com álcool... aí tem folha de muitas coisas... de eucalipto... toda coisa assim de remédio... noz moscada pimenta do reino.. tudo isso a gente põe aqui... aí mistura põe assim na conserva... deixa uns quatro cinco dias curtindo... aí que a garrafada fica mais forte. (JRS)*

(6) *Tem também o pó... eu coloco todo tipo de casca... aí o Pereira passa no triturador aí fica só o pózim... porque pra pôr casca aqui ((aponta para a*

garrafada)) tomava muito espaço... aí ele tem o triturador ele tritura... aí vem só o pózim... aí põe umas três quatro colher... aí é o remédio.. (JRS)

(7) Aí... eu aprendi manipular fazer um extrato concentrado... ou seja é:.... o extrato concentrado... (JSO)

(8) Essa aqui é o rabo-de-tatu ((aponta para a raiz))... você coloca ela na água.. deixa uns quatro dias curtindo... quanto mais você deixar ela curtindo melhor... mais forte o remédio fica... aí é uma beleza pra gases... pra má digestão.. pra todas coisas assim do estômago.. (MLML)

Como vemos, muitas são as técnicas utilizadas pelos raizeiros na preparação dos remédios. Dona Júlia, (JRS), como é possível notar nos trechos apresentados, destacou, em nossas conversas, principalmente, a fabricação de garrafadas e xaropes. Ela separa as plantas e, conseqüentemente, as garrafadas, de acordo com suas propriedades e funções: as que *são para cheirar* e as que *são destinadas para beber* (dado 4). Nos remédios para uso externo, ela utiliza álcool; nos de uso oral, vinho branco. Ela enfatiza, em nossas conversas, principalmente, essas “garrafadas para cheirar”, que são mais procuradas pela clientela. Suas propriedades curativas compreendem dores de cabeça, enxaquecas e sinusites. Na preparação das garrafadas, as especialistas utilizam a técnica da maceração, uma preparação em que a(s) planta(s) fica(m) em contato com água, vinho ou álcool à temperatura ambiente, por um tempo determinado, como uma espécie de conserva. Esse processo de maceração é empregado tanto por Dona Júlia (dado 4 e 5) como por Dona Maria (dado 8). Em (8), assim como em (4), enfatiza-se a ideia de *deixar (a planta) curtindo*. Dessa forma, quanto mais tempo ficar em contato com a água, mais forte ficará o remédio, e, conseqüentemente, mais eficaz será.

Em (6), é possível observar outra técnica, a preparação do pó, que é uma forma farmacêutica feita a partir de partes das plantas (principalmente raízes, troncos, flores e folhas secas) trituradas. Nesse caso, a especialista escolhe as plantas a serem utilizadas na fabricação do remédio e pede para que um amigo as triture. Em (7), o especialista não dá mais informações acerca da forma como prepara o remédio, diz apenas que se trata de um extrato concentrado. O extrato, como explica Monteiro e Brandelli (2017), é uma preparação líquida obtida a partir da extração de um líquido apropriado, retirado de drogas vegetais ou animais. Ao perguntamos para o especialista quais eram os procedimentos e manipulações dos extratos e, ainda, quais plantas ele utilizava para fazer o extrato e quais ele usava para preparar os chás, ele afirmou que se tratava de segredo de profissão, de modo que *não se pode desabrochar*. Por questões éticas, procuramos não conversar mais sobre esse ponto, o que

justifica, portanto, algumas lacunas não informadas (evidente em “formas de preparo”) no Quadro 6. Tal acontecimento nos diz muito sobre ciência e sobre sentir. Diz-nos como se sentem esses especialistas perante uma sociedade científica e acadêmica que usufrui e desfruta dos pequenos e marginalizados. Percebe-se o medo da apropriação indevida e, digo mais, com razão.⁸

Quando tratamos dos modos de preparo, vimos que esses, geralmente, vieram acompanhados das indicações ou das partes utilizadas das plantas, como demonstrado no Quadro 6. Além de noz moscada, eucalipto e pimenta do reino, indicados para o tratamento de enxaqueca e sinusites, e o rabo-de-tatu, para problemas digestivos, como mostramos nos trechos de fala anteriores, indica-se, por exemplo, o **veludo branco** como *uma das maiores plantas que desintoxica o fígado*; o **cacto da flor grande** como *um bom remédio contra os males do coração, pra desinchar o coração, desentupir as artérias*; o **cipó dor** que *tira todas as dores do organismo da pessoa*; e o **mulungu**, *o maior calmante que tem na Terra*. Podemos citar, ainda, outras inúmeras propriedades curativas que puderam ser observadas no decorrer de nossas conversas. Tal como afirma Dona Maria, *cada planta tem uma... uma coisa que ela é indicada*. Muitas dessas indicações terapêuticas foram direcionadas especificamente para as mulheres, uma vez que as orientações foram especialmente relacionadas ao parto ou à gravidez:

(9) *Quando uma mulher ganha criança a primeira planta pra mulher fazer a **limpeza uterina** é ela [Angélica]... e a pós parto... e por isso que consegui essa planta... dá um chá azul ou roxo.* (JSO)

(10) *Essa aqui eu pus cana-de-macaco quebra pedra e transagem... é pra problema de útero... a mulher tava com muita **infecção de útero**... tava TÃO forte o **corrimento** que tem hora que ficava tudo molhada... NOSSA.. aí ontem eu fiz uma pra ela.. pra ela tomar na água... ela disse que tava tomando remédio de médico não adiantou de jeito nenhum.* (JRS)

(11) *Tem mulher que toma garrafada também **pra ficar grávida**... quando nasce elas mesmo diz que tudo admira... é aqueles menininho limpinho... que de primeiro era uns menino cheio de bertueja... essas coisa.. aí toma o remédio a criança fica limpinha.* (JRS)

⁸ Little (2010), ao tratar da apropriação indevida do conhecimento, mostra-nos que, muitas vezes, as empresas e a comunidade científica buscam por meio das pequenas comunidades – benzedadeiras/os, raizeiras/os, curandeiras/os, etc – o acesso a informações que levariam anos de pesquisa em laboratórios para serem desenvolvidas. Sendo assim, o conhecimento popular acaba servindo de “atalho” para o conhecimento científico. Apropria-se e faz-se uso dos saberes populares sem que as comunidades tenham quaisquer direitos de participação nos lucros produzidos. Daí, surgem o medo dos especialistas da apropriação indevida e a necessidade da proteção do patrimônio cultural, identidade e valores dessas comunidades locais/tradicionais.

(12) *Estando operada [laqueadura] duns oito até mais uns quinze dias pode tomar garrafada que as vezes fica um sangue... alguma coisa na cicatriz.. elas vêm e toma... NOSSA mas diz que tudo sente bem porque a garrafada é **pra dá limpeza**... a gente fala dá limpeza né?... aí é que joga pra fora... como se diz... (JRS)*

(13) *Tem o artimijo também.. é muito bom pra quem tá com **menstruação dolorida**... parece que é artemesia o nome dele.. mas nós antigo fala é artimijo... aí ele é muito bom quando a gente tá com cólica né? (MLML)*

No conhecimento etnomédico, há uma crença muito forte e antiga de que os remédios naturais influenciam na fertilidade da mulher. A partir de nossas conversas, percebemos que é uma realidade atual, uma vez que muitas mulheres ainda procuram garrafadas com o objetivo de engravidar. Houve, nesse sentido, indicações terapêuticas relacionadas especificamente à saúde da mulher, especialmente ligadas à fertilidade e à gravidez, como se pode observar nos trechos (9) a (12). Ao contrário, não houve, em nenhuma de nossas conversas, indicações relativas à saúde do homem. Isso, possivelmente, justifica-se pelo fato de as mulheres procurarem mais por esses especialistas. Todos eles afirmaram que atendem mais pessoas do sexo feminino que do sexo masculino, apesar da *doença não escolher sexo nem idade* (MLML). Em (10), a raizeira enfatiza, ainda, a importância do conhecimento popular, uma vez que, muitas vezes, é a única alternativa viável, quando os *remédios de médico* não são eficazes. Percebemos que a especialista, acima de tudo, valoriza o próprio trabalho.

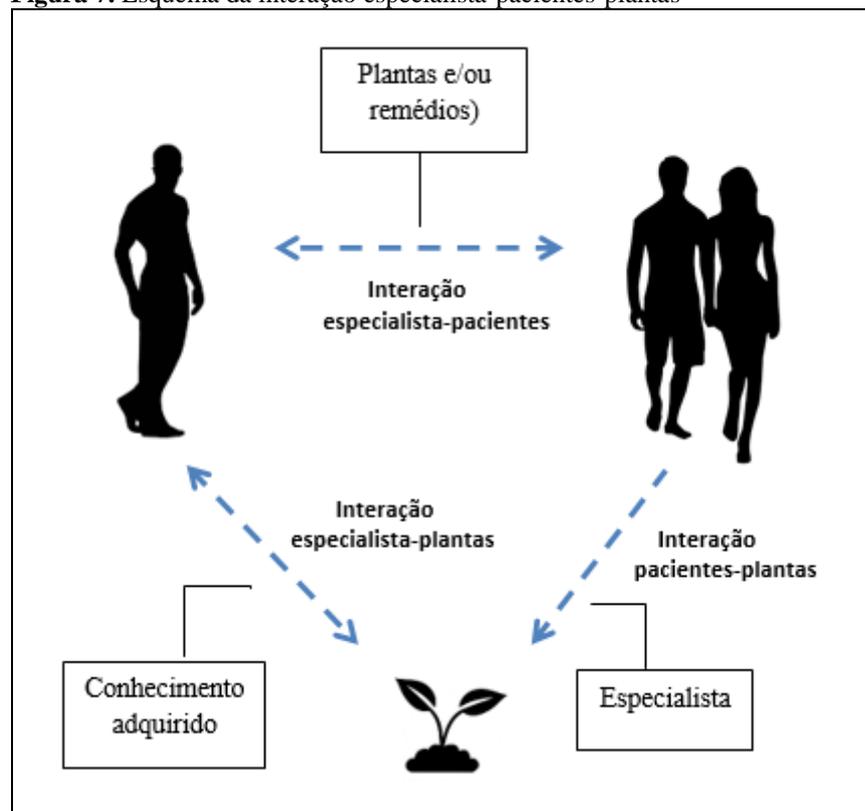
Outra questão que também chamou a atenção foi a grande procura por plantas diuréticas, também por parte das mulheres:

(14) *Os remédios dessas plantas aqui ((aponta para o hibisco))... dessa área atual... essa tá sendo uma boa que... as mulheres sempre pedem como diurético pra::: **queimar as calorias**... essas coisa tá usando muito. (MLML)*

Quando perguntado sobre quais são os remédios que mais têm sido vendidos, a especialista afirma que são os remédios da área de diuréticos, vendidos, principalmente, para mulheres. Isso nos diz muito sobre os raizeiros e sobre os clientes com os quais eles interagem. Para além da procura por remédios para dores de cabeça, sinusites e vesícula, tem-se intensificado a venda de remédios para *queimar as calorias*. Dessa maneira, vemos que a busca pelo emagrecimento e pelo corpo perfeito dirige-se não apenas aos âmbitos das academias e dos consultórios médicos, mas também às práticas desses especialistas. Apesar de ser uma questão presente no universo masculino, nesse caso, ressalta-se que a procura pelo emagrecimento se trata de uma busca majoritariamente feminina, tal como enfatiza a especialista *as mulheres sempre pedem*.

Até o momento, têm ficado evidente as maneiras por meio das quais se dão as práticas dos raizeiros/as, o manejo da planta e o preparo dos remédios. É saliente, nesse sentido, a relação deles com o território e o meio ambiente físico. Entretanto, quando pensamos em conhecimentos etnomédicos, logo vem à tona, além da interação dos raizeiros/as com o mundo, a interação deles com o outro. Podemos representar o esquema da interação como se vê na figura 7:

Figura 7. Esquema da interação especialista-pacientes-plantas



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura acima é possível observar como ocorre a interação do especialista com o(s) paciente(s) e do especialista com as plantas. Ser raizeiro pressupõe, desde já, uma clientela, ou seja, presume interação com o outro (MA social) e, sobretudo, uma interação com as plantas medicinais (MA natural). Conforme apontamos no esquema, ambas as relações (indivíduo-indivíduo e indivíduo-mundo) não ocorrem de modo direto e unidirecional. As linhas segmentadas mostram que não há relação ou interação direta, na medida em que tanto a relação dos especialistas com as plantas quanto com o outro são mediadas. A primeira, pelo conhecimento adquirido pelo especialista, e, a segunda, pelo remédio produzido. Ainda, ambas ocorrem bidireccionalmente, pois o raizeiro interage com o mundo (plantas) e o mundo

com ele, modificando suas percepções, sentidos e vivências. Da mesma forma, a relação do especialista com os pacientes se dá em duas direções: de um EU para um TU, e de um TU para um EU.

Além dessas duas vias quando pensamos no esquema da interação, há, ainda, a relação entre clientes e plantas. Esses se relacionam com a planta, via especialista. Isso porque os pacientes só passam a compreender algumas propriedades e/ou características das plantas quando são apresentadas pelos raizeiros, uma vez que esses detêm conhecimentos especializados frente a outros membros da comunidade. Desse modo, a interação entre especialista-paciente pode proporcionar a descoberta de plantas e propriedades terapêuticas antes desconhecidas, e, inclusive, criar uma consciência ecológica nesses pacientes, acerca da importância dos recursos naturais, por exemplo.

No que diz respeito à interação indivíduo-indivíduo, podemos observar nos dados que há uma comunhão, predisposição à interação entre os habitantes da cidade e os raizeiros. Muitas vezes, esses clientes são chamados por eles de amigos. Além das pessoas que compram os remédios, há também aqueles que ajudam os raizeiros na fabricação dos produtos. Dona Júlia, por exemplo, cita Pereira, que realiza a trituração das plantas, e outros que, muitas vezes, trazem as raízes para ela das cidades de Trindade-GO e Ceres-GO. José também destaca que algumas pessoas, muitas vezes, trazem partes das plantas (principalmente raízes) para ele, a maioria do cerrado. Nos dados, essas relações indivíduo-indivíduo, como mencionado, apareceram em menor grau. Mas os discursos dos especialistas sempre apontaram para uma boa relação deles com a comunidade:

(15) Olha... eu amo morar aqui porque eu e o pessoal daqui se dá muito bem... meus clientes a maioria são também meus amigos... sabe?... Um vinha comprava meus remédio e se dava bem... aí contava pro outro... e pro outro.. rapidinho eu já virei amiga de todo mundo aqui... (JRS)

(16) Uai... por eu vender essas coisa... os remédio e tudo mais.. eu fiquei conhecendo muita gente... Às vezes eu ando na rua e o povo fala: depois eu vou lá viu? Eles me chamam de Zé da raiz... e eu fico muito feliz por isso... por eles reconhecer minha sabedoria... (JSO)

Essa relação de amizade foi enfatizada pelos raizeiros em nossas conversas. Como Nova Glória-GO é uma cidade de pequeno porte, tornou-se o espaço ideal para proporcionar interações mais próximas. Esse é um ponto visível na maioria das cidades interioranas, quando comparadas às grandes metrópoles. As cidades pequenas, com um número menor de habitantes (nesse caso, cerca de nove mil), tendem a ser mais favoráveis à comunhão entre os moradores de um modo geral, quando comparadas às cidades mais extensas e com maior

fluxo de pessoas. Essa possibilidade de maior contato entre as pessoas da comunidade e, conseqüentemente, de maior comunhão, é apontada por Dona Júlia: *aí contava pro outro e pro outro.. rapidinho eu já virei amiga de todo mundo aqui*. Sendo assim, é difícil pensar quem, em Nova Glória, não conhece o senhor Zé da raiz ou a Dona Júlia que faz garrafadas. O cenário, ou seja, o local onde as interações se dão, nesse caso, é o espaço urbano (Nova Glória-GO), mais especificamente as casas dos raizeiros, onde recebem os clientes e prescrevem os remédios. A casa desses especialistas nada mais é que seu laboratório, consultório e farmácia. O lugar em que se fabrica, indica, prescreve e vende os remédios. No caso de José Silvério, trecho (16), é possível observar que a comunidade já o conhece pelo ofício que exerce. Ele não é mais qualquer José, mas o José das raízes, que tem uma sabedoria que o difere e o destaca frente às demais pessoas da comunidade, exatamente como um *pajé urbano*, do qual temos falado.

Além de um cenário, a interação comunicativa (indivíduo-indivíduo) pressupõe, como já apontado, um falante e um ouvinte, um EU que fala e um TU que escuta. Nesse caso, esse TU (que pode virar EU e vice-versa) são os clientes. Esses são pessoas que sofrem alguma enfermidade, em sua maioria mulheres. O diálogo e a interação, nesses casos, são essenciais, uma vez que se deve *saber ouvir os sintomas* (JSO) e entendê-los para perceber de qual doença a pessoa tem sofrido e, portanto, qual remédio deve ser indicado. O especialista, além de prescrever os remédios, escuta e aconselha os demais moradores da comunidade, principalmente quando se trata do que eles chamam de *doenças da mente, que são diferentes das do corpo* (MLML). Entre as doenças da mente, os raizeiros incluem, principalmente, enfermidades que interferem na percepção, na emoção e no comportamento do indivíduo, como depressão, ansiedade, estresse, etc. Dessa maneira, o assunto entre especialista e paciente, muitas vezes, não se restringe apenas às questões de cura ou de doença, abarcando também narrações sobre a família, os amigos, as dificuldades financeiras, etc.

Isso nos mostra, ainda, de que maneira o conhecimento dos raizeiros ultrapassa o pensar fragmentado. O especialista olha o indivíduo como um todo, partindo de um método holístico, tal qual a homeopatia. Da mesma forma desse complexo sistema médico de caráter holístico, o raizeiro considera o paciente como centro, concebendo-o em sua totalidade, isto é, compreendendo-o nas dimensões física, psicológica, social e cultural. Essa visão holística de saúde reafirma de que forma a concepção ecolinguística perpassa os saberes desses especialistas. O *biopsicosocial* não se restringe, então, apenas à forma como o especialista compreende o mundo, como também faz parte da maneira pela qual ele compreende o outro, da relação especialista-paciente.

Desse modo, vemos que a relação com o outro – além da relação com as plantas – é primordial para o ofício dos especialistas. Mais ainda, muitas vezes, é o que os motiva:

(17) *Meu foco é::: dar cura em curto espaço de tempo porque doenças e dores ninguém suporta... é::: meu foco... Realmente cobro porque num tem um ser humano na TERRA que num vive sem dinheiro... pra manter suas despesas entendeu? Num vai pensar que vai de graça não... vou cobrar mas vendo na razão científica...uma razão que não fere seu bolso. (JSO)*

Esses especialistas ao cuidarem do bem-estar e saúde das pessoas da comunidade, a partir da produção dos remédios, mantém vivos também seus saberes. José quer, acima de tudo, o bem daqueles que o procuram para indicar e fabricar remédios. Há aí uma relação de comunhão, de preocupação com o outro. Segundo ele, ninguém suporta dores e ele quer que as pessoas não tenham mais que passar por isso. Com um sentimento quase que religioso, de salvador que cura os enfermos, ele procura *dar a cura em um curto espaço de tempo*. Nesse sentido, conforme ele diz, não busca, com sua prática, um crescimento financeiro, mas, também, não se trata de um trabalho voluntário, uma vez que o sistema econômico atual exige que tenhamos dinheiro para nos alimentar, vestir, etc. Segundo o especialista, ele cobra para manter as despesas, mas o faz em uma razão científica. A razão científica é uma quantia justa, tendo em vista o saber que ele detém em relação às demais pessoas da comunidade. Podemos pensar, ainda nesse sentido, que o raizeiro afirma *fazer ciência* na medida em que cobra uma *razão científica*. Compreendemos, aqui, que é isso que de fato ocorre: como qualquer outro especialista, ele pesquisa, faz ciência (mesmo que o paradigma moderno alegue o contrário) e considera justo cobrar pelo seu trabalho.

Muito podemos refletir quando lançamos o olhar para essas práticas, principalmente quando buscamos compreender como esses especialistas têm procurado se adaptar a um contexto atual que os exclui e os marginaliza. Conforme enfatizamos no Capítulo 1, a medicina popular encontra-se inserida nesse paradigma. Desse modo, passaremos, agora, a pensar como eles têm procurado a se adaptar a esse novo contexto, que é tecnológico, científico e industrial.

4.1.1 A adaptação

Conforme destacamos na fundamentação teórica, a Ecolinguística configura-se como uma Ecologia Linguística, ou seja, encontra-se inserida numa perspectiva ecológica da linguagem. Desse modo, ela mobiliza alguns conceitos que lhes são essenciais, como inter-relações, abertura, porosidade, diversidade e adaptação. Pensaremos, aqui, no processo de adaptação, tendo em vista como constituem-se os saberes dos raizeiros. O conceito biológico de adaptação muito tem a ver com a perspectiva que assume a Ecolinguística, conforme apresentamos no quadro:

Quadro 7. Adaptação segundo a Ecologia e a Ecolinguística

CONCEITO BIOLÓGICO	CONCEITO ECOLINGUÍSTICO
Capacidade que os seres vivos têm de se adaptar às mudanças oferecidas pelo ecossistema;	Capacidade que os indivíduos e/ou comunidades têm de se adaptar, linguisticamente, às mudanças oferecidas pelo meio (social, físico, etc);
Caráter adaptativo e dinâmico dos ecossistemas;	Caráter adaptativo e dinâmico da língua;
Busca-se o ajustamento dentro da teia de relações - Sucessão, competição, parasitismo e predatismo;	Ajustamento dentro da teia de relações – (re)organização social e mudanças adaptativas da língua;

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Couto (2007)

Da mesma forma que os seres vivos buscam adaptar-se às mudanças oferecidas pelo ecossistema, os indivíduos buscam também adaptar-se às condições socioambientais que têm surgido. Conforme nos mostra Couto (2007), esses procuram estar sempre se adaptando ao meio ambiente, principalmente, para que possam adquirir um equilíbrio tanto interno quanto externo ao próprio organismo. Desse modo, todos os indivíduos possuem a capacidade de adaptar-se. Aprender uma língua, por exemplo, é adaptar-se ao meio ambiente físico e social. Mais, a língua, por si só, é adaptativa, uma vez que a modificação e transformação são processos inerentes a ela.

Quando pensamos nas práticas dos raizeiros, especialmente no caso de José, é possível observar que ele tem procurado se adequar às novas condições-socioambientais que têm surgido, isto é, atender às novas expectativas do mundo contemporâneo. Ousamos dizer que a própria sobrevivência desses especialistas na comunidade depende da maneira como eles se adaptam às mudanças culturais e sociais.

Além de possuir um site (Anexo 6), o raizeiro José Silvério conta com um canal no Youtube, no qual já publicou, até o momento – pois diz pretender publicar mais –, três vídeos, em Janeiro, Março e Agosto de 2018 (Figuras 8, 9 e 10):

Figura 8. Vídeo publicado em canal do YouTube pelo especialista, em 30/01/2018



A cura da hepatite B e C está no Centro-oeste

732 visualizações

👍 26 💬 0 ➦ PARTILHAR ☰ ⋮



José Silvério

Publicado a 30/01/2018

SUBSCREVER 22

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1Bm_QIy3mv8>

Figura 9. Vídeo publicado em canal do YouTube pelo especialista, em 08/03/2018



Conheça Plantas Medicinais.

63 visualizações

0 0 PARTILHAR

José Silvério
Publicado a 08/03/2018

SUBSCREVER 22

Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=orhTY70umio>>

Figura 10. Vídeo publicado em canal do YouTube pelo especialista, em 28/08/2018



ENTREVISTA NA TVN BRASIL

81 visualizações

2 0 COMPARTILHAR SALVAR

José Silvério
Publicado em 28 de ago de 2018

INSCREVER-SE 74

Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=uyxYtNJAq0>>

Nos vídeos publicados em seu canal, assim como em seu site, José Silvério enfatiza que é um pesquisador de plantas medicinais do cerrado e do campo e que descobriu uma fórmula para a cura do vírus da hepatite B e C. No primeiro vídeo, intitulado *A cura da hepatite B e C está no centro-oeste*, o especialista utiliza estratégias discursivas para torná-lo mais atrativo ao público-alvo. Nesse sentido, ele inclui palavras-chave usadas por esse público, como *cura* e *hepatite B e C*. Já, no segundo, essas estratégias discursivas não são empregadas da mesma forma, na medida em que o interesse pela cura da hepatite, provavelmente, faz-se maior do que o interesse em *conhecer plantas medicinais*. Ao compararmos os títulos dados aos vídeos às manchetes de jornal, notamos que há uma intenção em provocar o interesse dos leitores/usuários. Apesar do objetivo de atingir um público-alvo específico, vale ressaltar que a interação virtual, nesse caso, é mais restrita que a face a face, uma vez que o envio dos vídeos e a interação com outros usuários da comunidade só é permitida às pessoas que se encontram cadastradas no YouTube.

Os aspectos visuais que compõem os vídeos (pose do personagem, caracterização da narrativa, edição, etc.), além de contribuírem para despertar o interesse do usuário, também indicam como o especialista tem procurado adaptar-se aos moldes científicos. Há, nos vídeos observados, até mesmo uma mudança de postura do raizeiro. No primeiro vídeo publicado no canal, em Janeiro de 2018, há uma construção mais informal. O modo como ele se apresenta para a câmera, ocorre de uma forma mais descontraída, usando linguagem mais coloquial, quando comparada ao segundo vídeo. Mostrar-se em meio a uma mobília simples, o que denota o estilo de vida que o raizeiro leva. Sentado no sofá de sua casa, José Silvério adota, nesse vídeo, a conhecida prática *Do it Yourself* (DIY) ou “faça você mesmo”. A imagem, nesse primeiro caso, é mais distorcida e há uma falta de sincronia entre esta e o som.

No segundo e terceiro vídeo, por sua vez, é possível observar que já não se trata mais de uma produção caseira. Há uma caracterização mais profissional: além de se encontrar em um ambiente mais formal – nesse caso, um estúdio de gravação e uma rede de televisão, respectivamente –, a resolução da imagem, edição e a pose do especialista indicam-nos isso. Aqui, ele se apresenta para a câmera e para seus possíveis espectadores de forma diferente. Posiciona-se com os olhos erguidos e as mãos postas, o que dá um ar de profissionalismo e seriedade aos vídeos. Suas vestimentas também demonstram uma postura mais formal – como a ausência do boné, por exemplo e, no terceiro vídeo, o uso de terno e gravata. Além disso, faz-se uso de uma edição mais elaborada, empregando legendas que, situadas sobre a imagem, contextualiza e fornece informações aos espectadores (Figura 9).

Esses aspectos visuais reafirmam, portanto, a necessidade que o especialista tem de se adaptar aos moldes científicos. Vê-se que, com o decorrer das postagens, há uma busca pela elaboração de uma imagem mais moderna e tecnológica, de quem se encontra familiarizado com o universo digital. Além disso, José procura, possivelmente, com essa mudança de postura, demonstrar credibilidade. Esse aspecto é observado, especialmente, no terceiro vídeo postado no canal (Figura 10) em que ele se apresenta dando uma entrevista à rede de televisão TVN Brasil. A mídia, nesse caso, se torna um recurso para a divulgação de seus saberes.

Em ambas as postagens, o especialista aponta que, em 90 dias, conseguiu eliminar os vírus em seu irmão (Hepatite B) e em seu sobrinho (Hepatite C). Ao apresentar os dois casos, o raizeiro, a todo o momento, procura ressaltar o fato de que, além de haver uma prova científica, há também uma prova humana, procurando comprovar que o que ele diz é verdade. Essas questões, apresentadas por ele no vídeo, também foram levantadas em nossas conversas:

(18) Nesse site que tá aqui é um site que... adonde as pessoas que eu tratei da hepatite B e C... com o preconceito não quiseram me dar os exames [...] como eu tratei do meu irmão de hepatite B e do meu sobrinho de hepatite C eles... nós... temos prova VIVA. Tenho prova científica e prova viva que é o mais importante. E no site está a prova científica que os exames feito no laboratório... se alguém tiver dúvida que me procure. (JSO)

De um lado, há os exames laboratoriais como prova científica; por outro, a vida de seu irmão e sobrinho como prova humana, que, como ressalta ele, também pode ser sujeita a análise, a partir de amostras de sangue, por exemplo. Além desses fatores, ele afirma que trará, também, amostras de pedras que retirou da vesícula de um paciente, para que aqueles que estão assistindo ao vídeo vejam a *veracidade dos fatos*. Nos vídeos, ele não chega a mostrar essas pedras, mas, em nossas conversas, ele o faz (Anexo 8). Nesse sentido, é possível observar que o site e os vídeos, bem como nossas conversas, apontam para uma necessidade de comprovar o conhecimento dele, de modo que este seja aceito como uma verdade, de fato, científica. A adaptação, então, não diz respeito apenas a uma adequação às novas tecnologias, mas também ao novo modo de pensar da ciência. Os raizeiros, especialmente José Silvério, têm procurado assumir a postura exigida pelos moldes do fazer científico atual.

A globalização é um fator que se faz presente na construção do conhecimento médico desses raizeiros. Como é possível observar em trechos dos vídeos, há uma necessidade de tornar esse conhecimento mais global, ampliando as relações, para que todos saibam da cura da Hepatite B e C. Por isso, segundo ele, o uso das plataformas digitais. No segundo vídeo, de

08/03/2018, ele afirma que, apesar de não falar inglês e mal saber o português, está à disposição do Brasil e do mundo. Se o país dele não tiver interesse em seu conhecimento, qualquer país que tiver interesse pode mandar um *zap* ou ligar.

Outra questão que se mostrou interessante nessa tentativa de se adaptar ao modelo tecnológico-científico atual foi o fato de o especialista possuir um cartão de visita, entregue a mim durante um de nossos diálogos:

Figura 11. Cartão de visita do raizeiro



Fonte: Acervo da autora

No cartão de visitas, confeccionado em papel couché brilho, o especialista traz informações sobre si, bem como seus dados de contato. Aqui, mais uma vez, vemos que ele se coloca como o descobridor da fórmula da Hepatite B e C, assim como faz nos vídeos e no *site*. Em letra maior e com destaque em cor diferente, o especialista dá ênfase em seu *site*, já citado anteriormente. Em letra menor, traz seu número de telefone e cidade (Jardim Paulista/GO, povoado do município de Nova Glória/GO). Nesse sentido, é possível notar que José Silvério assume uma postura que, muitas vezes, assemelha-se a de um médico, ou melhor, a de um pesquisador. Dessa maneira, o conteúdo e *layout* do cartão foram pensados para a divulgação de seus saberes, para que os possíveis clientes tenham a possibilidade de manter um contato futuro ou, até mesmo, para que conheçam o *site* e, então, saibam mais um pouco sobre a história dele.

O vídeo, assim como os trechos de conversas com os especialistas, demonstrou que, além do uso dos recursos naturais em benefício da comunidade, há um profundo respeito à natureza e à diversidade, o qual passaremos a discutir a seguir.

4.1.2 Diversidade e Visão de longo prazo

A diversidade, conforme apresentamos no Capítulo 2, é um dos conceitos centrais mobilizados pela Ecolinguística. Isso porque, a partir de uma visão ecológica, entendemos que todos os seres vivos têm seu papel no ecossistema. Não há, portanto, seres vivos melhores ou piores que os outros. Desse modo, os diversos seres vivos não devem ser concebidos de forma individual, mas sim como holisticamente integrantes da grande teia da vida (CAPRA, 1996). Eliminar e degradar os recursos naturais vai contra essa visão ecológica e proporciona, então, drástica perda da diversidade biológica.

Os raizeiros, nesse sentido, destacam esse grande impacto causado sobre a natureza e a consequente alteração da diversidade das espécies. No vídeo (Figura 9), por exemplo, o especialista afirma que *tem havido uma eliminação das plantas do cerrado e do campo*. Além disso, segundo ele, *todos estão discutindo questões ambientais, mas ninguém vai lá no mato conhecer nenhuma planta não*. Dessa forma, apesar da diversidade e da questão da sustentabilidade estarem em pauta nos dias atuais, nada tem sido feito no sentido de se preservar as plantas, posto que a eliminação dessas é enorme.

Ele ressalta, especialmente, a eliminação de plantas pertencentes ao cerrado e a importância da biodiversidade para o bem-estar e saúde humana. Essa defesa da diversidade pressupõe, então, uma visão de longo prazo. Esta, ao contrário da visão de curto prazo, conforme afirma Capra (1996), indica a mudança de uma atitude antropocêntrica, de dominação e controle da natureza, para um comportamento cooperativo com ela: O dado a seguir nos mostra isso:

(19) *No terceiro milênio agora se nós num valorizarmos as plantas vamos todo mundo morrer com carga virótica... só que tá toda sabedoria aqui dentro ((aponta para o livro “As plantas curam”)) e poucos homens sabe disso... e:: os poucos dele eu faço parte de um... (JSO)*

É possível perceber, em (19), que o raizeiro, de certa forma, possui essa visão de longo prazo, na medida em que, ao invés de querer o lucro imediato, visa a preservação da natureza, a sustentabilidade. Entretanto, apesar de haver um desejo de valorização das plantas, ele ainda carrega uma visão antropocêntrica de mundo e não ecocêntrica. As plantas devem ser valorizadas não para o benefício de todos os seres vivos, mas para que o homem não possa morrer com carga virótica. Assim, a preservação deve ocorrer em benefício do ser humano. Além disso, ao tratar da possibilidade da morte por vírus, o especialista nos mostra

preocupação com as implicações da perda da diversidade biológica para a etnomedicina. Uma vez que se não valorizarmos e não cuidarmos das plantas, elas serão extintas e não haverá também a possibilidade de cura de algumas doenças, nesse caso, as virólicas.

Conforme nos esclarece Couto (2007), podemos pensar a diversidade, ainda, no que se refere às línguas. Da mesma forma que há uma diversidade biológica ou, como usualmente chamamos, “biodiversidade”, há, também, uma capacidade de diversificação linguística, por exemplo. Maffi (2016) defende, nesse mesmo viés, a ideia de que as diversidades biológica, cultural e linguística encontram-se interligadas. A perda da biodiversidade global vem, segundo a autora, acompanhada também de uma perda linguística e cultural. Daí a necessidade dessa visão de longo prazo. Nos dados, além da defesa de uma diversidade biológica e de uma visão de longo prazo, pautada pela sustentabilidade, é possível perceber uma diversidade no que diz respeito ao léxico empregado pelos raizeiros. Ele reflete a diversidade ecológica e cultural da comunidade. Essa capacidade diversa de dar nomes nos mostra ainda, que há um elevado grau de criatividade nas construções. A seguir, pretendemos dar ênfase nesse léxico etnobotânico diverso e no complexo ato de nomear.

4.2 “TEM O NOME CABOCLO.. QUE É DO SERTÃO”: O COMPLEXO PROCESSO DE NOMEAR

Nesta seção, daremos enfoque ao significado inerente ao processo de nomeação, no *como* os raizeiros categorizam e conceptualizam linguisticamente o meio ambiente. O intuito, aqui, é entender os papéis dos meios ambientes mental, social e natural nos saberes dos raizeiros. Analisar os nomes dados às plantas pelos raizeiros nos permite compreender a importância que é atribuída a elas, suas finalidades e propriedades e, sobretudo, perceber as relações indivíduo-indivíduo e indivíduo-mundo que ocorrem na comunidade. Conforme nos mostra Couto (2007, p. 138), “semantizar é o mesmo que coletivizar-se, comunitarizar-se, e receber um rótulo (lexicalizar-se)”. Dessa maneira, por que não pensar etnobotanicamente e ecolinguisticamente o semantizar e o lexicalizar? Dialogando com Araújo (2014) é isto que propomos: uma *ecologia semântica do léxico* (ARAÚJO, 2014).

Diante disso, seguem, abaixo, trechos das conversas com os raizeiros, para que possamos pensar os elementos “percepção, identificação, compartilhamento, lexicalização” que compõem o ato de dar nomes:

(20) *É::... eu uso também uma planta chamada **Angélica**, só que eu conheço ela por **veludo branco**... ela é uma das maiores plantas que desintoxica o fígado, certo? Então... tô falando pra você o nome científico e nome caboclo que é do sertão... Se você num for comigo você num aprende nenhuma medicina... (JSO)*

(21) *Eu tenho uma planta aqui que ela tira **TODAS** as dores do organismo da pessoa... mais num é de ingerir... ela é de passar... e:: outra coisa ela é antiinflamatória... conheço ela por **cipó dor**... (JSO)*

(22) ***Hortelã**... **arnica**... são das mais principal... **Sabugueiro** também... Tem uma que chama a **folha santa** também... é muito bom porque ela é assim... própria pra infecção assim... geral... (JRS)*

(23) *Agora... plantas do sistema hepático que nós devemos cuidar rapidamente pra que o remédio tenha resposta eu tenho... **cascara sagrada boldo do chile**... eu tenho **rabo de tatu**... eu tenho a **quina**... eu tenho **canela de velho**... fala de velho... mais de vêio né? De velho não... porque diz o seguinte... porque ela é cheia de veio... como se fosse a canela dum velho... aí é humilhar o velho... (JSO)*

Com base nos dados, podemos notar que, a partir da experiência com o/no mundo, o indivíduo percebe as coisas, capta o real; o que foi captado passa pela sensação, que resulta no compartilhamento da experiência, seguido da lexicalização. Desse modo, retomando o esquema de Couto (2007) (Figura 2), é possível perceber que a linguagem muito tem a ver como a maneira que o indivíduo organiza e representa o mundo sensorial. De acordo com Biderman (1998), “os conceitos são modos de ordenar ou de tratar os dados sensoriais”. Nesse sentido, o processo de dar nomes passa, primeiramente, pelo sensorial, pelas experiências físicas e corpóreas do homem. Quando se dá nome às plantas, não é diferente. Muitas vezes, os nomes trazidos pelos raizeiros foram inspirados no próprio aspecto sensorial, uma vez que a constituição do léxico abarcou, por exemplo, o formato, o tamanho, as cores das folhas, as flores ou os caules.

Sabe-se que esses aspectos sensoriais (visão, olfato, paladar, audição, tato) constituem a construção de qualquer palavra que compõe o léxico de uma língua. Contudo, em alguns casos, é possível observar uma motivação sensorial direta na criação do nome. No caso de *veludo branco*, a nomeação se dá com base nas características da folha da planta, que possui uma textura aveludada (tato) e a cor branca (visão). Já, em *cacto da flor grande*, o falante a nomeia com base no tamanho da flor. O aspecto sensorial na constituição do léxico facilita, ainda, o reconhecimento e a diferenciação das plantas pelo falante. A planta citada não é qualquer cacto, mas o que possui a flor grande, que pode, por exemplo, ter propriedades medicinais específicas em relação a outros da mesma espécie. Segue abaixo outros nomes de

plantas em que houve essa motivação com base em aspectos sensoriais. Alguns, ainda, configuraram-se a partir de processos metafóricos, como veremos mais adiante.

Quadro 8. Léxico etnobotânico inspirado no sensorial

Visão	Cacto da flor grande; Veludo branco; Carne verde
Paladar	Carne verde; erva doce
Olfato	Fedegoso; flor cheirosa
Tato	Veludo branco

Fonte: Elaborado pela autora

A conceptualização, ou seja, a criação do conceito se processa com base no sensorial e na cognição da realidade. Nos usos, conforme apresentamos no Quadro 8, o sensorial se mostrou a partir dos sentidos visão, paladar, olfato e tato. Apenas a audição não foi observada, provavelmente por não ser um sentido inerente ao ser vivo planta. Quando pensamos nesse recurso natural, vem à tona um formato, cor (visão), um gosto (paladar), um cheiro (olfato) e uma textura (tato), mas não um som. O especialista nomeia as plantas, então, com base em alguns desses aspectos. Em *Cassia occidentalis L (fedegoso)*, ele a nomeia com base no sentido olfativo. Vemos que o nome da planta parte, primordialmente, de uma motivação sensorial, na medida em que o nome popular, *fedegoso*, nada tem a ver com o nome científico. Morfológicamente, o nome dado à planta é um substantivo, mas, semanticamente tem traços adjetivos. O sufixo *-oso*, além de ser formador de adjetivos, carrega, muitas das vezes, o significado de abundância, intensidade. Podemos citar, por exemplo, palavras como “estudioso” (aquele que estuda muito) ou “vergonhoso” (aquele que tem muita vergonha). Trata-se, portanto, de uma planta que possui um odor bastante desagradável. Partindo da raiz morfológica *fed-*, uma planta que é, de fato, *fedida*.

Seguindo essa mesma lógica, temos o nome *flor cheirosa*. Nesse caso, o léxico etnobotânico também parte do aspecto sensorial, mais especificamente, olfativo, contudo, relaciona-se às propriedades positivas da planta: o perfume dela. Além disso, ao dar o nome à planta, o falante ressalta a parte que mais chama a atenção: não se trata de uma planta com nome de *cheirosa*, como em *fedegoso*, mas de *flor cheirosa*. É possível observar, nesse sentido, como a experiência biofísica do homem no mundo é essencial para a construção da linguagem, especialmente no que se refere à constituição do léxico etnobotânico. Ele sente,

seleciona, nomeia e experiencia o mundo ao seu redor. Língua, povo e território devem ser, inegavelmente, compreendidos de forma integrada.

Seguida da percepção, do contato sensorial com a planta, passa-se para a etapa da conceptualização, que, conforme esclarece Couto (2007), integra as etapas de compartilhamento e lexicalização (ver figura 2, apresentada na página 51). O processo de lexicalização começa a partir do momento em que determinado nome é socialmente aceito, ou seja, antes da criação de determinado item lexical, por exemplo, é necessário que haja um compartilhamento. Quando lançamos o olhar para a nomeação de plantas medicinais, podemos pensar em nomes científicos, compartilhados em um nível mais global, e nos nomes populares, *caboclos* – como os chama um dos especialistas –, que são compartilhados em um nível mais local, pelos membros dessa ou daquela comunidade.

Esse compartilhar não quer dizer que os nomes, bem como os significados atribuídos a eles, são caracterizados apenas pela dimensão social. Os sentidos são individuais e coletivos, como muito bem aponta Biderman (1998). Em (23) é possível perceber de que forma o ato de nomear integra, também, a dimensão individual. Nesse caso, o nome dado à planta, *canela-de-velho*, reflete o próprio posicionamento do falante, haja vista que José demonstra seu interesse negativo com o termo, considerando-o pejorativo. O raizeiro afirma que dar esse nome à planta é humilhar o velho, afirmar que sua “canela” é enrugada, cheia de veios/ramificações. Por isso, sua preferência em chamar a planta de *milhomem*, nome pelo qual ela também é conhecida. Além disso, pode contribuir, ainda, para a escolha de outro léxico, o possível não compartilhamento/aceitabilidade completa da comunidade, tendo em vista as implicações do significado do termo *canela-de-velho*.

Isso demonstra que, para além das experiências coletivas, o processo de nomeação também parte das experiências individuais do falante e do ouvinte. Podemos, então, dizer que o processo de nomear engloba uma dimensão cognitiva, social e cultural da língua, posto que, quando designamos um objeto por meio de um nome, demonstramos nossa identidade e traços culturais. Temos, portanto, tal como expõe Araújo (2014), no plano do MA mental, a percepção e cognição da realidade; no MA físico, o contato sensorial com o objeto, identificação; e no MA social, o processo de compartilhamento, lexicalização e conceptualização. Outro aspecto que também se mostrou relevante na construção dos saberes desses especialistas, englobando as dimensões cognitiva/mental, social e natural, bem como a cultural, foi a metáfora.

Diferentemente do que entende a tradição, compreendemos, aqui, conforme Lakoff e Johnson (1980 [2002]), que as metáforas estruturam nossas maneiras de perceber, pensar e

agir. Além disso, ressalta-se que “a essência da metáfora é entender e experimentar uma coisa em termos de outra” (LAKOFF e JOHNSON, 1980 [2002]). Os conhecimentos novos adquiridos pelos seres humanos são atracados àqueles já conhecidos, de modo que as projeções feitas de um domínio para outro são possíveis graças às correspondências parciais, às semelhanças presentes entre os componentes.

No que diz respeito às plantas medicinais, alguns estudos já destacaram a presença de metáforas no léxico etnobotânico. Ferrarezi (2010), ao tratar da metáfora, apresenta-nos algumas expressões metafóricas em plantas de uso terapêutico ou culinário. *Erva-santa-maria*, *erva-das-sete-dores* e *cheiro verde* são alguns nomes de plantas citadas pelo autor em que se pode observar esse caráter metafórico. A partir do léxico etnobotânico, ele entende a metáfora como um fenômeno conceptual construído numa categoria cultural definida, ou seja, vinculada às experiências culturais, sociais e corpóreas do indivíduo; a metáfora é uma maneira de conceptualizar as coisas no mundo. Dessa maneira, entender esse mecanismo metafórico nos dados nos faz enxergar de que modo se dá o processo de nomeação e de que maneira as experiências físicas, culturais e sociais dos falantes são inerentes ao ato de nomear. Nesse sentido, a metáfora é um bom elemento para se entender como os meios ambientes mental, social e natural se relacionam na construção dos saberes desses especialistas. Assim como Ferrarezi (2010), mas a partir de uma perspectiva ecolinguística, Araújo (2014) também aborda a metáfora no léxico etnobotânico. Ao tratar desse aspecto, o subdivide em: (a) léxico inspirado em animais e (b) léxico inspirado no sensorial. Além desses, visualizamos em nosso *corpus*, ainda, a presença de uma terceira e quarta categorias: (c) léxico inspirado no religioso e (d) léxico inspirado nas próprias indicações terapêuticas.

- (a) **Léxico etnobotânico inspirado no sensorial:** fedegoso; flor cheirosa; erva doce; veludo branco; carne verde;
- (b) **Léxico etnobotânico inspirado em animais:** mama-cadela; unha-de-gato, rabo-de-tatu; pé-de-perdiz; cana-de-macaco;
- (c) **Léxico etnobotânico inspirado no religioso:** cascara sagrada; erva-santa-maria; folha santa; melão de são Caetano; São João;
- (d) **Léxico etnobotânico inspirado nas propriedades curativas:** quebra-pedra; cipó dor;

Como é possível observar, os especialistas nomeiam as plantas com base em suas experiências físicas, sociais e culturais no mundo, o que acaba, por vezes, configurando expressões metafóricas. O léxico etnobotânico que compõe os dados indica a existência de um

sistema conceptual que reflete nossos pensamentos e ações. Nas palavras de Lakoff e Johnson (1980 [2002]), mostra-nos um *pensar metafórico, analógico*. Desse modo, as espécies vegetais recebem, muitas vezes, nomes cujos significados estão ligados aos animais, às próprias propriedades curativas das plantas, aos sentidos (odor, cor, etc) e à presença da religião relacionada às funções de cura. As imagens religiosas contribuem, portanto, para a lexicalização metafórica de plantas. Além do aspecto estritamente linguístico, a criação desses termos para as plantas (folha santa, erva-santa-maria, etc) está profundamente relacionada com os conceitos culturais da comunidade. Ou seja, envolve fatores contextuais, culturais e cognitivos que contribuem, ainda, para que esses novos sentidos sejam convencionalizados no nível do léxico.

Em **(b) léxico etnobotânico inspirado em animais**, os especialistas estabelecem correspondências entre as propriedades físicas das plantas e as propriedades físicas dos animais. As metáforas, nos dados, estruturaram-se internamente através do processo de *mesclagem conceptual* (FAUCONNIER, 1997), ou seja, resultaram da mescla de elementos de diferentes domínios conceptuais. Dessa forma, esse tipo de metáfora prevê não somente a experiência dos falantes com as plantas, mas também com os animais (bem como do conhecimento de suas propriedades físicas). A título de curiosidade, é interessante ressaltar que os nomes de plantas com inspiração zoológica (que muitas vezes configuram metáforas) ocorrem também em outras línguas, caso das plantas rabo-de-cavalo, *horsetail* em inglês, e dente-de-leão, *tarassaco* em italiano. Sendo plantas que integram também nosso território, pode-se notar que o compartilhamento, muitas vezes, ultrapassa o nível da comunidade de fala imediata.

Dentre os nomes em que vemos esse aspecto, temos, por exemplo, a *unha-de-gato*. Nesse caso, o especialista nomeia a planta de acordo com semelhança que existe entre os pares de espinhos grandes e curvos que crescem ao longo do galho e as unhas de um gato. Em *mama-cadela*, a expressão metafórica surge devido aos frutos da planta, que possuem um formato parecido com a mama de uma cadela. Além disso, trata-se de um arbusto lactescente, ou seja, que possui uma seiva leitosa e solta um líquido semelhante a um *leite*, *assim como o faz a mama do animal*. A metáfora, então, configura-se a partir da relação de dois domínios diferentes, uma vez que traz conceitos do domínio animal para o domínio da flora. As figuras 12 e 13, a seguir, mostram que, dada a semelhança no formato dos elementos naturais, a comunidade mesclou os dois domínios e atribuiu os nomes unha-de-gato e mama-cadela às plantas:

Figura 12. Planta medicinal unha-de-gato/unha do felino



Fonte: <<https://www.beneficiosdasplantas.com.br/unha-de-gato/>>

Figura 13. Planta medicinal mama-cadela/mama do animal



Fonte: <<https://www.beneficiosdasplantas.com.br/mama-cadela-beneficios-e-propriedades-dessa-planta-e-seu-cha/>>

Além da presença de metáforas inspiradas em animais, observamos também a presença de expressões metafóricas que compõe um **(c) léxico etnobotânico inspirado no religioso**. A metáfora, nesse caso, mostra-se como um construto, acima de tudo, cultural. Especialistas que não sigam a religião cristã ou o catolicismo (no caso dos nomes de santos, especificamente) podem preferir utilizar outro nome, evitando essas expressões metafóricas. Mais, se pensarmos em um contexto mundial, países que não adotam o cristianismo como religião podem nunca ter ouvido falar em erva-santa-maria ou são joão, por exemplo.

Os nomes das plantas, nesse caso, ou são constituídos por nomes de santos do cristianismo católico ou são formados por adjetivos do domínio religioso. O especialista, então, traz aspectos de domínio conceptual religião para o domínio etnobotânico. Isso acontece, provavelmente, porque, no catolicismo, os santos são invocados para a cura de doenças específicas. Dessa maneira, da mesma forma que se crê que o santo pode curar determinada doença, acredita-se que a planta medicinal também tem esse poder, nomeando-a, portanto, com nomes de santos, como em *melão-de-são-caetano* ou em *erva-santa-maria*. Outras metáforas são configuradas a partir da junção de um substantivo do domínio botânico a um adjetivo do domínio religioso, caso de *folha santa* (subst.+adj.) e *cascara sagrada*

(subst.+adj.). Em alguns casos, como esse, perguntamos aos especialistas se sabiam o porquê das nomeações. Em folha santa, por exemplo, uma das raizeiras afirma que *ah.. acho que ela chama assim porque é milagrosa* (MLML), reafirmando esse aspecto religioso. A planta, portanto, chama-se *santa*, segundo a raizeira, porque, assim como uma santa, a planta faz milagres. Importante ressaltar, aqui, que a inspiração religiosa não se restringe ao léxico, mas relaciona-se ao próprio conhecimento, visto como dom de Deus.

Por último, apontamos a existência de um **(d) léxico etnobotânico inspirado nas propriedades curativas**. Nele, a metáfora acontece de modo a relacionar o domínio médico (indicações terapêuticas) ao domínio botânico. Em quebra-pedra, por exemplo, o especialista relaciona a planta às suas funções, ou seja, o nome dela advém do fato de ela ter a propriedade de *quebrar pedras* nos rins ou na vesícula. No caso da planta *cipó dor*, acontece o mesmo processo, uma vez que essa planta é indicada para todos os tipos de dores. Parte-se, então, das propriedades curativas. Nesse último, é evidente, ainda, o aspecto sensorial compondo o léxico, na medida em que a dor trata-se de uma sensação corporal incômoda e penosa. Seguindo essa mesma lógica, temos, em um contexto científico, os fármacos *dorflex* e *doralgina*, por exemplo, em que o substantivo “dor” integra os nomes a partir do processo morfológico de justaposição, ou seja, a partir de palavras que, justapostas, formam uma terceira palavra (dor + flex – dorflex; dor + algina – doralgina), motivada pela função do medicamento.

Como temos visto, o processo de nomear diz muito sobre as relações entre indivíduo-língua-meio ambiente e da maneira como os meios ambientes físicos, mentais e sociais se interligam. Além de ser uma importante forma de refletir a relação entre indivíduo e o mundo (significação), quando pensamos no ato de dar nomes, nesse caso, nas expressões metafóricas, é importante levar em conta, ainda, um fator pragmático, ou seja, as relações entre os indivíduos (interações comunicativas). Em relação a esse fator pragmático, entendemos que as metáforas servem como facilitadoras da informação, uma vez que essas nomeações são, de certa forma, pistas do falante para que o ouvinte seja capaz de interpretar a informação transmitida. O nome *Phyllanthus niruri* (nome científico de quebra-pedra), por exemplo, dificilmente seria compreendido sem o uso dessa linguagem metafórica. Agora, quando pensamos em quebra-pedra, logo vem à tona de qual planta estamos tratando e, ainda, quais são seus usos terapêuticos. Assim, o nome caboclo/popular e o mecanismo da metáfora são capazes de tornar mais claro o entendimento do conceito vinculado ao nome.

Além disso, conforme trazem Lakoff e Johnson (1980 [2002]) as metáforas fundamentam não apenas nossa linguagem, mas também o pensamento e a ação, bem como

fazem parte de nosso sistema conceptual. Nas palavras dos autores (1980 [2002], p. 46), os conceitos (que são, em grande parte, metafóricos) “estruturam o que percebemos, como nos adaptamos ao mundo e como nos relacionamos com outras pessoas”. Dessa maneira, quando uma comunidade nomeia uma planta como erva-santa-maria, por exemplo, tem-se uma tentativa de, intersubjetivamente, atuar na crença – nesse caso, religiosa – do outro e promover a ação de cura.

Portanto, o ato de nomear é um ato **interativo** na medida em que parte da interação do indivíduo com o mundo e **intersubjetivo**, pois pressupõe uma influência sobre o outro, sobretudo, sobre suas crenças e valores. A construção dos sentidos deve ser entendida, então, como o resultado de uma atividade conjunta que pressupõe comunhão, uma vez que é na interação entre indivíduo-indivíduo e indivíduo-mundo que se constroem os significados (COUTO, 2016; MIRANDA, 2001).

Os dados mostraram a intensa relação entre os raizeiros e o meio ambiente e deles com os outros indivíduos. Os modos de viver pensar e sentir desses etnoespecialistas são representados, por exemplo, nas escolhas semântico-lexicais feitas por eles. O respeito à natureza e o uso dos recursos naturais em benefício da comunidade são características desses raizeiros/as. Zelando pelo bem e pela saúde de todos da comunidade eles procuram preservar suas práticas terapêuticas, mesmo diante das mais diversas formas de repressão científico-sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, tivemos a preocupação de ressaltar os papéis dos meios ambientes natural, social e mental nos saberes etnomédicos dos raizeiros. Levando em conta esses três ecossistemas da língua (natural, social e mental) percebemos como ocorrem as relações entre os indivíduos e o território (MA natural), e deles com a comunidade (MA social), bem como os processamentos cognitivos, a percepção e cognição da realidade (MA mental). Isso quer dizer, ainda, que tanto em nosso trabalho de campo quanto em nossas análises atentamos, de maneira holística, a essas três dimensões da língua, funcionando conjuntamente.

Ficou claro ao longo da análise realizada que o modo de vida dos raizeiros se caracteriza por uma estreita e necessária relação com a terra e com a natureza, especialmente com as plantas medicinais. O MA natural, ou seja, a relação do indivíduo com o meio ambiente físico se mostra fundamental na construção dos saberes dos raizeiros. Isso porque a todo momento há uma preocupação com a terra, com o meio ambiente físico. O raizeiro cuida da planta, retira suas partes necessárias e prepara o remédio. Dessa forma, separam-se as plantas e, conseqüentemente, os remédios, de acordo com suas propriedades e funções: as que *são para cheirar* e as que *são destinadas para beber*. Dentre as plantas mais utilizadas, suas indicações e os tipos de preparo, destacaram-se nos dados, respectivamente: i) plantas: *romã, artemísia/losna, transagem, cana-de-macaco, rabo-de-tatu, hortelã, arnica, alecrim, babosa, mama cadela, sabugueiro e são joão*; ii) indicações: problemas digestivos, urinários, resfriados, sinusite e calmantes; iii) preparações: chás, infusão, maceração e extrato.

Quanto ao MA social foi possível perceber que as interações dos raizeiros/as com o outro são indispensáveis na construção dos saberes etnomédicos destes. Isso porque as práticas dos especialistas pressupõem uma clientela, ou seja, presume interação com o outro. O diálogo e a interação, nesses casos, são essenciais, uma vez que o raizeiro deve saber ouvir os sintomas e entendê-los para perceber de qual doença a pessoa tem sofrido e, portanto, indicar os remédios adequados. Da mesma forma, o especialista escuta e aconselha os demais moradores da comunidade. Há, então, no que diz respeito à dimensão social, uma predisposição à interação entre raizeiro-cliente, uma comunhão, na medida em que, muitas vezes, essas relações transpõem-se para um nível mais pessoal, de amizade.

No que tange ao MA mental notamos que seu papel na construção dessas práticas é também primordial, uma vez que a forma como o indivíduo se relaciona com o mundo e com o outro perpassa além das experiências físicas e corpóreas, por um complexo processo mental. O modo como categorizamos e damos sentido à nossa experiência, além de englobar as dimensões físicas e sociais, relaciona-se também à cognição. Sendo assim, ao estudarmos os raizeiros e suas práticas, estamos estudando, também, cognição.

Tendo o léxico e os sentidos como porta de entrada, percebemos que a linguagem muito tem a ver como a maneira pela qual o ser humano organiza e representa o mundo sensorial, e, portanto, constitui-se a partir desses três meios ambientes (natural, mental e social). Ao atentarmos para a nomeação das plantas medicinais dadas pelos raizeiros, percebemos que a partir da experiência com o/no mundo, o indivíduo percebe as coisas, capta o real (MA mental); o que foi captado passa pela sensação e identificação do objeto (MA físico), que resulta no compartilhamento da experiência, seguido da lexicalização (MA social). Notamos, então, que o léxico dado as plantas parte, muitas vezes, das experiências físicas, sociais e culturais do indivíduo no mundo.

O processo de nomeação passa diretamente pelo que Couto (2016) chamou de *biopsicossocial*. Constatamos nos dados, portanto: **léxico etnobotânico inspirado no sensorial; léxico etnobotânico inspirado em animais; léxico etnobotânico inspirado no religioso; léxico etnobotânico inspirado nas propriedades curativas**. Em relação à motivação sensorial, observou-se que o especialista nomeia as plantas com base nos sentidos visão (Cacto da flor grande; Veludo branco), olfato (Fedegoso; Flor cheirosa), paladar (Carne verde; Erva doce) e tato (Veludo branco). Quanto ao léxico etnobotânico inspirado em animais percebemos que esse ocorreu a partir de correspondências entre as propriedades físicas das plantas e as propriedades físicas dos animais (mama-cadela, rabo-de-tatu, etc). No que tange ao léxico etnobotânico inspirado no religioso, observamos que se constituíram ora por nomes de santos do cristianismo católico, ora por adjetivos do domínio religioso (erva-santa-maria, São João, etc). Já no léxico etnobotânico inspirado nas propriedades curativas, associam-se as indicações ao domínio botânico (quebra-pedra, erva-das-sete-dores, etc). Tudo isso nos mostra que as nomeações acabam, algumas vezes, configurando expressões metafóricas, e, sendo assim, partem de um sistema conceptual que reflete nossos pensamentos e ações. Mais ainda, permite que enxerguemos os modos de viver pensar e sentir desses especialistas, e como eles interagem com o mundo e com o outro.

Quando retomamos o conceito central de rede, que fundamenta o paradigma ecológico, compreendemos que esses três meios ambientes constituem uma rede de

interações. Da mesma forma, ao levarmos em conta o complexo processo de construção do conhecimento, vemos que é preciso questionar as formas constituídas de saber que norteiam nossa compreensão de mundo, de modo que passemos a pautar-nos por um viés holístico. Refletindo, então, acerca de ciência e desses paradigmas que vêm se estabelecendo, entendemos que os saberes dos/as raizeiros/as se situam em um local marginal, uma vez que a ciência considera inválido o conhecimento que esses sujeitos ou comunidades tradicionais criam e utilizam. Enquanto há, por um lado, a valorização dos saberes pela comunidade em que vivem, por outro, a comunidade científica os desvaloriza e inferioriza (tanto os saberes, como os próprios sujeitos). Nos dados, isso fica claro, quando apresentamos, por exemplo, a necessidade que o raizeiro tem de se adaptar aos modelos científicos atuais, com site, vídeos e cartão de visita.

Dessa maneira, ao longo das discussões apresentadas, esperamos ter deixado claro que é preciso repensar os estudos da linguagem no sentido desse paradigma ecológico. Em alguma medida, buscamos trazer à luz a importância de se ver o mundo, sobretudo a ciência, em redes, de forma não fragmentada e não hierárquica. Almejamos, ainda, ter demonstrado a necessidade de haver estudos que contemplem um caráter multidisciplinar e que enfatizem a importância de reconhecer e valorizar os povos tradicionais e seus saberes, inclusive, os conhecimentos populares medicinais.

Acreditamos que este trabalho poderá contribuir para orientar novas pesquisas no campo da Ecolinguística e dos estudos “Etno-”, bem como colaborar teórico-metodologicamente para pesquisas em outras áreas das ciências sociais. Pensar ecolinguisticamente os saberes e práticas dos raizeiros é importante porque permite que reflitamos sobre a complexidade das relações humanas e sobre o nosso modo de ver o mundo. É nisto que se pautam os estudos tanto em Ecolinguística, como em Etnociências: pela compreensão do conhecimento como um fazer significativo, sem desconsiderar as bases epistêmicas, culturais e históricas que o constituem. Surge, daí, a necessidade de olharmos para o que de fato somos: um hibridismo. Esse saber popular, tradicional, indígena, europeu, africano. **Somos tudo isso.** E é nesse sentido que devemos direcionar nossos olhares, buscando a desconstrução da hierarquização do conhecimento. A proposta reside em expandir não apenas as nossas percepções e modos de pensar como também nossos valores, posto que os fatos científicos surgem também das percepções, valores e ações humanas.

Mesmo que situados em um contexto que os marginaliza, ser raizeiro é saber de meio ambiente, de plantas, de medicina, de vida. É colocar em pauta o holístico, e, acima de tudo,

questionar a visão antropocêntrica de mundo. É colocar as riquezas naturais como centro da sobrevivência. É incorporar-se a um pedaço do solo.

Eu sou do cerrado e acredito que é no cerrado que nascem todas as verdades... e o homem não dá valor! (José Silvério, raizeiro em Nova Glória-GO)

REFERÊNCIAS

- AMOROZO, M. C. M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. *Plantas medicinais: arte e ciência um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1996.
- ALBUQUERQUE, D. B. Palavras iniciais sobre a metodologia em ecolinguística. *Via Litterae: Anápolis*, v. 7, n. 1., 2015. p. 131-142
- ALMEIDA, M. Z. *Plantas medicinais: abordagem histórico-contemporânea*. 3 ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 34-66. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/xf7vy/pdf/almeida-9788523212162-03.pdf>> Acesso em 05 Mar 2018.
- ANDERSON Ethnobiology: Overview of a Growing Field. In: ANDERSON, E. N.; PERARSALL, D. et. al. (orgs). *Ethnobiology*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2011.
- ARAÚJO, G. P. *O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente*. 2014. Tese (Doutorado) – Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4272080/mod_resource/content/1/Dimens%C3%B5es%20da%20palavra.pdf> Acesso em 16 Jul 2018
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Brasília, DF, 2006. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf> Acesso em 07 Abr 2018.
- _____. Ministério da Saúde. *Resolução CIPLAN nº. 08, de 08 de março de 1988*. Implanta a prática da fitoterapia nos serviços de saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. (trad) Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix: 1996.
- CASTILHO, D. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-go – Brasil. *Élisée*, UEG - Goiânia, v.1, n.1, 2012. p.117-139
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- COUTO, H. H. A metodologia na linguística ecossistêmica. Meio ambiente e linguagem. Disponível em: < <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com/2017/09/a-metodologia-na-linguistica.html>> Acesso em: 29 Jul 2018
- _____. Ecosistema Integral da Língua. Meio ambiente e linguagem. Disponível em: <<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com/2014/>> Acesso em: 04 Mai 2018

COUTO, H. H. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. et. al. Introdução: breve histórico da Ecolinguística. In: COUTO, H. H. et al. *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

_____. Linguística ecossistêmica. In: COUTO, H. H. et al. *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

_____. O que vem a ser ecolinguística, afinal?. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, n.1, 2013. p. 275-313.

COSTA, N. M. P. *Estudo etnoterminológico preliminar do sistema de cura e cuidados do povo mundurukú*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Português - Universidade de Brasília, 2013

_____. *Etnoterminologia na Língua Mundurukú (Tupí): sistema de cura e cuidado na voz de pajés, parteiras e puxadores de desmentidura* 2017. Tese (Doutorado) – Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

_____; GOMES, D. M. A Etnoterminologia da Língua Mundurukútupí e as contribuições da Ecolinguística. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 14 (1), 2013.

DI STASI, L. C. (Org.). *Plantas medicinais: arte e ciência um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1996.

FERRAREZI, C. *Semântica de Contextos e Cenários*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010

JACKENDOFF, Ray. Semântica Lexical: uma entrevista com Ray Jackendoff. *ReVEL*, vol. 11, n. 20, 2013.

KÖVECSES, Z. Metaphor, language, and culture. In.: *D.E.L.T.A. (Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada)*. v. 26, 2010. (s/p)

LORENZI, H. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. 2 ed. São Paulo: Instituto Plantarum, 2008.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras: São Paulo: Educ, [1980]2002.

LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

LAVILLE, C. DIONNE, J. A pesquisa científica hoje. In: *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p 31-49

- LIMA, J. R. S. Etnobotânica no cerrado: um estudo no assentamento Santa Rita, Jataí (GO). Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, 2013.
- LITTLE, P. E (Org). *Conhecimentos tradicionais para o século XXI: Etnografias da Intercientificidade*. São Paulo: Annablume, 2010.
- _____. Porque Ecolinguística. In: COUTO, H. et al. *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016.
- MAFFI, L. Diversidade linguística, cultural e biológica. In: Couto, H. H.; Couto, E. N. N. Araújo, G. P. et al (orgs). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora Ufg, 2016. 528 p
- MAKKAI, A. Por que Ecolinguística. In: Couto, H. H.; Couto, E. N. N. Araújo, G. P. et al (orgs). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora Ufg, 2016. 528 p. Tradução de H. H. Couto e E. K. N. N. do Couto.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- Martin, G.J. *Ethnobotany*. London, Chapman & Hall, 1995.
- MARTIUS, C. F. P. V. *Historia Naturalis Palmarum*. Disponível em: <<https://biodiversitylibrary.org/page/281972>> Acesso em 10 Abr 2018
- MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MIRANDA, N. S. O caráter partilhado da construção da significação. *Veredas: revista de estudos linguísticos*. Juiz de Fora, v. 5, n. 1 p. 57 a 81, 2001
- MONTEIRO, S. C.; BRANDELLI, C. L. C. (Org.). *Farmacobotânica: aspectos teóricos e aplicação*. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- NENOKI DO COUTO, E. N; ALBUQUERQUE, D. B. Análise do discurso ecológica: fundamentação teórico metodológica. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 23, n.2, p. 485-509, 2015
- NENOKI DO COUTO, E. N. *Ecolinguística e Imaginário*. Brasília: Thesaurus, 2012
- NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NOLAN, J. M; TURNER, N. J. Ethnobotany: The Study of People–Plant Relationships. In: ANDERSON, E. N.; PERARSALL, D. et. al. (orgs). *Ethnobiology*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2011.

- POSEY, Darrell A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta G. (org.). *Suma etnológica brasileira*. 3ª Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Belém - PA: Editora Universitária UFPA, 1997. p. 199-214.
- PRANCE, Ghilleen T. Etnobotânica de algumas tribos amazônicas. In: RIBEIRO, Berta G. (org.). *Suma etnológica brasileira*. 3ª Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Belém - PA: Editora Universitária UFPA, 1997. p. 135-152.
- PRETI, D (org). Análise de textos orais. 4 ed. São Paulo: Humanitas publicações, 1999.
- SANTOS, B. S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Um discurso sobre ciências*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SAPIR, Edward. Linguagem e ambiente. In: *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.
- SCLIAR, M. História do conceito de saúde. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2007, p. 29-41.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, G. S. *Um cotidiano partilhado: entre práticas e representações de benzedeiros e raizeiros*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SIMIÃO, L. K. R. Uma abordagem ecolinguística das preposições portuguesas. *Caderno de Letras da UFF*, v. 26, n. 53, 2016, p. 403-421.
- TRAMPE, W. Sobre o papel da linguagem nos sistemas ecológicos antropogênicos. In: Couto, H. H.; Couto, E. N. N. Araújo, G. P. et al (orgs). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora Ufg, 2016. 528 p.
- VÁSQUEZ, S. P.; MENDONÇA, M. S.; NODA, S. N. Etnobotânica de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do Município de Manacapuru, Amazonas, Brasil. *Acta Amazonica*. v. 44, 2014. p 457-472
- VIOTTI, A. C. C. *As práticas e os saberes médicos no Brasil Colonial (1677-1808)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Franca: [s.n.], 2012. 179 p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Natália de Paula Reis, sou o(a) pesquisador(a) responsável e minha área de atuação é na Ecolinguística. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Se não quiser participar, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato através do e-mail **nataliaah.r@hotmail.com** e/ou pelo telefone **(62) 998031113**, sendo que as ligações podem ser feitas a cobrar. Se continuarem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa tem como título “A metáfora e o processo de nomeação de plantas medicinais: uma relação entre língua e meio ambiente” e meu objetivo é fazer um estudo sobre os nomes de plantas medicinais em Nova Glória, Goiás, para perceber se há alguma metáfora nessas nomeações. Para isso, uma pesquisa de campo será realizada com pessoas que queiram colaborar com a pesquisa. Serão então obtidos registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais da conversa.

Autorização para captação de áudio e imagem:

- () Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa
- () Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Você será convidado(a) a responder a algumas perguntas formuladas por mim. *Caso alguma pergunta cause desconforto emocional e/ou constrangimento* você não será obrigado(a) a responder qualquer pergunta e nem sofrerá algum constrangimento ou penalidade se deixar de responder. Essa pesquisa não traz nenhuma despesa para você e sua família e todas as informações serão usadas por mim sem revelan o seu nome, pois os dados são mantidos em segredo. Você pode recusar de participar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Os resultados da pesquisa serão tornados

APÊNDICE 2 – FOTOGRAFIAS EM CAMPO

Dona Júlia no quintal de sua casa. Fonte: Acervo da autora.



Planta cana-de-macaco. Fonte: Acervo da autora



Preparação feita com cascas e raízes trituradas. Fonte: Acervo da autora.



À esquerda garrafada para sinusite e à direita vinho branco utilizado nas preparações de “garrafadas para beber”. Fonte: Acervo da autora.



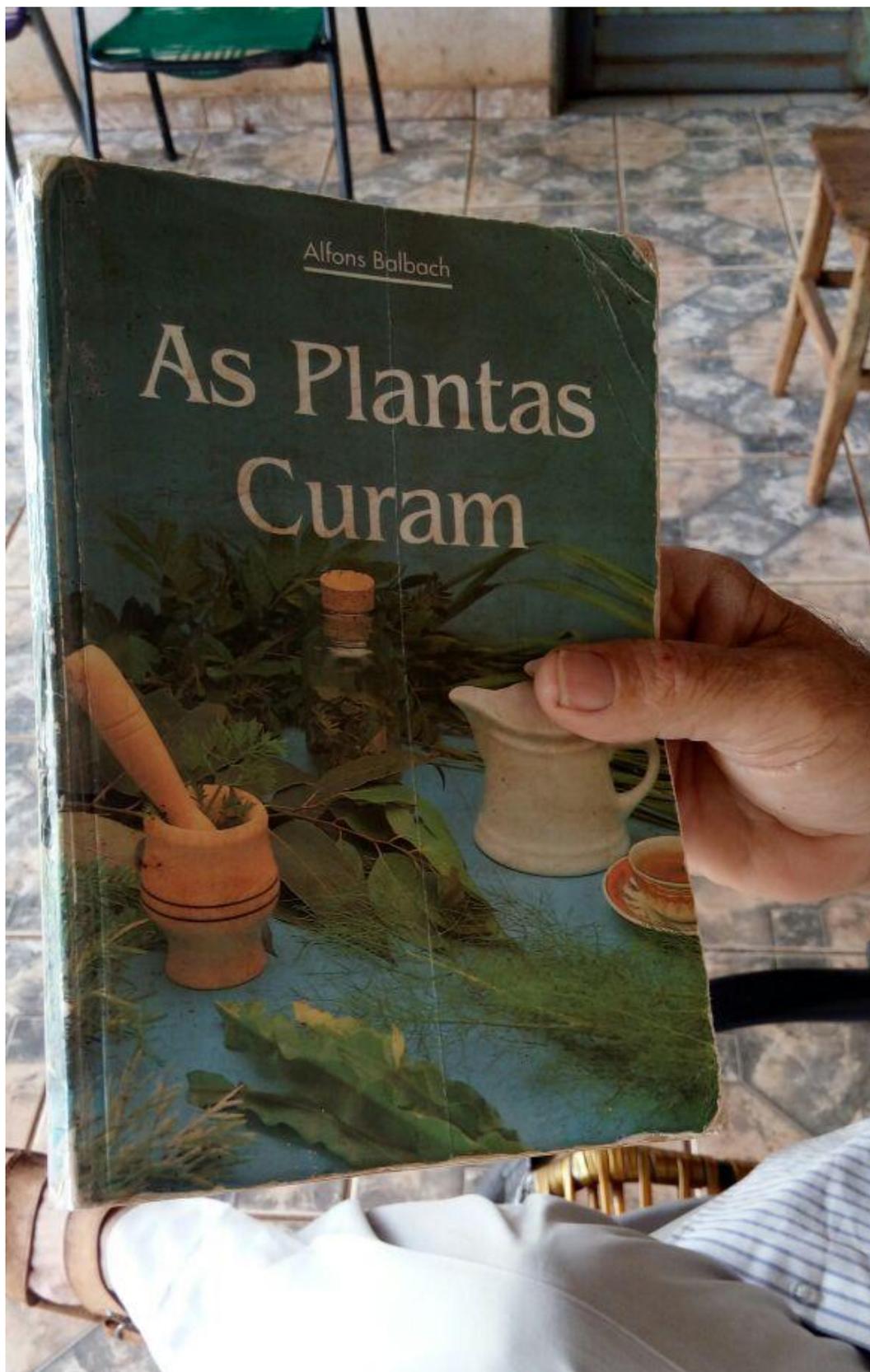
Alecrim e arruda, cultivados no quintal de Dona Júlia. Fonte: Acervo da autora



Árvore de romã, cultivada no quintal de Dona Júlia. Fonte: Acervo da autora.



Cipó-dor, cultivado no quintal de José. Fonte: Acervo da autora.



Livro utilizado por José. Fonte: Acervo da autora.



Angélica, cultivada no quintal de José. Fonte: Acervo da autora.



José explica sobre as propriedades da planta carne verde. Fonte: Acervo da autora.



Dona Maria em seu quintal. Ao lado trançagem, losna e hortelãzinha. Fonte: Acervo da autora.



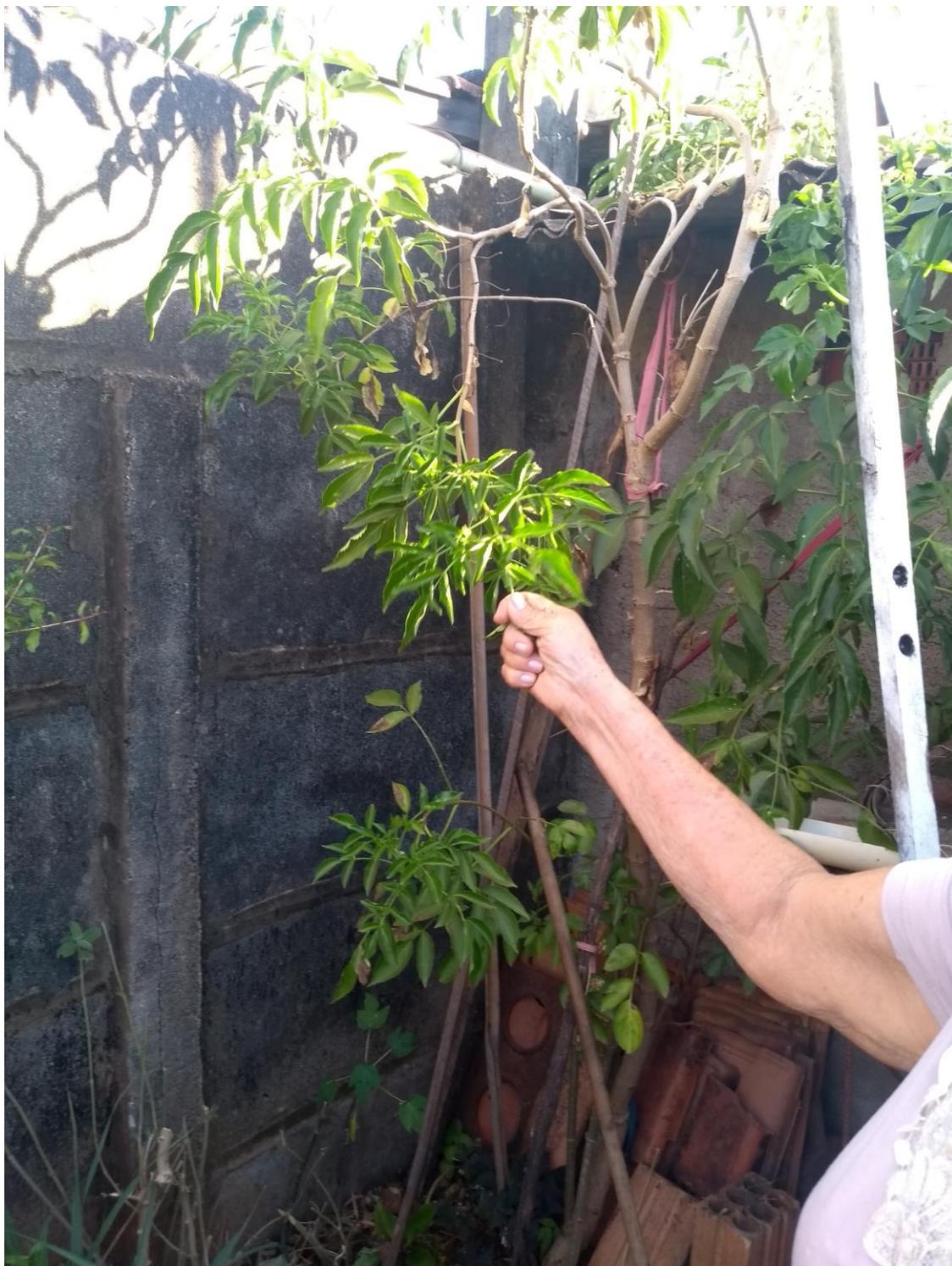
Trançagem, cultivada no quintal de Dona Maria. Fonte: Acervo da autora.



Macelinha, cultivada no quintal de Dona Maria. Fonte: Acervo da autora.



Alecrim, cultivado no quintal de Dona Maria. Fonte: Acervo da autora.



Sabugueiro, cultivado no quintal de Dona Maria. Fonte: Acervo da autora.

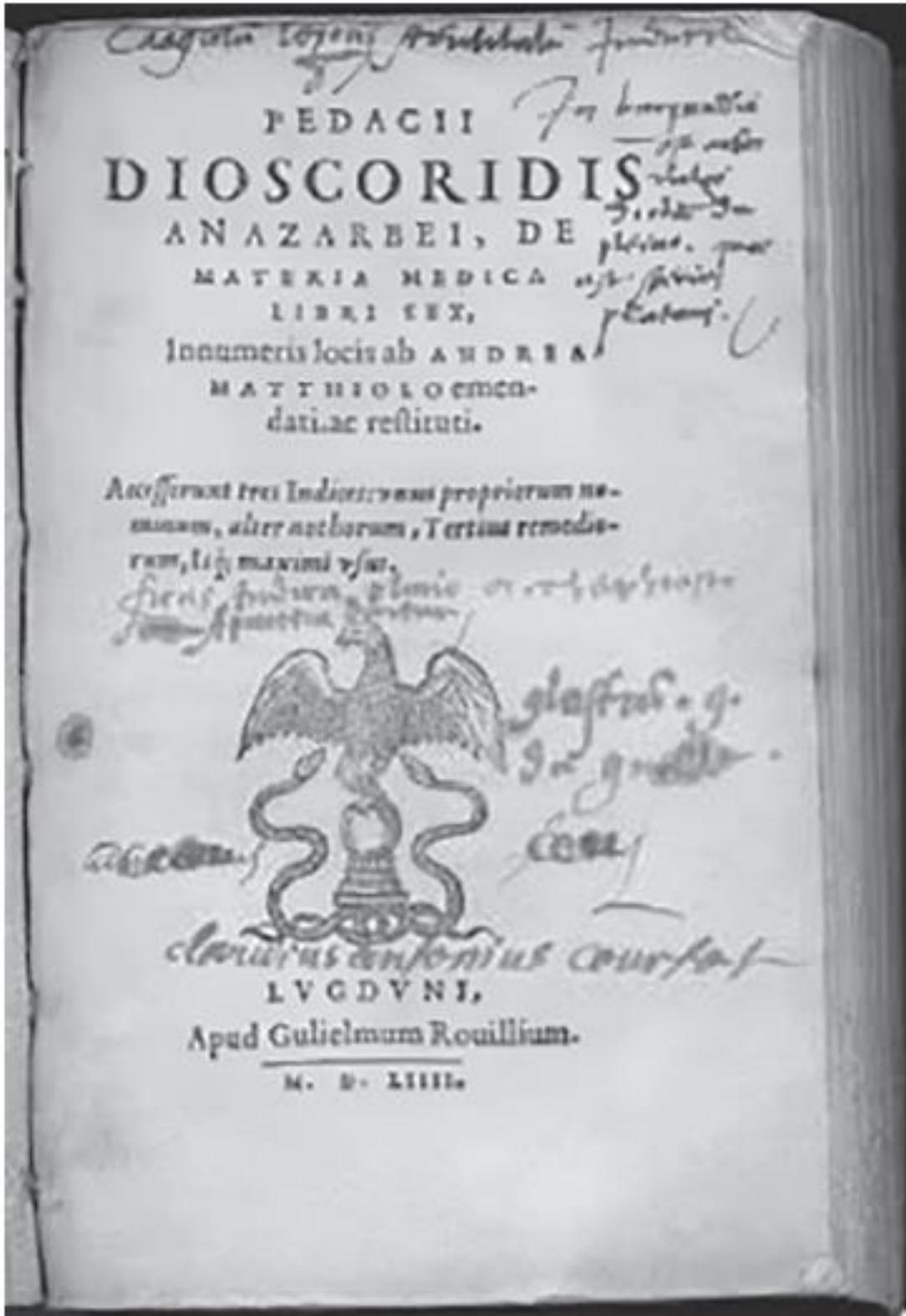
ANEXOS

ANEXO 1 – OBRA PAPIRO DE EBERS



Fonte: Monteiro e Brandelli (2017, p. 4)

ANEXO 2 – CAPA DA OBRA *DE MATERIA MEDICA* DE PEDANIUS DIOSCÓRIDES, 1554



Fonte: Monteiro e Brandelli (2017, p. 7)

ANEXO 3 – CÓDIGO PENAL DE 1890, ARTS. 156, 157, 158

CAPITULO III

DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PUBLICA

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Parapho unico. Pelos abusos commettidos no exercicio ilegal da medicina em geral, os seus autores soffrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Si por influencia, ou em consequencia de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporaria ou permanente, das faculdades psychicas:

Penas - de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação, incorrerá o medico que directamente praticar qualquer dos actos acima referidos, ou assumir a responsabilidade delles.

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Parapho unico. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funcções physiologicas,

deformidade, ou inhabilitação do exercício de órgão ou aparelho organico, ou, em summa, alguma enfermidade:

Penas - de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

Si resultar a morte:

Pena - de prisão cellular por seis a vinte e quatro annos.

ANEXO 5 – SITE E CARTÃO DE VIDA DO ESPECIALISTA/RAIZEIRO

**A melhor notícia de 2017.
A cura da Hepatite B e C.**

Foi descoberto uma formula de plantas naturais que cura a hepatite B e C no máximo em 120 Dias.

José Silvério, residente do município de Nova Glória, no ano 2007 descobriu por meios de estudos medicinais e naturais a cura da Hepatite B.

Em 2011 Outra grande descoberta. Uma formula natural que extinguiu a Hepatite C foi desenvolvida pelo pesquisador José Silvério.



Mais informações.

Mais informações.

62 9 9679 7910



hepatitebec.com.br

**A hepatite B e C já não mata mais ninguém,
ela já tem cura.**

Descobridor da Fórmula: José Silvério
Contato: 62 9 9679-7910 - Jardim Paulista/GO

ANEXO 6 – ROTEIRO DE PERGUNTAS

- 1) O senhor/a faz garrafadas⁹/vende raízes a quanto tempo?
- 2) Porque o senhor/a resolveu trabalhar com isso?
- 3) O senhor/a lembra de alguma história que te marcou em relação a essa profissão?
- 4) Como e com quem o senhor/a aprendeu esse conhecimento/prática?
- 5) Essa prática medicinal é valorizada? O senhor/a já sofreu algum preconceito na comunidade por causa disso?
- 6) Quais são as raízes/garrafadas mais vendidas?
- 7) Quais são os nomes das plantas medicinais que o senhor/a mais usa? Para que elas servem?
- 8) O senhor/a conhece essas plantas por outros nomes?
- 9) Como as garrafadas são feitas?
- 10) Em média, quanto custa uma raiz/garrafada?
- 11) Quais são as plantas medicinais que o senhor tem em sua casa?
- 12) A procura por plantas medicinais e pelas garrafadas tem aumentado ou diminuído desde quando o senhor/a começou a trabalhar com isso? O senhor/a tem ideia do “porque” desse aumento ou diminuição?
- 13) O senhor/a conhece muitos raizeiros nessa região?

⁹ Nome dado aos remédios feitos com plantas, geralmente por raizeiros, e colocados dentro de garrafas;

ANEXO 7- PEDRAS DA VESÍCULA DO PACIENTE, RETIRADAS PELO ESPECIALISTA

Fonte: Acervo da autora